

# CIÊNCIAS SOCIAIS E POLÍTICAS: Democracia, Demandas e Desafios

**Volume 5 - 2023**

*Jader Silveira (Org.)*



# CIÊNCIAS SOCIAIS E POLÍTICAS: Democracia, Demandas e Desafios

**Volume 5 - 2023**

*Jader Silveira (Org.)*



**Editora  
MultiAtual**

© 2023 – Editora MultiAtual

[www.editoramultiatual.com.br](http://www.editoramultiatual.com.br)

editoramultiatual@gmail.com

**Organizador**

Jader Luís da Silveira

**Editor Chefe:** Jader Luís da Silveira

**Editores e Arte:** Resiane Paula da Silveira

**Capa:** Freepik/MultiAtual

**Revisão:** Respective autores dos artigos

**Conselho Editorial**

Ma. Heloisa Alves Braga, Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais, SEE-MG

Me. Ricardo Ferreira de Sousa, Universidade Federal do Tocantins, UFT

Me. Guilherme de Andrade Ruela, Universidade Federal de Juiz de Fora, UFJF

Esp. Rícael Spirandeli Rocha, Instituto Federal Minas Gerais, IFMG

Ma. Luana Ferreira dos Santos, Universidade Estadual de Santa Cruz, UESC

Ma. Ana Paula Cota Moreira, Fundação Comunitária Educacional e Cultural de João Monlevade, FUNCEC

Me. Camilla Mariane Menezes Souza, Universidade Federal do Paraná, UFPR

Ma. Jocilene dos Santos Pereira, Universidade Estadual de Santa Cruz, UESC

Ma. Tatiany Michelle Gonçalves da Silva, Secretaria de Estado do Distrito Federal, SEE-DF

Dra. Haiany Aparecida Ferreira, Universidade Federal de Lavras, UFLA

Me. Arthur Lima de Oliveira, Fundação Centro de Ciências e Educação Superior à Distância do Estado do RJ, CECIERJ

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

S587c Silveira, Jader Luís da  
Ciências Sociais e Políticas: Democracia, Demandas e Desafios -  
Volume 5 / Jader Luís da Silveira (organizador). – Formiga (MG):  
Editora MultiAtual, 2023. 121 p. : il.

Formato: PDF  
Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader  
Modo de acesso: World Wide Web  
Inclui bibliografia  
ISBN 978-65-89976-92-9  
DOI: 10.5281/zenodo.7539034

1. Ciências Sociais. 2. Ciências Políticas. 3. Democracia. 4.  
Demandas e Desafios. I. Silveira, Jader Luís da. II. Título.

CDD: 362  
CDU: 36

*Os artigos, seus conteúdos, textos e contextos que participam da presente obra apresentam  
responsabilidade de seus autores.*

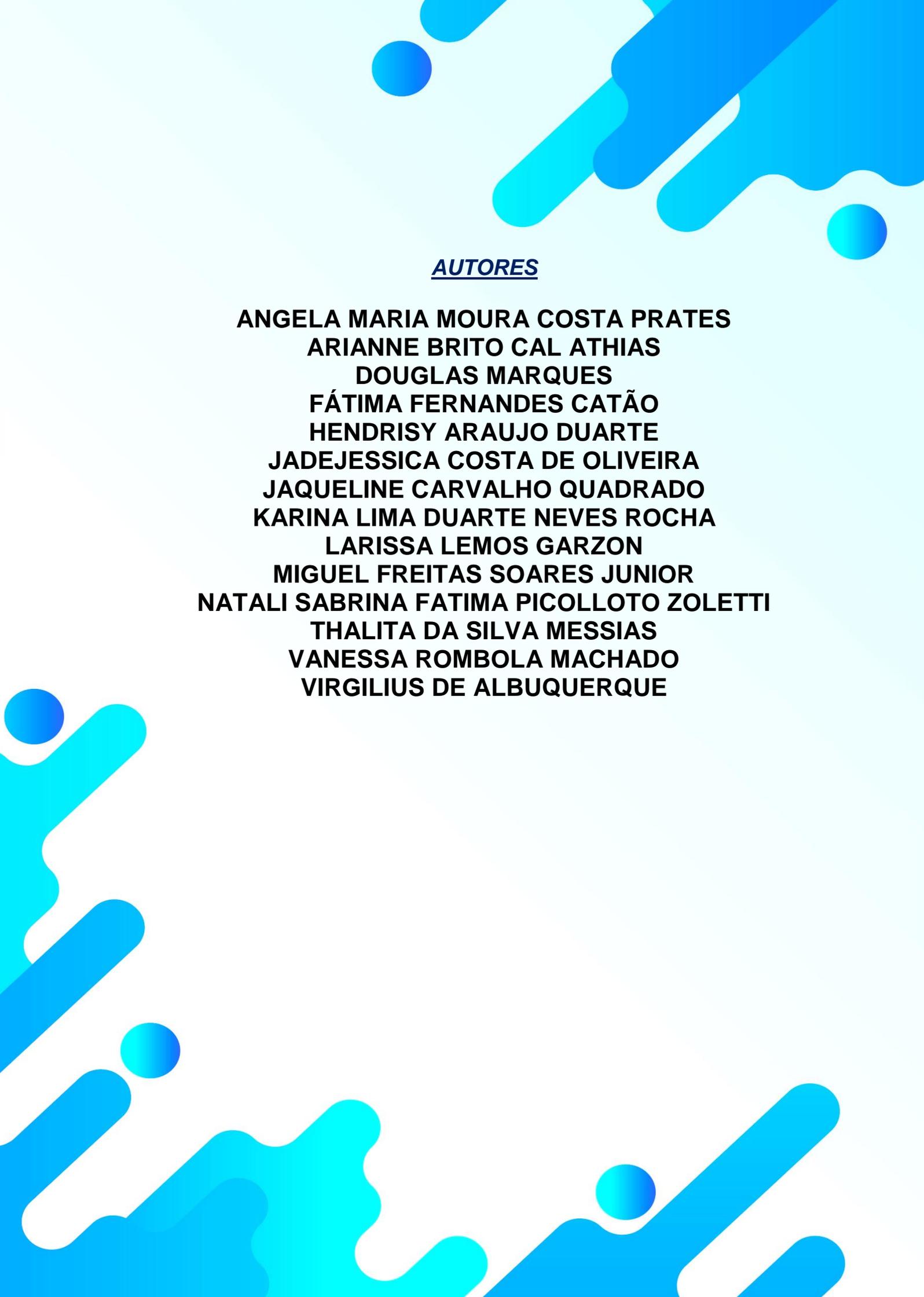
Downloads podem ser feitos com créditos aos autores. São proibidas as modificações e os  
fins comerciais.

Proibido plágio e todas as formas de cópias.

Editora MultiAtual  
CNPJ: 35.335.163/0001-00  
Telefone: +55 (37) 99855-6001  
[www.editoramultiatual.com.br](http://www.editoramultiatual.com.br)  
[editoramultiatual@gmail.com](mailto:editoramultiatual@gmail.com)  
Formiga - MG  
Catálogo Geral: <https://editoras.grupomultiatual.com.br/>

Acesse a obra originalmente publicada em:  
<https://www.editoramultiatual.com.br/2023/01/ciencias-sociais-e-politicas-democracia.html>





AUTORES

**ANGELA MARIA MOURA COSTA PRATES  
ARIANNE BRITO CAL ATHIAS  
DOUGLAS MARQUES  
FÁTIMA FERNANDES CATÃO  
HENDRISY ARAUJO DUARTE  
JADEJESSICA COSTA DE OLIVEIRA  
JAQUELINE CARVALHO QUADRADO  
KARINA LIMA DUARTE NEVES ROCHA  
LARISSA LEMOS GARZON  
MIGUEL FREITAS SOARES JUNIOR  
NATALI SABRINA FATIMA PICOLLOTO ZOLETTI  
THALITA DA SILVA MESSIAS  
VANESSA ROMBOLA MACHADO  
VIRGILIUS DE ALBUQUERQUE**

## APRESENTAÇÃO

As políticas são denominadas “públicas” porque devem atingir o público. O governo tem a responsabilidade de garantir que essas políticas beneficiem efetivamente todas as camadas da população. Elas são consequências de demandas apresentadas pela sociedade, nas mais diversas áreas. Sendo assim, podemos afirmar que políticas públicas é “o Estado em ação”, ou seja, é quando o Estado implanta projetos de governo, por meio de programas e ações voltadas para setores específicos da sociedade.

As políticas sociais configura-se como possibilidade de reconhecimento das demandas de seus usuários no intuito de ampliação de cidadania, da democracia e medida de proteção social visando garantir segurança de sobrevivência, de acolhida, e convívio familiar. Neste sentido, a contribuição das políticas sociais no Brasil constitui estratégia fortalecedora de direitos sociais e de proteção, reconhecendo na pobreza o eixo desencadeador das desigualdades sociais.

As demandas políticas e sociais tornam-se cada vez maiores em função da desresponsabilização do Estado, por omissão de serviços essenciais, o que gera uma tensão social latente. A obra “Ciências Sociais e Políticas: Democracia, Demandas e Desafios” foi concebida diante artigos científicos especialmente selecionados por pesquisadores da área.

Os conteúdos apresentam considerações pertinentes sobre os temas abordados diante o meio de pesquisa e/ou objeto de estudo. Desta forma, esta publicação tem como um dos objetivos, garantir a reunião e visibilidade destes conteúdos científicos por meio de um canal de comunicação preferível de muitos leitores.

Este quinto e-book conta com trabalhos científicos da área de Políticas Públicas e Sociais, aliados às temáticas das práticas ligadas a a inovação e aspectos que buscam contabilizar com as contribuições de diversos autores. É possível verificar a utilização das metodologias de pesquisa aplicadas, assim como uma variedade de objetos de estudo.

## SUMÁRIO

<b>Capítulo 1</b> <b>EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA: A HORIZONTALIDADE E A DIALOGICIDADE JUNTO À CATADORES(AS) DE MATERIAIS RECICLÁVEIS</b> <i>Natali Sabrina Fatima Picolloto Zoletti; Angela Maria Moura Costa Prates</i>	<b>8</b>
<b>Capítulo 2</b> <b>FATORES CONDICIONANTES DA POLÍTICA COMERCIAL BRASILEIRA</b> <i>Virgilius de Albuquerque</i>	<b>23</b>
<b>Capítulo 3</b> <b>A FALTA DE ACESSIBILIDADE QUANTO À EFETIVA CONCESSÃO DE PROFISSIONAIS DE APOIO ESCOLAR</b> <i>Arianne Brito Cal Athias; Larissa Lemos Garzon</i>	<b>49</b>
<b>Capítulo 4</b> <b>SERVIÇO SOCIAL E MOVIMENTOS SOCIAIS: UMA PERSPECTIVA A PARTIR DA ANÁLISE DA RELAÇÃO ENTRE O ESTADO E AS POLÍTICAS PÚBLICAS</b> <i>Jadejessica Costa de Oliveira; Thalita da Silva Messias; Karina Lima Duarte Neves Rocha</i>	<b>60</b>
<b>Capítulo 5</b> <b>QUESTÃO SOCIAL E TRABALHO: DESEMPREGO E OUTROS EFEITOS DA PANDEMIA DO COVID 19</b> <i>Douglas Marques; Vanessa Rombola Machado</i>	<b>76</b>
<b>Capítulo 6</b> <b>O QUE SE PESQUISA EM SEGURANÇA PÚBLICA NO BRASIL? UM OLHAR A PARTIR DA BASE DE DADOS SCOPUS</b> <i>Hendrisy Araujo Duarte; Jaqueline Carvalho Quadrado</i>	<b>90</b>
<b>Capítulo 7</b> <b>IMPLEMENTAÇÃO DA POLÍTICA PÚBLICA DE COTAS NO SERVIÇO PÚBLICO: UMA REVISÃO DE ESTUDOS DE TESES E DISSERTAÇÕES</b> <i>Miguel Freitas Soares Junior; Fátima Fernandes Catão</i>	<b>102</b>
<b>AUTORES</b>	<b>117</b>



**Capítulo 1**  
**EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA: A HORIZONTALIDADE  
E A DIALOGICIDADE JUNTO ÀS CATADORAS(AS) DE  
MATERIAIS RECICLÁVEIS**

*Natali Sabrina Fatima Picolloto Zoletti*  
*Angela Maria Moura Costa Prates*



## **EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA: A HORIZONTALIDADE E A DIALOGICIDADE JUNTO À CATADORES(AS) DE MATERIAIS RECICLÁVEIS**

***Natali Sabrina Fatima Picolloto Zoletti***

*Estudante de Serviço Social da Universidade Estadual do Centro Oeste  
(UNICENTRO). sabrinazoletti58@gmail.com*

***Angela Maria Moura Costa Prates***

*Doutora em Serviço Social e Professora do Curso de Serviço Social da Universidade  
Estadual do Centro Oeste (UNICENTRO). amprates@unicentro.br*

### **RESUMO**

Este estudo tem o objetivo de mostrar a relação horizontal existente entre a Extensão Universitária, o Serviço Social e as políticas sociais, a partir da experiência dos projetos de extensão. Trata-se de uma abordagem qualitativa, com pesquisa bibliográfica, documental e observação participante. Conclui-se que existe uma relação horizontal e fecunda entre a extensão universitária, a profissão de Serviço Social e as políticas sociais, que, ao comporem juntos a rede de serviços prestados pelo município, contribuem de maneira eficaz no enfrentamento das expressões da "Questão Social", no caso aqui estudado, contribuem para amenizar a precarização e a exploração do trabalho de catadores (as) de materiais recicláveis, ao mesmo tempo em que articulam a garantia de direitos sociais ofertados pelas políticas sociais.

**Palavras-chave:** Extensão. Horizontalidade. Dialogicidade.

### **ABSTRACT**

This study aims to show the horizontal relationship between University Extension, Social Service and social policies, based on the experience of extension projects. It is a qualitative approach, with bibliographic and documentary research and participant observation. It is concluded that there is a horizontal and fruitful relationship between university extension, the profession of Social Work and social policies, which, by composing together the network of services provided by the municipality, effectively contribute to facing the expressions of the "Social Question", in the case studied here, contribute to lessening the precariousness and exploitation of the work of recyclable material pickers, while at the same time articulating the guarantee of social rights offered in the various social policies.

**Keywords:** Extension. Horizontality. Dialogicity.

## 1 INTRODUÇÃO

O presente estudo tem o objetivo de mostrar a relação horizontal existente entre a Extensão Universitária, o Serviço Social e as políticas sociais, a partir da experiência dos projetos de extensão: a) Trabalho social com famílias de catadores(as) de materiais recicláveis de Guarapuava – PR e b) “Esperançar” junto aos(as) catadores(as) de materiais recicláveis de Guarapuava – PR, que são coordenados pelas professoras do Departamento de Serviço Social da Universidade Estadual do Centro Oeste (UNICENTRO) do Estado do Paraná e atuam em parceria com a Prefeitura Municipal de Guarapuava.

O primeiro projeto vem sendo desenvolvido desde 2019, com o objetivo de

Promover ações interdisciplinares voltadas para o acesso aos direitos sociais, econômico e de educação ambiental dos/das catadores/as de materiais recicláveis e suas famílias participantes do Programa Vida Digna de Guarapuava – PR, bem como contribuir para processos socioeducativos ambientais da comunidade em geral (TRABALHO SOCIAL, 2021, p. 06).

E o segundo projeto vem sendo desenvolvido desde 2021 com o objetivo de

Desenvolver ações socioeducativas para o apoio à ocupação e pertencimento ao território e incentivo ao cooperativismo para a geração de trabalho e renda junto aos catadores/as de materiais recicláveis e suas famílias do Jardim das Américas na cidade de Guarapuava/PR (ESPERANÇAR, 2021, p. 5).

As equipes destes projetos são formadas por várias áreas do conhecimento (Serviço Social, Administração, Geografia, Arquitetura e Urbanismo, Comunicação Social e Direito). Os(as) participantes aprendem e constroem cotidianamente as relações interdisciplinares numa troca mútua de conhecimentos e vivências. Na construção cotidiana desta relação,

A interdisciplinaridade deve estar presente na definição de objeto, na discussão dos vários conceitos, e nas propostas metodológicas e técnicas [...] não configura uma teoria ou um método novo: ela é uma estratégia para compreensão, interpretação e explicação de temas complexos (MINAYO, 2010, p. 436-437).

Este texto apresenta os estudos realizados por meio do processo de vivência/supervisão direta de estágio obrigatório em Serviço Social vivenciado pelas autoras no âmbito destes projetos (CFESS, 2008).

A abordagem do objeto se dá através da pesquisa qualitativa, em que as sujeitas pesquisadoras estão preocupadas com o significado que os(as) catadores(as) dão para os fatos vivenciados (MINAYO, 1994). Também articulam-se em reflexões teóricas a partir de um arsenal de bibliografias (MARCONI; LAKATOS, 2003), para pensar o objeto de estudos. Isso foi possível através da observação participante onde as autoras vivenciaram as atividades junto aos(as) catadores(as) de materiais recicláveis (SEVERINO, 2007). E por fim, foi utilizado a pesquisa documental (SEVERINO, 2007), que foi realizada nos Plano de Trabalho Profissional da assistente social coordenadora e dos Planos de Trabalho dos projetos de extensão.

Para dar conta da discussão do objeto num primeiro momento discute-se a universidade pública e um dos seus eixos de atuação que é a extensão universitária; em seguida, mostra-se a relação entre extensão universitária e Serviço Social; e por fim, analisa-se a relação existente entre extensão universitária, o Serviço Social e as políticas sociais que são articuladas junto com os projetos de extensão para ampliar a garantia de direitos sociais dos(das) catadores(as) de materiais recicláveis, numa relação construída tendo por base a horizontalidade e a dialogicidade (FREIRE, 2021).

## **2 A UNIVERSIDADE E A EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA**

O objetivo desta seção é discutir o papel social da Universidade pública e sua relação com a extensão universitária. A origem da palavra “Universidade” vem do latim “Universitas”, cujo significado está associado ao termo universo, no latim determinado como universus, formado pelos termos unus, que engloba uma única unidade, e por versus que se refere ao verbo vertere, no sentido de virar, mudar ou derramar (VESCHI, 2019). A etimologia da palavra Universidade possui profunda ligação com o que ela é e representa. A Universidade constitui uma unidade de sujeitos que buscam o desenvolvimento, a produção e a reprodução do conhecimento científico, que resulta em incontáveis transformações sociais.

De acordo com o medievalista francês Étienne Gilson, Universitas abrangia na Idade Média “[...] o conjunto de pessoas, mestres e alunos, que participam do ensino dado nessa mesma cidade” (GILSON, 1998 apud BERLINCK, 2013, s/p), sem se ter necessariamente um lugar determinado. O que mostra que desde os primórdios da universidade, ela ultrapassa os limites físicos de uma construção. Portanto,

Universidade é conhecimento, é a junção de indivíduos, muitas vezes de diferentes origens, que se organizam para estudar e produzir conhecimento baseado na ciência.

Seguindo a mesma linha de reflexão, é de grande importância ainda hoje a Universidade ir além das salas, dos prédios e dos muros que a identificam, a Universidade deve estar presente em meio à sociedade. Através dessa preocupação, da socialização da Universidade, foi criada a Extensão Universitária, surgindo na Inglaterra, no século XIX, percorrendo um longo trajeto com constantes transformações para chegar ao que conhecemos hoje (NOGUEIRA, 2000).

Atualmente a Extensão Universitária é tida como uma das funções sociais da Universidade. De acordo com a Constituição Federal de 1988, no Artigo 207 - Capítulo III/Seção I, “As universidades brasileiras gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão” (BRASIL, 1988). E no Artigo 213 Inciso II Parágrafo 2º, fica assegurado que “[...] as atividades universitárias de pesquisa e extensão poderão receber apoio financeiro do poder público” (BRASIL, 1988, p.35).

A Extensão está inserida como a ação de compartilhar o conhecimento produzido através do ensino e da pesquisa na instituição, com o público externo, ou seja, com a comunidade. Trata-se da construção constante do diálogo, da troca de conhecimentos entre os sujeitos. “E ser dialógico [...] não é dizer-se descomprometidamente dialógico; é vivenciar o diálogo. Ser dialógico é não invadir, é não manipular, é não ‘slogonar’. Ser dialógico é empenhar-se na transformação constante da realidade” (FREIRE, 2021, p. 51). Por isso, é necessário sempre ter em vista que a Extensão não é um caminho de mão única. Como Verônica Moreno Machado (2013) disserta, a Extensão Universitária é um espaço de integração com a comunidade, um espaço de construção de conhecimentos através da dialogicidade, onde os saberes científicos conversam com os saberes da comunidade, construindo novos conhecimentos que objetivam a transformação social.

A autora citada traz a concepção freiriana das atividades extensionistas, ressaltando a importância da “comunicação”. No livro “Extensão e Comunicação” (1982), o autor Paulo Freire analisa semanticamente a palavra extensão e faz uma crítica importante. Se extensão vem no sentido de estender, ou seja, de um lado tem o indivíduo que estende o conhecimento e do outro tem o que recebe, tornando assim “[...] a educação como prática de ‘domesticação’ [...]” (FREIRE, 1982 apud

MACHADO, 2013, p. 10). Neste sentido, a proposta da extensão universitária é o rompimento com a prática da domesticação, da manipulação dos saberes e, principalmente, o rompimento com a ideia de que a universidade é a única e exclusiva detentora do saber.

Na atividade extensionista como prática transformadora o que mais vale é o ato da “comunicação”, onde todos os sujeitos dialogam, não existindo dessa maneira indivíduos passivos, mas todos são construtores do conhecimento, não ocorrendo transferências de saberes e sim trocas. Para Freire “Não há, realmente, pensamento isolado, na medida em que não há homem isolado” (FREIRE, 1982, p. 44). Dessa maneira através da comunicação os sujeitos constroem o mundo e constroem a si mesmos, e é nesse sentido que a extensão universitária deve acontecer. A Universidade não estende conhecimento à comunidade. Mas, através da extensão, a Universidade estabelece comunicação com a comunidade e então, através da dialogicidade e de forma horizontal, constroem juntas novos conhecimentos.

A partir desta perspectiva, a extensão universitária é o principal instrumento articulador entre as produções acadêmicas da pesquisa e do ensino com a comunidade, contribuindo assim para uma formação superior de qualidade também nos aspectos sociais e humanitários (SOUZA; FERREIRA, 2008).

Atualmente, no Brasil, a principal lei que regulamenta a extensão universitária é a Lei nº 9394/96, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), na qual a extensão é citada em diversos artigos, destacando a autonomia universitária e a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão (BRASIL, 1996).

Entre os artigos que fazem referência à extensão, é importante destacar o último inciso do capítulo IV, artigo 43 da referida lei, onde é afirmado que se deve “[...] promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição” (LDB 9394/96, p.13). E o inciso IV, do artigo 44 da LDB, em que é assegurado que cursos e programas de extensão serão abertos a “[...] candidatos que atendam aos requisitos estabelecidos em cada caso pelas instituições de ensino” (LDB, 9393/96, p.15).

O Fórum de Pró-Reitores das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileiras (FORPROEX, 2012, p. 28), estabelece o conceito de extensão universitária, como segue:

A Extensão Universitária, sob o princípio constitucional da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, é um processo interdisciplinar, educativo, cultural, científico e político que promove a interação transformadora entre Universidade e outros setores da sociedade.

As diretrizes que devem ser seguidas são: a) Interação Dialógica; b) Interdisciplinaridade e Interprofissionalidade; c) Indissociabilidade Ensino-Pesquisa-Extensão; d) Impacto na Formação do Estudante; e e) Impacto e Transformação Social (NOGUEIRA, 2000).

### **3 SERVIÇO SOCIAL E EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA**

O objetivo da seção que segue é analisar a relação do Serviço Social com a extensão. Freire (1982) traz em sua obra o assistente social como um profissional que possui empenho educativo libertador e evidencia a importância do profissional não somente se reconhecer como o agente da mudança, mas perceber que aqueles com quem ele trabalha são tão agentes quanto ele, fazendo todos assim parte da mudança.

A atuação do(a) assistente social [...] pode favorecer a interação entre os sujeitos sociais, estimulando a reflexão sobre a ideologia dominante, contribuindo com a mobilização social, com a instrumentalização da população atendida para a busca de seus direitos [...] (JACINTO, 2017, p. 88).

Inserida nesta configuração, a Extensão Universitária é destacada com grande importância no espaço de formação e no exercício profissional do assistente social, sendo um lugar onde o mesmo entra em contato direto com a comunidade e precisa se reconhecer como parte dela e da mudança que em conjunto está sendo ou será construída. Neste contexto, o papel do assistente social é fundamental, uma vez que

Para os intelectuais orgânicos vinculados a um projeto societário emancipador das classes subalternas, a função da construção de uma contra-hegemonia está na ação desenvolvida nos processos de formação de uma consciência crítica que supere o senso comum. Os intelectuais estabelecem uma relação orgânica com a classe que se identifica; é firmada uma aliança entre o intelectual orgânico e a classe que representa; existe uma identidade de objetivos (JACINTO, 2017, p. 90).

Dentre os projetos de Extensão efetivados no curso, específico durante a presente caracterização, o trabalho com famílias vinculadas à assistência social e ao

Projeto de Extensão Universitária do curso de Serviço Social da Universidade Estadual do Centro Oeste.

Neste trabalho caracterizamos os Projetos de Extensão Universitária: Trabalho social com famílias de catadores(as) de materiais recicláveis de Guarapuava – PR e “Esperança” junto aos(as) catadores(as) de materiais recicláveis de Guarapuava – PR, os quais atendem aos artigos mencionados, promovendo a extensão universitária com a participação da população, difundindo as conquistas e benefícios gerados na instituição, para candidatos que atendem aos requisitos estabelecidos, no caso, as famílias de catadores de materiais recicláveis participantes do Programa “Vida Digna”<sup>1</sup>. A partir dessas reflexões, na sequência mostraremos a relação existente entre o Serviço Social, a Extensão Universitária e as Políticas Públicas que atuam junto aos(as) catadores(as) de materiais recicláveis no território.

### **3.1 Serviço Social, Extensão Universitária e Políticas Públicas**

A afirmação dos direitos humanos está intimamente ligada à prática profissional das(dos) assistentes sociais e foi grandemente ampliada através da Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988), estabelecendo assim profunda relação entre a Constituição, os Direitos Humanos e o Serviço Social. As principais políticas sociais com as quais os projetos de extensão se articulam são as políticas de Assistência Social, de Habitação e do Meio Ambiente. Ambas as políticas compõem o Programa Vida Digna da prefeitura.

No Brasil, a Assistência Social é reconhecida pela Constituição Federal de 1988 como direito do cidadão e como dever do Estado (NASCIMENTO, 2010). De acordo com Alex Epifanio (2017), a Assistência Social deve ser tratada como uma prática social, efetivando-se como uma política social ou continuada. A partir da promulgação da Constituição de 1988 e da Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) (BRASIL, 1993), a Assistência se tornou “[...] um dos componentes fundamentais na luta pela concretização das práticas de igualdade e justiça estabelecidas na Constituição de 1988” (EPIFANIO, 2017, p. 1-2). No Artigo 203 da Constituição, afirma-se que:

---

<sup>1</sup> Programa habitacional e de transferência de renda da Prefeitura Municipal de Guarapuava, o qual resultou da Lei Municipal nº 2.958 de 22 de julho de 2019. Teve início em agosto de 2019 e desde então acompanha 36 famílias de catadores(as) de materiais recicláveis.

A assistência social será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social, e tem por objetivos:

**I** - a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice;

**II** - o amparo às crianças e adolescentes carentes;

**III** - a promoção da integração ao mercado de trabalho;

**IV** - a habilitação e reabilitação das pessoas portadoras de deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária;

**V** - a garantia de um salário mínimo de benefício mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover à própria manutenção ou de tê-la provida por sua família, conforme dispuser a lei. (BRASIL, 1988).

Muitas foram as conquistas alcançadas por meio da Constituição Federal de 1988 em relação aos direitos humanos e várias leis que regulamentam tais direitos foram aprovadas desde então, entre elas está “a Lei Orgânica da Saúde/LOS (1990), a Lei Orgânica da Assistência Social/LOAS (1993) e a Lei de Diretrizes e Base da Educação/LDB (1996), entre outras leis” (NASCIMENTO, 2010, p. 87), as quais fundamentam e direcionam a atual prática profissional das(dos) assistentes sociais.

A Política de Habitação é amparada pela Constituição Federal de 1988, a qual assegura que: “São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição” (BRASIL, 1988, Art. 6). No Art. 23, também lemos que “É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios:” (BRASIL, 1988), “promover programas de construção de moradias e a melhoria das condições habitacionais e de saneamento básico” (BRASIL, 1988 Art. 23, § IX).

Além do vínculo existente desde o início dos projetos com a Política de Habitação, o andamento deles teve a afirmação do direito à moradia constantemente trabalhada, junto às condições dignas de habitação e de existência no espaço urbano, como especificado no Capítulo I do art. 182 da Constituição Federal, o qual faz parte da Lei denominada de Estatuto da Cidade.

Art. 2º A política urbana tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade urbana, mediante as seguintes diretrizes gerais:

**I** – garantia do direito a cidades sustentáveis, entendido como o direito à terra urbana, à moradia, ao saneamento ambiental, à infra-estrutura urbana, ao transporte e aos serviços públicos, ao trabalho e ao lazer, para as presentes e futuras gerações; (BRASIL, 1988).

Cunha, Soares e Pimentel (2017) fazem a seguinte análise acerca da atuação do(a) assistente social e o acesso à moradia:

Portanto é dever desse profissional ser compromissado com a qualidade dos serviços prestados à população. Onde a garantia de acesso à moradia não pode ser visto pelo usuário como um favor do profissional, ou que não contempla as necessidades dos mesmos, haja vista que a atuação do Assistente Social deve estar fundamentada na autonomia e ampliação dos direitos dos usuários. Se o direito ao acesso à moradia for compreendido como bondade, benevolência ou caridade por parte do profissional, o mesmo não estará pondo em prática o Código de Ética da Profissão, ou a instrumentalidade exigida em uma atuação profissional de qualidade (CUNHA; SOARES; PIMENTEL, 2017, p. 7).

A comunicação junto às famílias sobre leis e políticas públicas relacionadas à habitação, pode ser considerada como parte principal dos encontros do ano de 2021, e continuará a ser trabalhada. Isso para que as famílias avaliem o Programa Vida Digna e o recebimento das casas de forma crítica e para que entendam o acesso à moradia em condições dignas de habitação - com água encanada, rede de luz elétrica, saneamento básico, fora de área de risco e etc. - como um direito constitucionalizado e não como uma benevolência do Estado.

Visto que o Serviço Social é uma profissão que está inserida nas questões decorrentes entre o capital e o trabalho, conseqüentemente a Política do Meio Ambiente também envolve o serviço do assistente social. No capitalismo a matéria prima advinda do meio ambiente é o meio através do qual são produzidos os produtos que causam o desequilíbrio ambiental conhecido na atualidade.

Desde os primórdios da humanidade, o homem tem sido um agente transformador da natureza, vivendo em contato constante com ela e, a princípio, desenvolvendo uma produção voltada apenas a satisfazer suas necessidades imediatas, sem o compromisso com a acumulação de bens e riquezas (SOUSA; GOMES; SANTOS, 2013, p. 2).

O século XVIII foi marcado por várias mudanças conseqüentes da industrialização. A manufatura passou para a indústria (SOUSA; GOMES; SANTOS, 2013), a produção antes necessária para a sobrevivência se tornou larga e em grande escala aumentando o consumo e automaticamente o descarte de materiais na natureza. Dessa maneira a matéria-prima é retirada da natureza, transformada pelo ser humano e depois de certo tempo de uso, descartada na natureza, tudo de maneira rápida e numerosa, trazendo incontáveis impactos ambientais.

Diante de tais condições, a Revolução Industrial desencadeou dois processos que afetaram totalmente o meio ambiente: o aumento de poluentes na natureza e o crescimento do consumo dos recursos que são utilizados como matéria prima. Ambos processos se tornaram os primeiros apresentados como problemas de devastação ambiental.

Outro acontecimento que teve destaque foi o impulsionamento da população a deixar as áreas rurais e ocupar os espaços urbanos, gerando um acúmulo de espaços sem infraestruturas e precários para a sobrevivência (SOUSA; GOMES; SANTOS, 2013). Visivelmente de maneira paralela à exploração dos(as) trabalhadores(as) ocorre a exploração ao ambiente em que estão inseridos:

O desenvolvimento de problemas ambientais é próprio de um modo de produção marcado pela exploração que tem como principal objetivo a obtenção de lucro e a exploração do trabalhador, não possuindo características e perspectivas voltadas à preservação do meio ambiente. SOUSA; GOMES; SANTOS, 2013, p. 3).

Através do desgaste ambiental juntamente ao aumento da força produtiva foi perceptível a necessidade que forças fossem pensadas para a preservação ambiental. (SOUSA; GOMES; SANTOS, 2013). No Brasil a Constituição Federal de 1988 foi a primeira a tratar da questão ambiental. No artigo 225, do capítulo VI, lemos que:

Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações (BRASIL, 1988).

Neste sentido, os problemas ambientais já podem ser considerados uma “questão ambiental”, diretamente relacionada à “questão social”, pois ambas originam-se das mesmas raízes (SHONS, 2012). E ambas atingem diretamente os(as) trabalhadores(as) de quaisquer áreas, mas atingem especialmente os sujeitos que vivem em condições precárias, tanto de moradias quanto de trabalho.

Diante deste contexto, o trabalho dos(as) catadores(as) é de extrema importância para a preservação do meio ambiente através da colaboração na reciclagem dos resíduos e na limpeza das cidades. Porém, sendo a atividade da catação uma alternativa precária que restou aos(as) trabalhadores(as), como meio de resistência à falta de emprego e renda, os projetos de extensão focam a atuação na

formação da cooperativa de catadores(as) de materiais recicláveis, a fim de amenizar a exploração e a precariedade do trabalho destes sujeitos.

De acordo com Souza, Gomes e Santos (2013), relacionando a atuação do assistente social com as expressões da “Questão Social” e os conceitos ambientais, os(as) profissionais devem reavaliar posturas individuais e incentivar o associativismo, e também lutar pelo direito à moradia e à cidadania de populações que foram atingidas por eventos naturais. Como no caso das famílias de catadores(as) participantes dos projetos, que tantas vezes perderam pertences e até mesmo suas moradias, devido a eventos naturais somados a fatores decorrentes da falta de estrutura e pobreza em que estão inseridos(as).

Diante da hegemonia do capital, o(a) assistente social, enquanto intelectual orgânico, ao inserir-se neste campo contraditório, precisa buscar alternativas que possam favorecer o exercício de formas emancipatórias de consciência social, contribuindo com a qualificação da participação política, da mobilização, da organização política das classes subalternas (JACINTO, 2016, p. 90).

Assim, a atuação do Serviço Social por meio dos projetos de extensão é junto às famílias, mantendo o trabalho horizontal e dialógico, com o intuito de comunicar direitos garantidos por Lei em relação à moradia, ao trabalho e às condições dignas de vida. Para que assim aumente a autonomia individual e coletiva dentro do grupo como um todo e então progressivamente os direitos sejam reivindicados e afirmados, acontecendo o andamento do processo de emancipação política do coletivo de catadores (as) de materiais recicláveis.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Ao concluir essas linhas, tem-se a plena certeza de um estudo inconcluso, ainda tanto por descobrir e ao mesmo tempo instigante, pois relaciona questões teóricas fundamentais para compreender a realidade dos(das) catadores (as), mas também, relaciona e colhe o conhecimento que nasce da vida concreta dos sujeitos envolvidos (equipe e participantes dos projetos).

Os sujeitos que movem a universidade pública articulam suas ações a partir de um tripé: ensino, pesquisa e extensão. Nenhum destes eixos existem separadamente. Neste estudo foi possível perceber a importância da atividade da extensão, como um

espaço para vivenciar tanto o ensino, como também a pesquisa. A extensão é um berço fecundo de conhecimentos e vivências da realidade social dos(as) catadores(as), um espaço fértil de formação do assistente social, seja por meio do estágio curricular obrigatório ou pela participação dos(das) estudantes enquanto extensionistas.

No espaço da extensão os(as) assistentes sociais desenvolvem seu exercício profissional articulando o arcabouço de conhecimentos teóricos-metodológicos, ético-políticos e técnico-operativos, sem desarticular o tripé da universidade (ensino, pesquisa e extensão). Neste espaço de vivências interdisciplinares, os(as) assistentes sociais ensinam e também aprendem, numa troca mútua de conhecimentos, afetos e esperanças.

Conclui-se que existe uma relação horizontal e fecunda entre a extensão universitária, a profissão de Serviço Social e as políticas sociais, que, ao comporem juntos a rede de serviços prestados pelo município, contribuem de maneira eficaz no enfrentamento das expressões da “Questão Social”, no caso aqui estudado, contribuem para amenizar a precarização e a exploração do trabalho de catadores(as) de materiais recicláveis, ao mesmo tempo em que articulam a garantia de direitos sociais ofertados pelas várias políticas sociais.

## REFERÊNCIAS

BERLINCK, Manoel Tosta. **O método científico nos primórdios da Universidade: o caso de Andreas Vesalius de Bruxelas**. 2013, Revista Ensino Superior n 11. Disponível em: <<https://www.revistaensinosuperior.gr.unicamp.br/artigos/o-metodo-cientifico-nos-primordios-da-universidade-o-caso-de-andreas-vesalius-de-bruxelas> . Acesso em: 25 out. 2021.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Senado Federal: Brasília, 1988.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB)**. 9394/1996.

BRASIL. Lei n. 8.662, de 7 de junho de 1993. **Dispõe sobre a profissão de Assistente Social e dá outras providências**. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília-DF, 8 jun. 1993.

CFESS, Conselho Federal de Serviço Social. **Resolução nº 533 de 29 de setembro de 2008**. Brasília, DF, 2008.

CUNHA, D. S.; SOARES, M. V.; PIMENTEL, P. G. R. **O assistente social na garantia de acesso à habitação**. VIII Jornada Internacional Políticas Públicas. Universidade Federal do Maranhão, 2017. Disponível em: <<http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2017/pdfs/eixo4/oassistentesocialnagaran tiadeacessoahabitacao.pdf>> Acesso em: 7 mar. 2022.

ESPERANÇAR, junto aos(as) catadores de materiais recicláveis de Guarapuava - PR. **Plano de Trabalho**. Unicentro, 2021 (não publicado).

EPIFANIO, Alex. **A Assistência Social no Brasil à Luz da Constituição de 1988 e da Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS)**. Universidade Federal Fluminense, 2017. Disponível em: <https://app.uff.br/riuff/bitstream/handle/1/3267/Alex%20Ferreira%20Epif%20nio.pdf;jsessionid=69C3E656B60C449BF6DCB177C15A82A4?sequence=1> . Acesso em: 25 out. 2021.

FORPROEX. **Política Nacional de Extensão Universitária**. Porto Alegre: UFRGS, 2012.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou Comunicação?** 6ª Ed - Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou Comunicação?** 24ª Ed - Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2021.

JACINTO, Adriana Giaqueto. **Trabalho socioeducativo no Serviço Social à luz de Gramsci: o intelectual orgânico**. In.: Revista Katálysis (v. 20, n. 1, p. 84-92, jan./abr.). Florianópolis: SC, 2017. Disponível em <https://www.scielo.br/j/rk/a/DPvXpTxCCTxkmrfNcw8gFG/abstract/?lang=pt> Acesso dia 17 de maio de 2022.

MACHADO, Verônica Moreno. **Algumas Reflexões sobre as Concepções de Extensão Universitária**. **Revista Científica Semana Acadêmica**. Fortaleza, ano MMXIII, Nº. 000035, 14/08/2013. Disponível em: <<https://semanaacademica.org.br/artigo/algumas-reflexoes-sobre-concepcoes-de-extensao-universitaria>> Acesso em: 20 nov. 2021.

MACHADO, Aline Maria Batista; SILVA, Andrêsa Melo da; TOLENTINO, Graziela Aparecida Pereira. **Paulo Freire e a educação popular na história do Serviço Social brasileiro (1980-2010)**. In.: Revista Serviço Social & Sociedade (n. 134, p. 70-87, jan./abr.). São Paulo: Cortez, 2019. Disponível em <https://www.scielo.br/j/ssoc/a/64sQhQzqsnnwBh5zRntwwxp/?format=pdf&lang=pt> Acesso dia 16 de maio de 2022.

MARCONI, Marina de; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 5ª Ed. São Paulo: Atlas 2003.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis. Rio de Janeiro. Edit. Vozes, 1994.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Disciplinaridade, interdisciplinaridade e complexidade.** In.: Revista Emancipação (v.10 nº 02, p. 435-442). Ponta Grossa, UEPG, 2010.

NASCIMENTO, S. G. do. **Direitos Humanos e Assistência Social: A Experiência do Brasil Pós-1988.** Universidade Federal de Pernambuco: Recife, 2010.

NOGUEIRA, M. das D. P. (Org.). **Extensão Universitária: diretrizes conceituais e políticas – Documentos básicos do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras 1987 – 2000.** Belo Horizonte: PROEX/UFMG; o Fórum, 2000.

SCHONS, Selma Maria. **A questão ambiental e a condição de pobreza.** Revista Katalysis (v. 15, n. 1, p. 70-78, jan./jun.). Florianópolis, 2012. Disponível em <https://www.scielo.br/j/rk/a/y9scXHn89BBn9zgyXcrbsrd/?lang=pt> Acesso em 30 de nov.2022.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico.** 23ª Ed – revista e atualizada. São Paulo: Cortez, 2007.

SOUSA, M. T. C. S. de; GOMES, I. L. S. F.; SANTOS, M. M. S. dos. **Serviço social e meio ambiente: Um desafio para a atuação de assistentes sociais.** VI Jornada Internacional de Políticas Públicas. Universidade Federal do Maranhão, 2013. Disponível em: <http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2013/JornadaEixo2013/anais-eixo11-questaoambientalepoliticaspUBLICAS/servicosocialemeioambiente-umdesafioparaatuacaodeassistentesociais.pdf>. Acesso em: 6 mar. 2022.

SOUZA, Olga Suely Soares de; FERREIRA, Lorena de Souza. **A Regulamentação da Extensão Universitária no Brasil.** Revista Mosaicum (n. 8 – Ago./Dez.). Bahia, 2008. Disponível em: <https://revistamosaicum.org/mosaicum/article/view/340> Acesso em: 25 nov. 2021.

TRABALHO SOCIAL. **Plano Trabalho Social com Famílias de Catadores de Materiais Recicláveis em Guarapuava/PR.** Universidade Estadual do Centro-Oeste, 2021.

VESCHI, Benjamin. **Etimologia de universidade.** 2019. Disponível em: < <https://etimologia.com.br/universidade/>>. Acesso em: 25 out. 2021.



**Capítulo 2**  
**FATORES CONDICIONANTES DA POLÍTICA**  
**COMERCIAL BRASILEIRA**  
*Virgilius de Albuquerque*

## FATORES CONDICIONANTES DA POLÍTICA COMERCIAL BRASILEIRA

*Virgilius de Albuquerque*<sup>2</sup>

*Professor Adjunto da Faculdade de Administração e Finanças da Universidade do  
Estado do Rio de Janeiro (UERJ)*

### RESUMO

O propósito deste trabalho consiste em verificar a conformidade de um modelo aos dados empíricos. Procura-se analisar os principais fatores condicionantes da política comercial brasileira. Sugere-se que seus principais elementos condicionantes são o comportamento político do empresário brasileiro, os recursos da firma e as suas capacidades dinâmicas. Compreende-se que esses fatores correspondem a variáveis latentes que são consubstanciadas a partir de conceitos teóricos. A operacionalização desses conceitos não pode ocorrer à margem dos trabalhos teóricos e empíricos apresentados. A partir da literatura acadêmica, procura-se conferir validade de conteúdo e validade nomológica ao modelo. O modelo concebido teoricamente é analisado por meio de equações estruturais. O modelo de equações estruturais é composto pelos modelos de mensuração de cada um dos fatores independentes, bem como da variável latente dependente, e pelo modelo de fatores, onde são interligados os diferentes fatores ou constructos. Efetua-se uma *survey* junto às maiores empresas exportadoras brasileiras para a obtenção de dados. Os resultados encontrados apontam para a não corroboração do modelo teórico, uma vez que suas estatísticas de ajuste não foram satisfatórias. Entretanto, os parâmetros de medição (cargas fatoriais e coeficientes estruturais de regressão) apresentaram significância estatística. Salienta-se que, malgrado a inexistência de ajuste, o comportamento político e as capacidades dinâmicas foram os principais fatores condicionantes da política comercial brasileira. Não obstante, em face da não adequação estrutural do modelo, as hipóteses de pesquisa (coeficientes estruturais) e os indicadores de mensuração das variáveis latentes (cargas fatoriais) não permitem inferência populacional.

**Palavras-chave:** capacidades dinâmicas, comportamento político, modelo de equações estruturais, política comercial brasileira, recursos da firma.

### ABSTRACT

The purpose of this work is to verify the conformity of a model to empirical data. It seeks to analyze the main conditioning factors of brazilian trade policy. It is suggested that its main conditioning elements are the political behavior of brazilian businessmen, the firm's resources and its dynamic capabilities. It is understood that these factors correspond to latent variables that are substantiated from theoretical concepts. The operationalization of these concepts cannot occur apart from the existing theoretical

---

<sup>2</sup> Doutor em Administração pela EBAPE/FGV, Mestre em Relações Internacionais pela PUC/RJ. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3376347651949021>; ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1835-9068>

and empirical works. Based on the academic literature, an attempt is made to check the model's content and nomological validity. The theoretically conceived model is analyzed using structural equations. The structural equations model is composed by the measurement models of each of the independent factors, as well as the dependent latent variable, and by the factor model, where the different factors or constructs are interconnected. A survey is carried out with the largest Brazilian exporting companies to obtain data. The results found point to the non-corroboration of the theoretical model, since its adjustment statistics were not satisfactory. However, the measurement parameters (factorial loadings and structural regression coefficients) showed statistical significance. It should be noted that, despite the lack of adjustment, political behavior and dynamic capabilities were the main conditioning factors of Brazilian trade policy. However, given the structural inadequacy of the model, the research hypotheses (structural coefficients) and the measurement indicators of latent variables (factorial loadings) do not allow population inference.

**Keywords:** Brazilian trade policy, dynamic capabilities, firm resources, political behavior, structural equations model.

## 1. INTRODUÇÃO

O objetivo deste trabalho consiste em analisar a política pública de comércio exterior brasileira partir de seus principais elementos condicionadores. Com esse propósito, é desenvolvido um modelo teórico. Esse modelo, desenvolvido a partir de substratos teóricos e empíricos, é analisado pelo método denominado modelo de equações estruturais. O modelo estrutural ajusta estatisticamente os dados obtidos empiricamente por meio de uma *survey* e visa confirmar ou corroborar, ou não, o modelo teórico. Desse modo, a natureza desta pesquisa é confirmatória, ou seja, procura-se confirmar se um modelo teoricamente concebido se ajusta aos dados amostrais.

Percorre-se a literatura teórica e empírica dos principais fatores intervenientes que condicionam a política pública de comércio exterior. Há evidências acadêmicas que esses fatores são representados pelas competências das empresas nacionais exportadoras e pela atuação política do empresariado exportador nacional na esfera pública federal e junto à sociedade civil. A revisão bibliográfica estende-se, naturalmente, aos mecanismos oficiais de apoio e incentivo às atividades exportadoras das empresas nacionais.

Com relação às competências, elas são subdivididas em duas abordagens, cujos principais conceitos usualmente adotados nos estudos das empresas são a escola de recursos, tanto tangíveis como intangíveis, e a teoria evolucionista da firma, que enfatiza as suas capacidades dinâmicas lastreadas no conhecimento e na inovação.

Quanto à atuação política daquele agente societal, aborda-se o conceito relativo ao seu comportamento político nos mecanismos institucionais de interlocução junto aos Poderes Executivo e Legislativo, bem como à sociedade civil organizada, para a consecução de seus objetivos empresariais.

O recenseamento literário visa a identificação do conteúdo do significado do conceito. Nesse processo, são identificados os atributos essenciais do conceito que, muitas vezes, corresponde a algo não mensurável diretamente. Visando a sua mensuração para fins de análise, procura-se associá-los, a partir de um conjunto de indicadores observáveis, em um sistema de relações causais. Esse conceito, uma vez substantivado para fins de mensuração, é denominado constructo ou variável latente.

A denominação do constructo deve ser constituída a partir do termo que expressa o seu atributo essencial. A definição ou especificação conceitual de um constructo é imprescindível para que a extensão de seu domínio fique aclarada. O domínio corresponde à delimitação do constructo, ou seja, o que está incluído na sua definição, bem como, o que ele não compreende. Definido o domínio, pode-se identificar as categorias, ou dimensões, do constructo e escolher os indicadores adequados para a aferição de cada uma das dimensões (categorias) do conceito (BORSBOOM *et al.*, 2003; CHURCHILL, 1979; EDWARDS e BAGOZZI, 2000; NETEMEYER *et al.* 2003; THIRY-CHERQUES, 2005a).

Objetiva-se, assim, que sejam identificadas categorias ou dimensões do constructo (fatores de primeira ordem) e indicadores (variáveis observacionais ou de mensuração) que operacionalizam os conceitos ou variáveis latentes (fator de segunda ordem) dos fatores condicionantes ou exógenos (comportamento político, recursos e capacidades dinâmicas da firma) e do fator dependente ou exógeno (política comercial brasileira).

Os principais critérios imanentes dos instrumentos de mensuração são a confiabilidade e a validade. Confiabilidade traduz a capacidade de replicação de um resultado analítico de modo consistente. Validade reflete a capacidade de mensurar exatamente o objeto (conceitos) em estudo. A construção do modelo teórico apresentada neste trabalho fundamenta-se nos conceitos de validade de conteúdo e validade nomológica.

A validade de conteúdo concerne ao nível de abrangência com que os conteúdos dos indicadores observacionais mensuram adequadamente o conceito subjacente (variáveis latentes de primeira e segunda ordem). A obtenção da validade

de conteúdo é desejada para que sejam afastadas associações espúrias que possam fragilizar, *ab initio*, o desenho do modelo analítico. É com esse objetivo que se percorre a literatura acadêmica pertinente para a obtenção de validade de conteúdo dos constructos. A estrutura de cada conteúdo, composta pelos indicadores e variáveis latentes de primeira e segunda ordem, quando operacionalizada para fins de tratamento estatístico é denominada modelo de mensuração.

Por sua vez, a validade nomológica está associada à capacidade de predição dos constructos. O modelo teórico deve ser elaborado a partir do conjunto de relações entre os constructos antecedentes e consequentes existentes na literatura acadêmica. Essa modalidade de validade também é designada por rede nomológica, uma vez que expressa as interrelações dos constructos. Essa forma de validação busca corroborar as hipóteses de pesquisa representadas pelas relações entre os constructos de um modelo de equações estruturais, que foram constituídas a partir de teorias existentes na literatura (NETEMEYER *et al.*, 2003).

O trabalho empírico é efetivado por intermédio da aplicação de questionário junto às maiores empresas exportadoras brasileiras, em que as questões são mensuradas por meio de uma escala categórica Likert de cinco pontos. Utiliza-se o software Mplus que apresenta uma função de discrepância robusta (WLSMV) para a estimação dos parâmetros a partir de dados categóricos

A partir dos resultados da *survey*, procede-se uma análise da validade das estatísticas de adequação e especificação do modelo (cargas fatoriais), assim como das relações estruturais entre os fatores (coeficientes de regressão múltipla) com vistas a verificar a existência de relevância entre suas interrelações.

Em um esforço de síntese e, considerando que a finalidade acadêmica precípua deste trabalho está fundamentada na apresentação e disseminação de um caso prático de um modelo de equações estruturais no campo das ciências sociais aplicadas, a perquirição do arcabouço teórico não é apresentada. Sumaria-se, no tópico seguinte, a estrutura (modelo de mensuração) composta pelos indicadores de mensuração e as suas respectivas categorias que, conjuntamente, constituem cada um dos conceitos ou constructos (comportamento político, recursos, capacidades dinâmicas da firma, e política comercial) que compõem o modelo estrutural proposto.

## 2. REFERENCIAL TEÓRICO

Consoante observado anteriormente, a abordagem teórica, que consubstanciou cada um dos modelos de mensuração dos constructos – comportamento político, recursos, e capacidades dinâmicas, está sintetizada nas tabelas apresentadas adiante. São apresentados indicadores encontrados na literatura e que norteiam as questões de pesquisa. As respectivas referências bibliográficas estão mencionadas entre parênteses.

Em seguida, apresenta-se uma remissão teórica que fundamenta as relações estruturais entre os diversos conceitos, ou constructos, analisados no modelo estrutural em estudo. Conforme salientado anteriormente, a prospecção teórica dessas interrelações objetiva auferir validade nomológica ao modelo.

### 2.1. Modelos de mensuração

QUADRO 1 – Elementos do constructo comportamento político

Atributo	Categorias	Indicadores
Comportamento Político (CP)	Dimensão do Executivo (CPEX)	Financiamento de campanha (CPEXDOA), participação em conselhos (CPEXMEM), participação em comitativas (CPEXCOM), audiências e contatos políticos (CPEXAUD), contratação de consultorias (CPEXSER)
	Dimensão do Legislativo (CPLE)	Financiamento de campanha (CPLEDOA), contatos com membros de partidos políticos (CPLECON), participação em comissões parlamentares (CPLEEME), participação na formulação de agenda legislativa no âmbito da Confederação Nacional das Indústrias (CPLEONI)
	Entidades da sociedade civil (CPSC)	Participação em entidades patronais (CPSCGOV), em associações setoriais (CPSCASS), e em institutos de estudos e pesquisas (CPSCIEP)

**Fonte:** BOBBIO, 1987; COUTINHO, 1989; DENZAU e MUNGER, 1986; DINIZ, 1982; 1993; 2000; 2007; DINIZ e BOSCHI, 1993; 2004; FLEURY, 2004; LITVAK, 1983; MAINWARING, 2001; MILNER, 1997; O'DONNELL, 1982; 1988; OFFE, 1984; 1994; PEREIRA, 1995; POULANTZAS, 1971; SANTOS, 1993; VELASCO Jr., 1997; 1997a.

QUADRO 2 – Elementos do constructo recursos da firma

Atributo	Categorias	Indicadores
Recursos (RE)	Recursos tangíveis (RETA)	Tamanho (RETACUS), tecnologia (RETAMAQ), logística (RETALOG)
	Recursos intangíveis (REIN)	Reputação da firma (REINREP)
	Recursos humanos (RERH)	Qualificação gerencial (RERHQUA), rede de relacionamentos (RERHRED)

	Capital organizacional (REKO)	Cultura organizacional (REKOCUL), sistemas corporativos (REKOSIS)
--	-------------------------------	---

**Fonte:** BARNEY, 1991; 2001; CYERT e MARCH, 1963; DHANARAJ e BEAMISH, 2003; GALBREATH e GALVIN, 2004; KOR e MAHONEY, 2000; PENROSE, 1959; WERNERFELT, 1984; 1995.

QUADRO 3 – Elementos do constructo capacidades dinâmicas da firma

Atributo	Categorias	Indicadores
Capacidades Dinâmicas (CD)	Aquisição de conhecimento (CDAC)	Contratação de P&D (CDACPDE), atividade interna de P&D (CDACPD), acordos de parceria e cooperação (CDACPAR), treinamento e experimentação (CDACTRE)
	Conversão de conhecimento (CDCC)	Rotinas e procedimentos operacionais (CDCCROT), codificação e normalização (CDCCNOR)
	Atividades de inovação (CDIN)	Projetos de produtos e processos já existentes (CDINJAA), novos projetos de produtos e processos (CDINNAO), mudanças estratégicas e organizacionais (CDINGES)

**Fonte:** ALCHIAN, 1950; BELL e PAVITT, 1993; CARPENTER *et al.*, 2001; CYERT e MARCH, 1963; DUTRÉNIT, 2000; FIGUEIREDO, 2001; 2003; LALL, 1994; KIM, 1997; 1998; MATHEWS, 2002; NELSON, 1991; NELSON e WINTER, 1982; PENROSE, 1959; TACLA e FIGUEIREDO, 2003; TEECE e PISANO, 1994; TIGRE, 2002; WINTER, 1988

QUADRO 4 – Elementos do constructo política comercial

Atributo	Categorias	Indicadores
Política Comercial (PC)	Financiamento das exportações (PCFI)	BNDES-Exim (PCFEXI), PROEX-pós-embarque (PCFIBBP), PROEX-Equalização (PCFIBBE)
	Garantia e seguro de crédito (PCSG)	FGPC (PCSGFGP), SBCE (PCSGSBC)
	Outros elementos intervenientes (PCOE)	Promoção (PCOEPRO), incentivos fiscais (PCOEFIS), <i>drawback</i> (PCOEDRA), políticas setoriais (PCOEPSP), acordos comerciais (PCOEACO), procedimentos administrativos (PCOESIM), investimentos em infraestrutura (PCOEIIE), programas de produtividade e capacitação tecnológica (PCOEPQP), sistema privado de crédito (PCOEPRI), fatores exógenos (PCOEEXO)
	Questões gerais (PCQG)	Acesso aos instrumentos oficiais de política comercial (PCQG2), satisfação com os instrumentos de crédito e seguro (PCQG1)

**Fonte:** BLUMENSCHNEIN e LEON, 2002; DIMAGGIO e POWELL, 1983; DINIZ, 1978; GENÇTÜRK e KOTABE, 2001; LAGES e MONTGOMERY, 2001; PEREIRA e MACIENTE, 2000; ROCHA e CHRISTENSEN, 2002; SERINGHAUS, 1986; VEIGA, 2002; VEIGA e IGLESIAS, 2002; 2002a.

Foram introduzidas duas questões de carácter genérico para a mensuração da variável dependente Política comercial. Correspondem a indicadores que visam capturar o domínio geral do constructo e objetivam não modificar a significância estatística do parâmetro de cada um dos indicadores, mantendo-se a mensuração sugerida pelo arcabouço teórico.

## 2.2. Modelo de fatores: política comercial

Discorre-se sobre as evidências teóricas e empíricas que sustentam, preliminarmente, as hipóteses de pesquisa, que no modelo estrutural são operacionalizadas sob a forma de relações estruturais. O modelo expressa as regressões estruturais (coeficientes de regressão estruturais) associadas ao fator, ou variável latente, endógeno. Conforme abordado adiante, sugere-se a existência de três hipóteses, indicadas, ao final dessa seção, pelas setas da Figura 1 – H1, H2 e H3.

Pressupõe-se que as políticas oficiais de incentivo às exportações e demais políticas públicas capazes de incrementar o setor exportador são condicionados pelos recursos e pelas capacidades dinâmicas da empresa. Imanente ao próprio conceito de economia política, prescreve-se, também, que a utilização dos diversos canais de mediação política pelo empresariado junto ao Estado influencia os benefícios auferidos pelas políticas públicas. Desse modo, a variável latente Política comercial é a variável explicada ou endógena, ao passo que os demais constructos são as variáveis independentes ou exógenas.

As relações causais da política comercial ou, de outra forma, os fatores condicionantes da política comercial brasileira expressam a rede nomológica de interligação dos constructos do modelo, que foi constituída a partir do critério de validade nomológica.

No estudo empírico de Lages e Montgomery (2001) sobre as relações causais existentes entre a política pública de fomento comercial, a estratégia de *marketing* e o desempenho da firma, esses autores concluem que o conhecimento adquirido em negócios internacionais, mediante experiência e treinamento, e a competição de mercado influenciam o apoio obtido junto às agências de fomento à exportação. Embora não façam associação direta com os recursos e capacidades da firma, o emprego dessa *rationale* é consentânea com o presente trabalho, porque a ameaça advinda da competição impele a aquisição de recursos e a geração de capacidades dinâmicas pela firma.

Katsikeas (1994) sugere que a implantação de políticas de promoção comercial deve levar em consideração fatores, *inter alia*, o tamanho da firma. Por sua vez, Gençtürk e Kotabe (2001), partindo do pressuposto de que um dos principais objetivos da política comercial é capacitar as firmas potencialmente exportadoras, analisam os

efeitos da utilização do conhecimento e experiência, adquiridos mediante os programas de fomento ao comércio exterior, no desempenho exportador das firmas estadunidenses.

Não foi identificado estudo empírico que associa o comportamento político com a política comercial. Todavia, a economia política *per se* reflete a influência dos grupos de interesse na formulação, implementação e nos resultados das políticas estatais (OFFE, 1984)

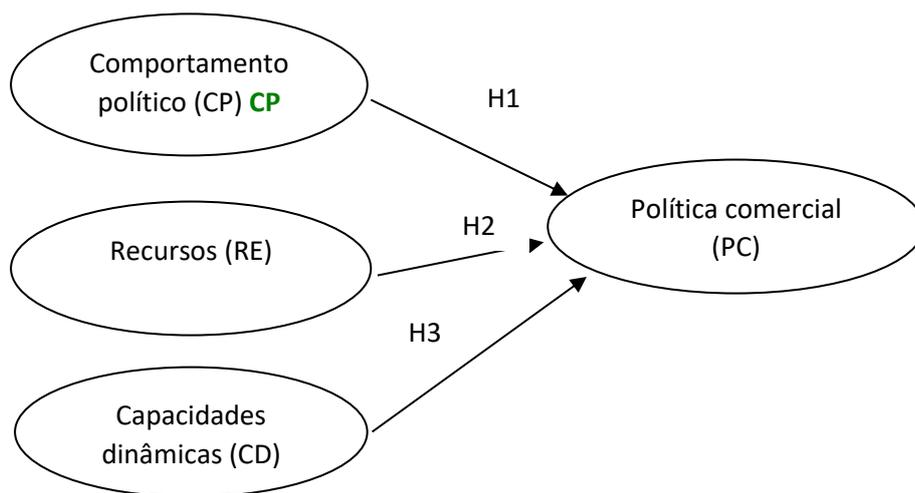
Desta forma, são apresentadas as seguintes hipóteses de pesquisa:

Hipótese 1 (H1): o comportamento político da firma condiciona positivamente a utilização dos instrumentos de política comercial e outras políticas com impacto nas exportações;

Hipótese 2 (H2): os recursos da firma condicionam positivamente a utilização dos instrumentos de política comercial e outras políticas com impacto nas exportações; e

Hipótese 3 (H3): as capacidades dinâmicas da firma condicionam positivamente a utilização dos instrumentos de política comercial e outras políticas com impacto nas exportações.

FIGURA 1 – Modelo pictorial das relações entre os constructos



### 3. METODOLOGIA

Emprega-se o método de análise denominado modelo de equações estruturais. Trata-se de um método estatístico desenvolvido a partir da análise das estruturas de

covariância, e combina técnicas de regressões múltiplas, análise do caminho, e análise fatorial. Esse método conjuga a abordagem da análise fatorial – confirmatória dos modelos de mensuração – com um conjunto simultâneo de regressões estruturais lineares entre os fatores – representadas pelo modelo de fatores. O modelo de fatores é proveniente do modelo de análise de caminho. Esse último é composto apenas por variáveis observacionais, ao passo que o modelo de fatores é composto, também, por constructos (SCHUMACKER e LOMAX, 1996).

O modelo de fatores é representado pelo conjunto de equações que relacionam os fatores exógenos e endógenos. A nomenclatura mais difundida para a expressão das matrizes e parâmetros do modelo corresponde àquela empregada por Jöreskog e Sörbom (1989) no sistema LISREL, em que os elementos das equações matriciais são expressos em alfabeto grego.

A análise do modelo compreende as regressões estruturais associadas ao seu fator endógeno, qual seja, a Política comercial. O número de equações estruturais de um modelo equivale à quantidade de fatores endógenos. O modelo em análise, composto por uma equação estrutural, cuja forma geral é  $\eta = B\eta + \Gamma\xi + \zeta$ , e derivado do quadro pictorial acima, é:

$$\eta_{PC} = \gamma_{CP, PC} \xi_{CP} + \gamma_{RE, PC} \xi_{RE} + \gamma_{CD, PC} \xi_{CD} + \zeta_{PC}$$

em que:

$\eta$ : fator endógeno ou variável latente dependente;

$\gamma$ : coeficiente estrutural ou de regressão entre os fatores exógenos (CP, RE e CD) e o fator endógeno (PC);

$\xi$ : fator exógeno ou variável latente independente; e

$\zeta$ : distúrbio ou erro de mensuração do fator endógeno.

O modelo estrutural relaciona diferentes fatores (variáveis latentes ou constructos) em um mesmo recorte analítico e seu procedimento estatístico é sintetizado na minimização da diferença entre a covariância dos dados amostrais e a covariância estimada pelo modelo. A hipótese fundamental imanente do modelo é que a covariância entre as variáveis observacionais da amostra apresenta o mesmo comportamento de associação que elas desempenham na população, ou seja, no mundo real.

A hipótese fundamental do método, ou hipótese nula, é sintetizada na seguinte equação:

$$\Sigma = \Sigma (\theta),$$

onde  $\Sigma$  é a matriz de covariância populacional das variáveis observadas;  $\theta$  é a representação do conjunto de parâmetros do modelo; e  $\Sigma (\theta)$  é a matriz de covariância implícita – ou estimada por um modelo específico – que é composta pelos parâmetros do modelo. Todos os parâmetros são determinados a partir da combinação (covariância) de cada par das variáveis observacionais.

A matriz  $\Sigma (\theta)$  é denominada matriz de covariância implícita, pois procura estimar as variâncias e covariâncias populacionais que estão implícitas no modelo estrutural.

Por sua vez, a consistência estatística do modelo é testada pela relação abaixo:

$$S = \Sigma (\theta),$$

onde  $S$  é a matriz de covariância amostral. Ela é composta pelas variâncias e covariâncias coletadas pelos indicadores de mensuração e é comparada com a matriz populacional hipotética, implícita no modelo esboçado, uma vez que não é possível a obtenção dos dados de toda a população pesquisada.

O objetivo fundamental consiste na especificação do modelo e na estimação de seus parâmetros de modo que os parâmetros estimados ( $\theta$ ) pelo modelo teórico traduzido matricialmente ( $\Sigma (\theta)$ ) reproduzam a matriz de covariância dos dados empíricos ( $S$ ) que, por sua vez, é representativa dos dados populacionais do mundo real.

A hipótese nula é a assertiva de que as medidas de associação (covariância ou correlação) entre as variáveis observadas (da matriz  $S$  que é presumida como representativa da matriz de covariância populacional  $\Sigma$ ) correspondem à matriz de associação (matriz de covariância implícita) resultante dos parâmetros obtidos pelo modelo proposto:  $\Sigma = \Sigma (\theta)$ . O objetivo é que a hipótese nula não seja rejeitada. Nesse caso, o modelo proposto se ajusta aos dados populacionais.

As variáveis podem ser classificadas em variáveis contínuas ou categóricas. As variáveis contínuas podem ser mensuradas no *continuum* de uma escala, isto é, ao longo de qualquer ponto de uma escala de mensuração. As variáveis categóricas

não. O respondente deve selecionar uma categoria específica pré-determinada dentro do conjunto de categorias existentes na escala de resposta.

De forma geral, as variáveis categóricas podem ser subdivididas em dicotômicas, policotômicas e ordinais. Variáveis dicotômicas apresentam duas categorias excludentes (e.g., sim/não). As policotômicas apresentam mais de duas classes de respostas não-hierarquizadas (e.g., católico, protestante e batista). Por fim, as variáveis ordinais apresentam uma hierarquização ou ordem de respostas (e.g., escalas Likert e diferencial semântico). Este trabalho emprega, no questionário aplicado, a escala categórica Likert de 5 pontos (MUTHÉN, 1984).

O *Mplus*, de Muthén e Muthén (2004), utiliza, entre outros estimadores, a função de discrepância *weighted least square mean and variance parameter estimator* – WLSMV, quando há, pelo menos, uma variável categórica dependente. É um estimador robusto que foi desenvolvido para preencher a lacuna decorrente da ausência de medidores consistentes de variáveis categóricas. Este trabalho utilizou o *software Mplus* e os parâmetros do modelo foram estimados pelo WLSMV.

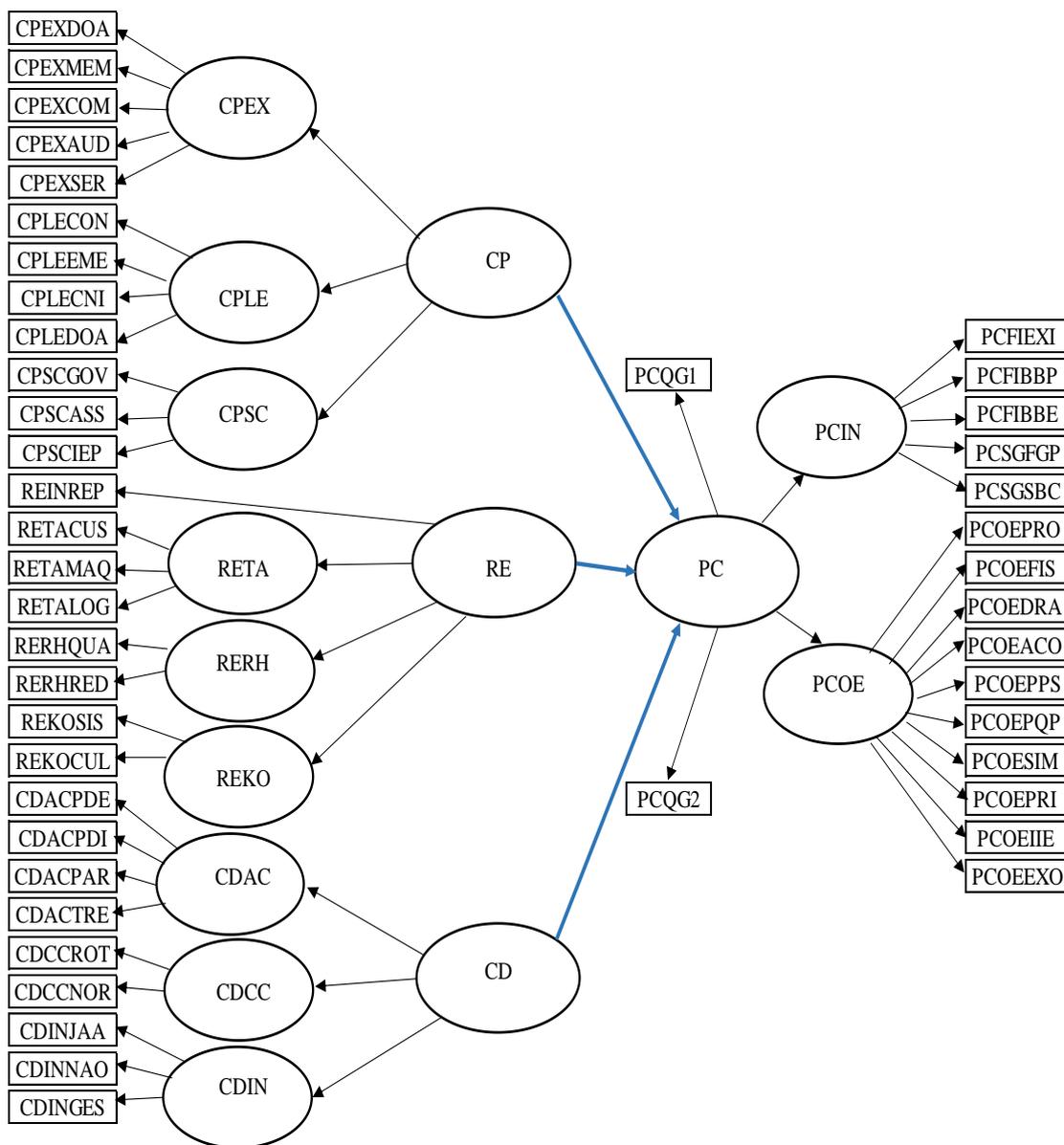
A *survey* consistiu na aplicação de um questionário junto às maiores empresas exportadoras nacionais no período compreendido entre 2002 e 2006. O número de respostas totalizou 157 questionários. A elaboração do questionário atendeu às orientações existentes na literatura de desenvolvimento de escalas e elaboração de questionários (ALRECK e SETTLE, 1995; CHURCHILL, 1979; DeVELLIS, 2003; NETEMEYER *et al.*, 2003; PETERSON, 2000; ROSSITER, 2002).

Quanto ao tamanho da amostra, a quantidade mínima necessária é condicionada pelo desenho do modelo, pelo método de estimação utilizado, assim como pelos parâmetros estatísticos determinados, e.g. cargas fatoriais, correlação múltipla quadrada, e a distribuição de probabilidade das variáveis. Portanto, não há consenso quanto às diretrizes que devem ser seguidas para a definição do tamanho mínimo da amostra (GAGNÉ e HANCOCK, 2006; HU e BENTLER, 1999; JACKSON, 2001; 2003; KIM, 2005; KLINE, 2005; MacCALLUM *et al.* 1996; 1999; MUTHÉN e MUTHÉN, 2002).

A seguir, sintetizam-se as estatísticas utilizadas para a avaliação do modelo estrutural, expresso na Figura 2, abaixo.

- Distribuição qui-quadrado ( $\chi^2$ ): utilizada para a estimação de ajuste do modelo estrutural, fornece estimadores qui-quadrados para testar a hipótese nula ( $H_0$ ) de que  $S = \Sigma(\theta)$ , ou a matriz dos resíduos,  $S - \Sigma(\theta)$ , seja igual a zero.
- *p value*: ou valor *p*: probabilidade estatística de que a estimativa de um parâmetro esteja dentro do intervalo de confiança para a sua ocorrência. A um intervalo de confiança de 95%, ou nível de significância ( $\alpha$ ) de 0,05, a hipótese nula é rejeitada caso *p value* seja inferior a 0,05, isto é, o resultado do teste é estatisticamente significativo.
- $\lambda$  (lambda): carga fatorial, ou coeficiente de regressão, entre as variáveis latentes e os seus indicadores.
- Coeficiente de correlação múltipla ( $R^2$ ): proporção da variância das variáveis dependentes que é explicada pelas variáveis independentes. Estima o grau com que:  
(i) o modelo de mensuração é representado adequadamente pelas variáveis observacionais; e (ii) o modelo de fatores é devidamente expresso pelos coeficientes de regressão de cada equação estrutural. São eliminados os parâmetros com *p value* > 0,05 caso a relação não seja teoricamente substantiva, uma vez que não apresentam significância estatística.
- TLI (*Tucker-Lewis index*): estatística utilizada para comparar modelos alternativos ou o modelo proposto a partir de um modelo mais restritivo (*baseline model*); TLI > 0.90.
- CFI (*comparative fit index*): estatística comparativa que mensura o nível de melhoria da centralidade obtida por um novo modelo embrionário de um anterior; CFI > 0.90.
- RMSEA (*root mean square error of approximation*): estatística empregada para ajuste geral do modelo, determinada a partir da estimação de uma distribuição  $\chi^2$  não-centralizada, em que o valor do parâmetro não-centralizado é comparado com o valor da distribuição centralizada; RMSEA < 0,08.
- WRMR (*weighted root mean square residual*) estatística calculado pelo *Mplus* para variáveis categóricas; WRMR < 1.

FIGURA 2 – Representação pictorial do modelo de equação estrutural



#### 4. RESULTADOS E COMENTÁRIOS

São apresentadas, a seguir, as estatísticas de ajuste e de especificação do modelo de equações estruturais da variável latente Política comercial, estimadas em consonância com o modelo pictorial constante da Figura 2, acima.

Foi adotada a premissa de que não há resíduos das variâncias das variáveis latentes de primeira ordem CPEX, CPLE (do constructo CP – comportamento político), RERH, RETA e REKO (do constructo RE – recursos). Desse modo, as variâncias do

erro de mensuração desses fatores foram fixadas em zero, supondo-se, por conseguinte, que não há erro de mensuração desses constructos de primeira ordem. Esse procedimento equivale a refletir diretamente o comportamento dos fatores principais nas variáveis observacionais relativas às categorias do Poder Executivo, do Poder Legislativo (comportamento político), dos recursos humanos, dos recursos tangíveis e do capital organizacional (recursos da firma).

TABELA 1 - Estatísticas de ajuste do modelo estrutural da Política comercial

$\chi^2 / gl$	<i>p value</i>	CFI	TLI	RMSEA	WRMR
175,074 / 77	0,0000	0,949	0,964	0,090	1,134

O teste qui-quadrado de ajuste do modelo, expresso pela estatística  $\chi^2$ , apresenta significância estatística, uma vez que o *p value* de 0,000 foi inferior a 0,05. Uma vez que a hipótese nula é que  $S = \Sigma (\theta)$ , isto é, a matriz de covariância populacional pode ser expressa pela matriz de covariância implícita, a mesma foi rejeitada, haja vista o valor-p da estatística qui-quadrada.

Por outro lado, as estatísticas de ajuste do modelo de mensuração, representadas pelos valores de CFI e TLI apresentaram resultados favoráveis. Seus respectivos valores 0,949 e 0,964 foram superiores ao limite mínimo preconizado de 0,90. Porém, embora a estatística RMSEA tenha apresentado (0,090) estimativa ligeiramente superior ao limite (*threshold*) de 0,080, o valor do WRMR, de 1,134, foi bastante superior ao seu limite de 1,000. Esta estatística, gerada pelo Mplus para variáveis categóricas, denota a variância dos dados amostrais que não é explicada pelo modelo estrutural.

Consequentemente, uma vez que as estatísticas estimadas de ajuste ou adequação do modelo estrutural dos fatores condicionantes da variável latente Política Comercial, em particular a WRMR, não observaram os limites preconizados, esse modelo não pode ser validado com base nos dados empíricos coletados.

TABELA 2 – Estatísticas de especificação dos modelos de mensuração do modelo estrutural da Política comercial: cargas fatoriais

Fator de 2ª ordem	Fator de 1ª ordem	Indicador	Carga Fatorial ( $\lambda$ )				R <sup>2</sup> (p value)
			Fator	Indicador	Relevância	p value	
Comportamento político (CP)	CPEX		1,000				
		CPEXDOA		1,060	1,060	0,000	0,000
		CPEXMEM		1,098	1,098	0,000	0,000
		CPEXCOM		1,046	1,046	0,000	0,000
		CPEXAUD		1,000	1,000	-	0,000
	CPEXSER		1,048	1,048	0,000	0,000	
	CPLE			0,999			
		CPLEDOA		0,927	0,926	0,000	0,000
		CPLECON		0,985	0,984	0,000	0,000
		CPLEEME		1,101	1,100	0,000	0,000
		CPLECN		1,000	0,999	-	0,000
	CPSC			0,871			
		CPSCGOV		1,000	0,871	-	0,000
		CPSCASS		0,718	0,625	0,000	0,000
		CPSCIEP		1,213	1,057	0,000	0,000
Recursos (RE)	RETA		1,000				
		RETACUS		1,000	1,000	-	0,000
		RETAMAQ		1,057	1,057	0,000	0,000
		RETALOG		1,159	1,159	0,000	0,000
	REIN	REINREP		0,938	0,938	0,000	0,000
	RERH			1,097			
		RERHRED		1,000	1,097	-	0,000
		RERHQUA		0,908	0,996	0,000	0,000
	REKO			1,179			
		REKOCUL		1,000	1,179	-	0,000
REKOSIS			1,028	1,212	0,000	0,000	
Capacidades dinâmicas (CD)	CDAC		1,000				
		CDACPDE		1,000	1,000	-	0,000
		CDACPDI		0,969	0,969	0,000	0,000
		CDACPAR		1,033	1,033	0,000	0,000
		CDACTRE		1,026	1,026	0,000	0,000
	CDCC			0,947			
		CDCCROT		1,000	0,947	-	0,000
		CDCCNOR		0,802	0,759	0,000	0,000
	CDIN			1,090			
		CDINGES		1,000	1,090	-	0,000
CDINJAA			0,830	0,905	0,000	0,000	
	CDINNAO		0,731	0,797	0,000	0,000	

TABELA 2 (continuação)

Fator de 2ª ordem	Fator de 1ª ordem	Indicador	Carga Fatorial ( $\lambda$ )				R <sup>2</sup> ( <i>p value</i> )	
			Fator	Indicador	Relevância	<i>p value</i>		
Política Comercial (PC)	PCIN		0,688					
		PCFIEXI		1,000	0,688	-	0,000	
		PCFIBBP		1,021	0,702	0,000	0,000	
		PCFIBBE		1,071	0,737	0,000	0,000	
		PCSGFGP		1,074	0,739	0,000	0,000	
		PCSGSBC		0,937	0,645	0,000	0,000	
	PCOE			0,789				
		PCOEPRO		1,000	0,789	-	0,000	
		PCOEFIS		0,864	0,682	0,000	0,000	
		PCOEDRA		0,830	0,655	0,000	0,000	
		PCOEACO		1,038	0,819	0,000	0,000	
		PCOEPPS		1,192	0,940	0,000	0,000	
		PCOEPQP		1,318	1,040	0,000	0,000	
		PCOESIM		1,051	0,829	0,000	0,000	
		PCOEPRI		0,832	0,656	0,000	0,000	
		PCOEIIE		0,891	0,703	0,000	0,000	
		PCOEEXO		0,829	0,654	0,000	0,000	
		Questões gerais	PCQG1		1,000	1,000	-	0,000
	PCQG2			0,794	0,794	0,000	0,000	

Salienta-se que a hipótese nula das interrelações entre os constructos e as suas variáveis de mensuração (aferidas pelos coeficientes de correlação múltipla das cargas fatoriais ( $\lambda$ )) e entre os constructos independentes e o constructo dependente (aferidos pelos coeficientes de regressão das relações estruturais ( $\gamma$ )) é que não há covariância entre essas variáveis. Portanto, é necessário que a hipótese nula seja rejeitada para que as interrelações objetas do modelo persistam. Dessa forma, os valores-p devem ser iguais ou menores que 0,05 ao nível de significância ( $\alpha$ ) de 5%.

Na Tabela 2, evidencia-se que as cargas fatoriais ( $\lambda$ ) de todas as variáveis observacionais dos constructos foram estatisticamente significativas ao nível de significância de 5%, uma vez que os *p values* dos coeficientes de correlação múltipla ( $R^2$ ) dos indicadores foram inferiores a 0,05.

Adicionalmente, os parâmetros das relações estruturais ( $\gamma$ ) são apresentados abaixo, juntamente com as correlações entre as variáveis independentes.

TABELA 3 – Estatísticas de especificação do modelo estrutural da Política comercial: coeficientes de regressão (hipóteses)

	Valor	p value
<b>Coefficientes de regressão</b>		
CP para PC	0,530	0,000
RE para PC	-0,592	0,010
CD para PC	0,475	0,008
<b>Covariâncias entre variáveis exógenas</b>		
RE e CP	0,208	0,000
CD e CP	0,173	0,000
CD e RE	0,351	0,000

Observa-se que os *p values* de todas as relações entre os fatores exógenos (comportamento político, recursos, e capacidades dinâmicas) e o fator endógeno (política comercial) do modelo estrutural, assim como as correlações entre as variáveis independentes foram menores que 0,05. Portanto, todas essas relações apresentam significância estatística e, por conseguinte, validam os parâmetros de medição ou especificação dos coeficientes de regressão e das covariâncias das variáveis latentes do modelo.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O *p value* da estatística qui-quadrada evidenciou que a hipótese nula, de que  $S = \sum (\theta)$ , deve ser rejeitada e que o modelo não deve ser validado. Porém, a definição relativa à corroboração do modelo fundamenta-se nos demais indicadores aproximados de ajuste do modelo. Contudo, embora a estatística RMSEA tenha apresentado estimativa ligeiramente superior ao limite de 0,080, o valor do WRMR superou bastante o limite de 1,000. Consequentemente, uma vez que o modelo não se ajustou adequadamente aos parâmetros estatísticos, o modelo estrutural concebido neste trabalho não pode ser validado a partir dos dados extraídos da *survey* efetuada.

Se por um lado, as estatísticas de adequação do modelo sugerem a sua não validação, por outro, as estatísticas de especificação de seus parâmetros foram significativas, pois todos os coeficientes de regressão apresentaram significância

estatística. A hipótese nula nesses testes de verificação consiste na inexistência de relação entre as variáveis independentes e dependentes.

Com relação às cargas fatoriais entre os fatores e os indicadores, todos os valores- $p$  dos coeficientes de correlação múltipla foram iguais a 0,000. Por conseguinte, a hipótese nula foi rejeitada, sugerindo-se a existência de significância estatística das correlações entre os fatores e as variáveis manifestas. Portanto, a significância prática extraída do arcabouço teórico é corroborada pelo modelo estatístico. O grau de relevância de cada medidor pode ser observado a partir das cargas fatoriais (coeficientes de regressão) apresentadas. Ilustrativamente, o indicador CPLEEME – participação em comissões parlamentares para a defesa de projetos de interesse, no valor de 1,100, é o que mais reflete o comportamento político da firma.

De forma análoga, os coeficientes de regressão que expressam as relações estruturais entre as variáveis latentes, também, apresentaram significância estatística, sendo seus  $p$  values inferiores a 0,05. O mesmo comportamento foi observado nas covariâncias entre as variáveis independentes. Quanto às covariâncias, constata-se que ela é maior entre os fatores recursos (RE) e capacidades dinâmicas (CD) – valor de 0,351 – o que está em linha com a literatura pertinente, uma vez que a escola dos recursos foi amplificada por meio da teoria evolucionista que enfatiza a inovação e o conhecimento.

Os coeficientes estruturais sinalizam que as variáveis comportamento político, recursos e capacidades dinâmicas condicionam a gestão da política comercial brasileira. Ressalva-se, contudo, o sentido contrário do coeficiente de regressão do fator recursos (-0,592). Desse modo, as hipóteses H1 e H3 sugeridas são corroboradas. Entretanto, a hipótese H2 é refutada parcialmente, embora apresente um forte condicionamento. Verifica-se, nessa relação estrutural, uma antinomia entre a significância estatística ( $p$  value igual a 0,010) e a relevância prática denotada pela literatura acadêmica que sugere que os recursos da firma influenciam a condução da política comercial.

Não fosse a não adequação do modelo (estatísticas de ajuste), poder-se-ia concluir que há um condicionamento forte entre as variáveis independentes (comportamento político e capacidades dinâmicas) e a variável dependente (política comercial) que permitem inferência populacional.

A complexidade do modelo, que pode ser expressa pelo número de indicadores existentes, é um elemento crucial que deve ser considerado em modelos estruturais que apresentem dados não-normais, como, por exemplo, aqueles obtidos a partir de escalas categóricas. Quanto maior o modelo, maior deve ser o tamanho da amostra para a aproximação dos testes estatísticos às propriedades de uma distribuição assintótica, em que o comportamento de sua variável corresponde à distribuição de uma variável randômica. O tamanho da amostra – 157 questionários entregues, pode ter influenciado nos resultados obtidos, já que amostras com maior número de observações tendem a assegurar maior exatidão das estimativas.

As estimativas das estatísticas geradas por um modelo de equações estruturais refletem a ambiguidade imanente entre a busca pelo melhor ajuste dos parâmetros do modelo e as melhores estimativas das relações de associações, expressas pelos coeficientes regressões multivariadas (cargas fatoriais e coeficientes estruturais). Portanto, ao se empreender a análise dos dados, deve-se conciliar o ajuste geral do modelo com as significâncias estatísticas das diversas relações existentes entre as variáveis observacionais e latentes, e as significâncias práticas lastreadas do arcabouço teórico que fundamenta as validades de conteúdo e nomológica do modelo estrutural.

## REFERÊNCIAS

ALCHIAN, Armen A. Uncertainty, Evolution and Economic Theory, **The Journal of Political Economy**, v. 58, no. 3, Jun, p. 211-221, 1950.

ALRECK, Pamela L.; SETTLE, Robert B. **The Survey Research Handbook: Guidelines and Strategies for Conducting a Survey**. New York: McGraw-Hill, 1995.

BARNEY, Jay. Firm Resources and Sustained Competitive Advantage. **Journal of Management**, v. 17, no. 1, p. 99-120, 1991.

\_\_\_\_\_. Is the Resource-Based “View” a Useful Perspective for Strategic Management Research? Yes. **Academy of Management Review**, v. 26, no. 1, p. 41-56, 2001.

BELL, Martin; PAVITT, Keith. Technological Accumulation and Industrial Growth: Contrasts Between Developed and Developing Countries, **Industrial and Corporate Change**, vol. 2, no. 2, 1993.

- BLUMENSCHNEIN, Fernando e LEON, Fernanda L. L. de. Uma Análise do Desempenho e da Segmentação do Sistema de Crédito à Exportação no Brasil, p. 177-243. In: PINHEIRO, Armando Castelar; MARKWALD, Ricardo; PEREIRA, Lia Valls (orgs.). **O Desafio das Exportações**. Rio de Janeiro: BNDES, 2002
- BOBBIO, Norberto. **Estado, Governo, Sociedade**: para uma Teoria Geral da Política. São Paulo: Paz e Terra, 1987.
- BORSBOOM, Denny; MELLENBERGH, Gideon, J.; HEERDEN, Jaap van. The Theoretical Status of Latent Variables. **Psychological Review**, v. 110, no. 2, p. 203-219, 2003.
- CARPENTER, Mason A.; SANDERS, W. G; GREGERSEN, H. B. Bundling Human Capital with Organizational Context: the Impact of International Assignment Experience on Multinational Firm Performance and CEO Pay. **Academy of Management Journal**, 44(3), p. 493-512, 2001.
- CHURCHILL Jr., Gilbert A. A Paradigm for Developing Better Measures of Marketing Constructs. **Journal of Marketing Research**, v. XVI, February, p. 64-73, 1979.
- COUTINHO, Carlos Nelson. **Gramsci**: um Estudo sobre seu Pensamento Político. Rio de Janeiro: Campus, 1989.
- CYERT, Richard M; MARCH, James G. **A Behavioral Theory of the Firm**. Englewood Cliffs/ NJ: Prentice-Hall, 1963.
- DENZAU, Arthur T.; MUNGER, Michael C. Legislators and Interest Groups: How Unorganized Interests Get Represented. **The American Political Science Review**, v. 80, no. 1, March, p. 89-106, 1986.
- DeVELLIS, Robert F. **Scale Development**: Theory and Applications. Thousand Oaks: Sage Publications, Inc., 2<sup>nd</sup> ed., 2003.
- DHANARAJ, Charles; BEAMISH, Paul W. A Resource-Based Approach to the Study of Export Performance. **Journal of Small Business Management**, v. 41 (3), p. 242-261, 2003.
- DIMAGGIO, Paul J.; POWELL, Walter W. The Iron Cage Revisited: Institutional Isomorphism and Collective Rationality in Organizational Fields. **American Sociological Review**, v. 48, April, p. 147-160, 1983.
- DINIZ, Eli. **Empresário, Estado e Capitalismo no Brasil**: 1930-1945. Rio de Janeiro: Paz e Terra, Coleção Estudos Brasileiros, nº 27, 1978.
- \_\_\_\_\_. **Voto e Máquina Política**: Patronagem e Clientelismo no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Paz e Terra, Coleção Estudos Brasileiros, nº. 59, 1982.
- \_\_\_\_\_. (org.). Neoliberalismo e Corporativismo: as Duas Faces do Capitalismo Industrial no Brasil. In: **Empresários e Modernização Econômica**: Brasil Anos 90. Florianópolis: Editora da UFSC, IDACON, 1993.

\_\_\_\_\_; BOSCHI, Renato. Brasil: um Novo Empresariado? Balanço de Tendências Recentes, p. 115-131. In DINIZ, 1993.

\_\_\_\_\_. **Globalização, Reformas Econômicas e Elites Empresariais: Brasil anos 1990.** Rio de Janeiro: FGV, 2000.

\_\_\_\_\_; BOSCHI, Renato. **Empresários, Interesses e Mercado: Dilemas do Desenvolvimento no Brasil.** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004.

\_\_\_\_\_ (org.). **Globalização, Estado e Desenvolvimento: Dilemas do Brasil no Nove Milênio.** Rio de Janeiro: FGV: 2007.

DUTRÉNIT, Gabriela. **Learning and Knowledge Management in Firm: from Knowledge Accumulation to Strategic Capabilities.** Cheltenham: Edward Elgar, 2000.

EDWARDS, Jeffrey R.; BAGOZZI, Richard P. On the Nature and Direction of Relationship Between Constructs and Measures. **Psychological Methods**, v. 5, no. 2, p. 155-174, 2000.

FIGUEIREDO, Paulo N. Technological Capability-Accumulation Paths and the Underlying Learning Processes: a Review of Empirical Studies. **Journal of International Business Studies** (Academy of International Business, Copenhagen Business School), May, 2001.

\_\_\_\_\_. Learning, Capability Accumulation and Firm Differences: Evidence from Latecomer Steel. **Industrial and Corporate Change**, vol. 12, nº. 3, p. 607-643, 2003.

FLEURY, Sonia. Democracia, Poder Local y Ciudadanía en Brasil. In: GOMÀ, Ricard; JACINT, Jordana (eds.). **Descentralización y Políticas Sociales en América Latina.** Barcelona: Fundació CIDOB, 2004.

GAGNÉ, Phill; HANCOCK, Gregory R. Measurement Model Quality, Sample Size, and Solution Propriety in Confirmatory Factor Models. **Multivariate Behavioral Research**, vol. 4, no. 1, p. 65-83, 2006.

GALBREATH, J.; GALVIN, P. Which Resources Matter? A Fine-grained Test of the Resource Based View of the Firm. **Academy of Management**, Ada, Best Conference Paper 2004.

GENÇTÜRK, Esra F.; KOTABE, Masaaki. The Effect of Export Assistance Program Usage on Export Performance: a Contingency Explanation. **Journal of International Marketing**, v. 9, no. 2, p. 51-72, 2001.

HU, Li-tze; BENTLER, Peter M. Fit Indices in Covariance Structure Modeling: Sensitivity to Underparameterized Model Misspecification. **Psychological Methods**, v. 3, no. 4, p. 424-453, 1998.

JACKSON, Dennis L. Sample Size and Number of Parameter Estimates in Maximum Likelihood Confirmatory Factor Analysis: a Monte Carlo Investigation. **Structural Equation Modeling**, vol. 8, no. 2, p. 205-233, 2001.

\_\_\_\_\_. Revisiting Sample Size and Number of Parameter Estimates: Some Support for the N:q Hypothesis. **Structural Equation Modeling**, vol. 10, no. 1, p. 128-141, 2003.

JÖRESKOG, Karl; SÖRBOM, Dag. **LISREL 7 – A Guide to the Program and Applications**, 2<sup>nd</sup> ed. Chicago: SPSS Inc., 1989.

KATSIKEAS, Constantine S. Export Competitive Advantages: The Relevance of Firm Characteristics. **International Marketing Review**, v. 11, no. 3, p. 33-53, 1994.

KIM, Kevin H. The Relation Among Fit Indexes, Power, and Sample Size in Structural Equation Modeling. **Structural Equation Modeling**, vol. 12, no. 3, p. 368-390, 2005.

KIM, Linsu. The Dynamic of Samsung's Technological Learning in Semiconductors. **California Management Review**, vol. 39, no. 3, spring, 1997.

\_\_\_\_\_. Crisis Construction and Organizational Learning: Capability Building in Catching-up at Hyundai Motor. **Organization Science**, vol. 9, no. 4, July-August, 1998.

KLINE, Rex B. **Principles and Practice of Structural Equation Modeling**, 2<sup>nd</sup> ed. New York: The Guilford Press, 2005.

KOR, Yasemin Y.; MAHONEY, Joseph T. Penrose's Resource-Based Approach: the Process and Product of Research Creativity. **Journal of Management Studies**, 37, January, 2000.

LAGES, Luis Filipe; MONTGOMERY, David P. Export Assistance, Price Adaptation to the Foreign Market, and Annual Export Performance Improvement: a Structural Model Examination. **Research Paper** no. 1700: Stanford University, august, 2001.

LALL, Sanjaya. Technological Capabilities. In: SALOMON, J-J. *et al.* (eds.). **The Uncertain Quest: Science Technology and Development**. Tokyo: UN University Press, 1994.

LITVAK, Isaiah A. Lobbying Strategies and Business Interest Groups. **Business Quarterly**, v. 48, no. 2, Summer, 1983.

MacCALLUM, Robert C.; BROWNE; SUGAWARA, H. M. Power Analysis and Determination of Sample Size for Covariance Structure Modeling. **Psychological Methods**, v. 1, p. 130-149, 1996.

\_\_\_\_\_; WIDAMAN, K. F.; ZHANG, S.; HONG, S. Sample Size in Factor Analysis. **Psychological Methods**, v. 4, p. 84-99, 1999.

MAINWARING, Scott. **Sistemas Partidários e Novas Democracias: o Caso do Brasil**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2001.

MATHEWS, John A. A Resource-based View of Schumpeterian Economic Dynamics. **Journal of Evolutionary Economics**, 206, 2002.

MILNER, Helen. **Interests, Institutions and Information: Domestic Politics and International Relations**. Princeton: Princeton University Press, 1997.

MUTHÉN, Bengt. A General Structural Equation Model with Dichotomous, Ordered Categorical, and Continuous Latent Variable Indicators. **Psychometrika**, vol. 49, no. 1, p. 115-132, 1984.

\_\_\_\_\_; Linda K. How to Use a Monte Carlo Study to Decide on Sample Size and Determine Power. **Structural Equation Modeling**, vol. 9, no. 4, p. 599-620, 2002.

\_\_\_\_\_; \_\_\_\_\_. **Mplus User's Guide**, 3rd ed. Los Angeles, CA: Muthén & Muthén, 2004.

NELSON, Richard R. The Role of Firm Differences in an Evolutionary Theory of Technical Advance. **Science and Public Policy**, December, 1991.

\_\_\_\_\_; WINTER, Sidney G. **An Evolutionary Theory of Economic Change**. Cambridge: Belknap Press of Harvard University Press, 1982.

NETEMEYER, Richard G.; BEARDEN, William O.; SHARMA, Subhash. **Scaling Procedures: Issues and Applications**. Thousand Oaks: Sage Publications, Inc., 2003.

O'DONNELL, Guilherme. Tensões no Estado Autoritário-Burocrático e a Questão da Democracia. In: COLLIER, David (org.), **O Novo Autoritarismo na América Latina**, Rio de Janeiro: Paz e Terra, p. 267-96, 1982.

\_\_\_\_\_. Transições, continuidades e alguns paradoxos. Hiatos, instituições e perspectivas democráticas. In: REIS, Fábio Wanderley; O'DONNELL, Guilherme (orgs.), **A Democracia no Brasil: Dilemas e Perspectivas**. São Paulo: Vértice, p. 41-90, 1988.

OFFE, Claus. **Problemas Estruturais do Estado Capitalista**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

\_\_\_\_\_. **Capitalismo Desorganizado: Transformações Contemporâneas do Trabalho e da Política**. São Paulo: Brasiliense, 2ª ed., 1994.

PENROSE, Edith Tilton. **The Theory of the Growth of the Firm**. New York: John Wiley & Sons, 1959.

PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. Estado, Aparelho do Estado e Sociedade Civil. **Textos para Discussão**, Escola Nacional de Administração Pública – ENAP, nº 4, 1995.

PEREIRA, Thiago Rabelo; MACIENTE, Aguinaldo Nogueira. Impactos dos Mecanismos de Financiamento (ACC e ACE) sobre a Rentabilidade das Exportações Brasileiras. **Texto para Discussão**, IPEA, nº 722, abril, 2000.

POULANTZAS, Nicos. **Poder Político e Classes Sociais**. Porto: Portucalense, 1971.

ROCHA, Angela da; CHRISTENSEN, Carl H. **Como as Empresas Brasileiras Exportam**: Revisão dos Estudos sobre Exportação (1978-1990). In: ROCHA, Angela da (org.). **A Internacionalização das Empresas Brasileiras**: Estudos de Gestão Internacional. Rio de Janeiro: Mauad, 2002.

ROSSITER, John R. The C-OAR-SE Procedure for Scale Development in Marketing. **International Journal of Research in Marketing**, v. 19, p. 305-335, 2002.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. **Razões da Desordem**. Rio de Janeiro: Rocco, 1993.

SCHUMACKER, Randall E.; LOMAX, Richard G. **A Beginner's Guide to Structural Equation Modeling**. Mahwah/NJ: Lawrence Erlbaum Associates, 1996.

SERINGHAUS, F. H. Rolf. The Impact of Government Export Marketing Assistance. **International Marketing Review**, Summer, p. 55-66, 1986.

TACLA, Celso Luiz; FIGUEIREDO, Paulo N. Processos de Aprendizagem e Acumulação de Competências Tecnológicas: Evidências de uma Empresa de Bens de Capital no Brasil, **RAC**, vol. 7, nº 3, jul/set, 2003.

TEECE, David; PISANO, Gary. The Dynamic Capabilities of Firms: an Introduction. **Industrial and Corporate Change**, vol. 3, no. 3, 1994.

THIRY-CHERQUES, Hermano Roberto. A Formação do Conceito em Pesquisa Qualitativa. **Material Didático**, 2005a.

TIGRE, Paulo Bastos. **O Papel da Política Tecnológica na Promoção das Exportações**, p. 247-282. In: PINHEIRO *et al.*, 2002.

VEIGA, Pedro Motta. **O Viés Antiexportador**: Mais Além da Política Comercial, p. 157-174. In: PINHEIRO *et al.*, 2002.

\_\_\_\_\_; IGLESIAS, Roberto Magno **A Institucionalidade da Política Brasileira de Comércio Exterior**, p. 53-96. In: PINHEIRO *et al.*, 2002.

\_\_\_\_\_; \_\_\_\_\_. A Política de Financiamento à Exportação no Brasil. In: TIRONI, Luís Fernando (org.). **Aspectos Estratégicos da Política Comercial Brasileira**, p. 191-298, vol. 1. Brasília: IPEA e Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais – IPRI, 2002a.

VELASCO Jr., Licínio. A Economia Política das Políticas Públicas: Fatores que Favoreceram as Privatizações no Período 1985/94. **Textos para Discussão**, BNDES, v. 54, abril, 1997.

\_\_\_\_\_. A Economia Política das Políticas Públicas: as Privatizações e a Reforma do Estado. **Texto para Discussão**, BNDES, v. 55, maio, 1997a.

WERNERFELT, Birger. The Resource-Based View of the Firm: **Strategic Management Journal**, v. 5, 1984.

\_\_\_\_\_. The Resource-Based View of the Firm: Ten Years After. **Strategic Management Journal**, v. 16, p. 171-4, 1995.

WINTER, Sidney G. On Coase, Competence, and the Corporation, **Journal of Law Economics, and Organization**, vol. 4, no. 1, 1988.



**Capítulo 3**  
**A FALTA DE ACESSIBILIDADE QUANTO À EFETIVA**  
**CONCESSÃO DE PROFISSIONAIS DE APOIO**  
**ESCOLAR**

*Arianne Brito Cal Athias*  
*Larissa Lemos Garzon*



## A FALTA DE ACESSIBILIDADE QUANTO À EFETIVA CONCESSÃO DE PROFISSIONAIS DE APOIO ESCOLAR

**Ariane Brito Cal Athias**

*Pós-doutora em Direito (2022). Doutora em Direito (2007). Mestre em Direito. Assessora do Ministério Público Estadual. Professora Titular do Programa de Pós-Graduação em Direitos Fundamentais (Mestrado) da Universidade da Amazônia – UNAMA. Professora Adjunta IV da Universidade Federal do Pará – UFPA. E-mail ariannecal@terra.com.br*

**Larissa Lemos Garzon**

*Mestranda em Direitos Fundamentais do PPGDF da Universidade da Amazônia (UNAMA). Pós-Graduanda em Direito Público. Especialista em Direito Civil. Especialista em Direito e Processo do Trabalho e Direito Previdenciário. Advogada. Professora do curso de Direito e do NPJ da Faculdade Estácio Castanhal. E-mail larissalemosgarzon@gmail.com*

### 1 INTRODUÇÃO

Com o avanço legislativo e jurisprudencial das últimas décadas, somado a implementação de políticas públicas educacionais, buscou-se garantir aos alunos com deficiência um modelo de educação inclusiva onde contemplasse, em sua essência, múltiplas especificidades.

Mesmo com tamanho avanço, outro desafio se faz constantemente presente, que é a efetiva concretização desse arcabouço jurídico. Possuímos enormes entraves, dentre eles, históricos, que impossibilitam, na prática, a concretização de uma educação inclusiva de qualidade, conforme assegura a legislação vigente, o que veremos adiante.

Dentro desse rol de garantias conferidos a educação inclusiva, encontrasse, quando necessário, a concessão de profissional de apoio escolar (ledor, mediador ou cuidador propriamente dito), para atender a essas necessidades.

Esse profissional é considerado indispensável e indissociável ao cotidiano escolar inclusivo, pois, sob a ótica do cenário ideal, devem estar tecnicamente aptos para acompanhar o aluno durante todas as etapas do processo de ensino-aprendizagem, estando, via de regra, habilitado para atender as mais diversas particularidades. Tão importante é sua importância, que o inciso XIII, art. 3º do Estatuto da Pessoa com Deficiência reserva espaço para sua conceituação. Vejamos:

“[...] pessoa que exerce atividades de alimentação, higiene e locomoção do estudante com deficiência e atua em todas as atividades escolares nas quais se fizer necessária, em todos os níveis e modalidades de ensino, em instituições públicas e privadas, excluídas as técnicas ou os procedimentos identificados com profissões legalmente estabelecidas.<sup>3</sup>”

Ademais, é imprescindível também trazeremos à baila o conceito de acessibilidade. Para isso, utilizaremos o art. 3º, inciso I do já citado Estatuto da Pessoa com Deficiência, que preceitua:

“Art. 3º Para fins de aplicação desta Lei, consideram-se:  
I - acessibilidade: possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias, bem como de outros serviços e instalações abertos ao público, de uso público ou privados de uso coletivo, tanto na zona urbana como na rural, por pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida”.

Este conceito de acessibilidade foi incorporado ao ordenamento jurídico vigente por meio do Decreto nº 6.949/09, responsável por ratificar a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência. Através da leitura do dispositivo em comento, é possível perceber ainda que timidamente, a iniciativa do legislador em não deixar o conceito de acessibilidade no campo genérico, ou restringi-lo ao viés da acessibilidade física.

## **2 O contraponto entre a evolução legislativa e a implementação de políticas públicas de concessão de profissionais de apoio escolar**

Como já dito, o Brasil evoluiu consideravelmente nas últimas décadas em termos legislativos, adotando como modelo ideal de educação, a educação inclusiva,

---

<sup>3</sup> Estatuto da Pessoa com Deficiência. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm). Acesso em: 04 de dezembro de 2022.

no entanto, mesmo com tamanho avanço, outro desafio se faz constantemente presente, que é a efetiva concretização desse arcabouço jurídico. Possuímos enormes entraves, que impossibilitam, na prática, a concretização de uma educação inclusiva de qualidade, conforme assegura a legislação vigente.

Em 2014, por intermédio da Lei nº 13.005/2014, foi criado o Plano Nacional de Educação (PNE), que estará em vigor até 2024. Uma das maiores características desse plano é seu período de vigência, que é decenal, fazendo com que sua aplicabilidade transcenda governos, exigindo, assim, que todos cumpram o estabelecido em sua base, independente dos planos de governo apresentados.

“O PNE é constituído por 20 metas e por 254 estratégias, dispostas no Anexo da [Lei nº 13.005/2014](#). As metas nacionais são de responsabilidade compartilhada entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios.”<sup>4</sup> No que concerne à educação inclusiva, a meta 04, constante em seu anexo, dispõe acerca dos direitos e garantias de crianças e adolescentes com deficiência, leia-se:

“Meta 4: universalizar, para a população de 4 (quatro) a 17 (dezessete) anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, o acesso à educação básica e ao atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino, com a garantia de sistema educacional inclusivo, de salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados”<sup>5</sup>.

O que se vislumbra é uma enorme lacuna entre ordenamento jurídico e sua aplicação por intermédio da implementação de políticas públicas consistentes e objetivas, capazes de preencher esses espaços, facilitando o acesso e a permanência desses estudantes em um sistema educacional básico que considere as diferenças não como obstáculos, mas sim, como mecanismos enriquecedores de convivência social.

Nesse sentido, bem expõe Juliana Segalla e Taís Nader:

“Não se pode olvidar que a humanidade vem progredindo em relação às pessoas que têm deficiência. Os ganhos nessa área são notórios (embora ainda insuficientes). Apesar de ainda existir preconceito e desinformação, hoje praticamente não se encontra quem negue que as pessoas com deficiência têm direito à educação. Todavia, não

<sup>4</sup> Disponível em: <http://pne.mec.gov.br/20-perguntas-frequentes#:~:text=O%20que%20%C3%A9%20o%20PNE,que%20significa%20que%20ultrapassa%20governos>. Acesso em: 14 de novembro de 2022.

<sup>5</sup> Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2011-2014/2014/Lei/L13005.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L13005.htm). Acesso em: 14 de novembro de 2022.

basta apenas a declaração de um direito, mas é necessário que se analise sua efetivação, a forma como se está pondo em prática”<sup>6</sup>.

Não adianta somente “adotar” um modelo de educação inclusiva e não conferir todo suporte necessário para sua correta sedimentação desde a sua base. Carecemos de políticas educacionais inclusivas pelo simples fato de não conhecermos as especificidades do que deve ser seu objeto. Neste sentido, Anna Helena Altenfelder, presidente do Conselho de Administração do Cenpec comenta acerca das metas do Plano Nacional de Educação – PNE:

“No caso da meta 4, sobre educação inclusiva, a impossibilidade de calcular o percentual de estudantes de 4 a 17 anos com deficiência que frequentam classes comuns se deve pela restrição no detalhamento dos microdados publicados pelo Inep no início de 2022. A falta de dados é uma questão muito grave e preocupante. Sem dados suficientes, os instrumentos e subsídios para a formulação de políticas públicas ficam comprometidos. No caso do Inep, vemos as consequências do desmonte que o órgão vem sofrendo, sendo que o seu papel é justamente produzir dados atualizados para balizar as políticas públicas”<sup>7</sup>.

Um dos pilares norteadores no que se refere a elaboração de uma política pública além de identificar o público a que se destina, é também mensurar sua dimensão, mas, para isso, é necessário estar em posse de dados consistentes. Reforçando a imprescindibilidade do estudo e o conceito de políticas públicas, Felipe de Melo Fonte nos ensina que:

“(…) é exatamente por isso que o estudo de políticas públicas avulta em importância no Brasil atual: primeiro, pela imensidão de tarefas que foram cometidas ao Estado com o advento da Constituição Federal de 1988; segundo, pela enorme carga tributária impingida à cidadania com o intuito de subsidiar a realização destes objetivos sociais. (...) Logo, as políticas públicas compreendem as ações e programas para dar efetividade aos comandos gerais impostos pela ordem jurídica que necessitam da ação estatal. Portanto são as ações levadas a cabo pela Administração Pública que se encaixam nesta definição. Além da tarefa especialíssima de dar efetividade às normas de direitos sociais, as políticas públicas também servirão aos direitos fundamentais (...)”<sup>8</sup>

<sup>6</sup> SEGALLA, Juliana Izar Soares da Fonseca; MARTA, Taís Nader. **Direito à educação inclusiva: um direito de TODOS**. 1<sup>o</sup> ed. São Paulo: editora Verbatim, 2013. p. 72.

<sup>7</sup> Disponível em: <https://www.cenpec.org.br/noticias/pne-metas-em-retrocesso>. Acesso em: 13 de novembro de 2022.

<sup>8</sup> FONTE, Felipe de Melo. **Políticas públicas e direitos fundamentais**. 2<sup>a</sup> ed. São Paulo: Saraiva, 2015. Págs. 37 e 53.

Desse modo, para que esse conjunto de ações (que caracteriza a política pública) tomadas pela Administração Pública atinja os resultados pretendidos, qual seja, a efetivação dos direitos fundamentais sociais, é necessário que se observe determinados ditames, como forma de assegurar a eficácia do resultado final pretendido. Doutrinariamente, é reconhecido algumas etapas específicas que dão ensejo a formação e execução das políticas públicas.

Para tanto, é necessário, que vejamos o ciclo das políticas públicas. Melo Fonte diz que “são identificadas, basicamente, quatro fases, que compreendem: (i) a definição da agenda pública; (ii) a formulação e escolha das políticas públicas; (iii) sua implementação pelo órgão competente; e (iv) avaliação pelos diversos mecanismos previstos na Constituição e nas leis”<sup>9</sup>. Vejamos separadamente cada uma delas:

Melo Fonte considera *definição da agenda pública* como decorrente:

“da percepção de um problema por parte do governo que demanda sua ação. (...) Os agentes eleitos (legisladores e administradores) são, por dever de ofício, os responsáveis por perceber e incluir na discussão pública determinado assunto relevante para a coletividade, mas isso não exclui a participação da sociedade civil (...)”<sup>10</sup>.

A *formulação e escolha das políticas públicas*, intitulada como segunda fase, se caracteriza por sempre exigir:

“uma dupla habilitação legal, a saber: (i) pela sua recondução ao sistema jurídico de modo geral, por exigência do princípio da legalidade; (ii) pela obrigatoriedade de que os gastos públicos estejam devidamente previstos na lei orçamentária, o que se traduz na reserva de orçamento (ou princípio da legalidade orçamentária). Sem estas duas autorizações prévias, não pode o administrador seguir adiante no seu mister de formulação de políticas públicas”<sup>11</sup>.

Quanto a *implementação das políticas públicas*, temos que:

“Aqui os planos e programas normativos deixam o mundo das ideias e convertem-se em ação efetiva do Estado. Esta se constitui da edição de atos administrativos para a alocação de servidores públicos em determinada atividade, realização de licitações, publicação de editais, realização de empenho e liquidação de despesas, enfim, de toda a atividade destinada à realização do planejamento estabelecido pela Administração para realizar a finalidade pública colimada”<sup>12</sup>.

---

<sup>9</sup> Ibidem. p. 58.

<sup>10</sup> Ibidem. p. 58 – 59.

<sup>11</sup> Ibidem. p. 62.

<sup>12</sup> Ibidem. p. 66.

Já a *avaliação das políticas públicas*, enquanto quarta fase, se constitui no fato de:

“Os mecanismos constitucionais e legais de avaliação de políticas públicas são complexos e institucionalmente diversificados, tornando muitas vezes difícil estabelecer limites claros entre os papéis de um e outro órgão de poder (especialmente quanto ao papel do Poder Judiciário). (...) a Constituição determina o dever de prestação de contas ao público. Muito mais que um dever da Administração Pública, o acesso à informação é uma garantia fundamental da cidadania, conforme determinam os incisos XIV e XXXIII do art. 5º da Constituição Federal de 1988”<sup>13</sup>.

Após as definições das etapas de política pública trazidas por Melo Fonte, se faz necessário verificar os elementos norteadores dessa política, pelo que, Bucci, os define como *ação coordenação, processo e programa*. Para Bucci<sup>14</sup>, “a utilidade do elemento programa é individualizar unidades de ação administrativa, relacionadas aos resultados que se pretende alcançar”.

Desse modo, para a autora, “a dimensão material da política pública está contida no programa. É nele que se devem especificar os objetivos a atingir e os meios correspondentes”. Com isso, podemos dizer que os *programas* enquanto elementos constitutivos das políticas públicas se constituem em um verdadeiro plano de ação, contendo em seu bojo os elementos operacionais e todos os demais procedimentos a serem desenvolvidos no decorrer da implementação e execução daquela política.

Quanto ao elemento *ação coordenação*, Bucci menciona que o simples ato de pensar em política pública se caracteriza em buscar “a coordenação, seja na atuação dos Poderes Públicos, Executivo, Legislativo e Judiciário, seja entre os níveis federativos, seja no interior do Governo, entre as várias pastas, e seja, ainda, considerando a interação entre organismos da sociedade civil e o Estado”<sup>15</sup>.

Como último elemento, temos o *processo*. “O termo processo conota sequência de atos tendentes a um fim”, segue Bucci<sup>16</sup> afirmando que, “outro aspecto do elemento processual no conceito de política pública é a consideração sistemática do fator temporal”. Desse modo, podemos dizer, que o conceito jurídico de política

---

<sup>13</sup> Ibidem. p. 67 – 68.

<sup>14</sup> BUCCI, Maria Paula Dallari. **Políticas Públicas: reflexões sobre o conceito jurídico**. Editora Saraiva, 2006, p. 40 – 43.

<sup>15</sup> Ibidem. p. 44.

<sup>16</sup> Ibidem. p. 45 – 46.

pública se baseia nesse tripé de elementos, *programa – ação coordenação – processo*.

Dessa forma, retornando a análise da fala da presidente do Conselho de Administração do Cenpec, acerca do desconhecimento do quantitativo de estudantes de 4 a 17 anos com deficiência que frequentam classes comuns, quase que automaticamente nos indagamos: como traçar uma política de educação inclusiva se não temos sequer o real quantitativo de alunos com deficiência matriculados no ensino básico?

Exige-se nesse caso do administrador uma atuação às cegas, que além de desvirtuar os preceitos de elaboração das políticas públicas, certamente comprometerá sua execução, tornando-a muitas vezes uma política vazia e inconsistente, deixando de cumprir sua finalidade. Desse modo, o simples fato de não dispormos do quantitativo atualizado de estudantes com deficiência, gera por tabela um outro problema de base, que é a impossibilidade de quantificar o número suficiente de profissionais de apoio escolar.

Infelizmente as fragilidades e insuficiências não param por aí, apesar da vasta regulamentação jurídica sobre as diretrizes gerais da educação inclusiva, ainda não possuímos um diploma legal específico que verse sobre o profissional de apoio, conseqüentemente, não dispomos até o momento de uma previsão acerca da formação acadêmica, capacitação, remuneração e forma de ingresso desse profissional na rede pública. Nesse sentido, Kátia Freire aduz:

“É importante falar sobre a formação do cuidador. Foi percebido que a forma como o cuidador trabalha muda conforme o Estado e os municípios, desta forma, a carência de uma política que consolide a função do cuidador e forneça formação adequada para que esse cuidador possa ser reconhecido pelo trabalho que realiza e que este trabalho seja feito em parceria com o professor”<sup>17</sup>.

A precarização na formação profissional do cuidador, que se dá justamente em decorrência da ausência de políticas públicas, é um dos maiores entraves para que consigamos uma educação inclusiva real e de qualidade. Portanto, é necessário reconhecer a importância e atribuir a valorização merecida a esse profissional.

---

<sup>17</sup> FREIRE, Kátia Maria de Aguiar; BRITO, Maria Durciane Oliveira; SILVA, Heber Ferreira da. **Acessibilidade e Inclusão**: a importância do cuidador de crianças com deficiência física na escola. RACE, Revista de Administração. ISSN 1806-0714, v. 4, 2019. p. 102

Inclusive, o treinamento de educadores é objeto da Convenção de Salamanca, o que podemos estender por analogia aos profissionais de apoio, vejamos:

**“C. RECRUTAMENTO E TREINAMENTO DE EDUCADORES**

38. Preparação apropriada de todos os educadores constitui-se um fator chave na promoção de progresso no sentido do estabelecimento de escolas inclusivas. As seguintes ações poderiam ser tomadas. Além disso, a importância do recrutamento de professores que possam servir como modelo para crianças portadoras de deficiências torna-se cada vez mais reconhecida.

(...)

44. Treinamento especializado em educação especial que leve às qualificações profissionais deveria normalmente ser integrado com ou precedido de treinamento e experiência como uma forma regular de educação de professores para que a complementariedade e a mobilidade sejam asseguradas.

45. O Treinamento de professores especiais necessita ser reconsiderado com a intenção de se lhes habilitar a trabalhar em ambientes diferentes e de assumir um papel-chave em programas de educação especial. Uma abordagem não categorizante que embarque todos os tipos de deficiências deveria ser desenvolvida como núcleo comum e anterior à especialização em uma ou mais áreas específicas de deficiência.<sup>18</sup>”

Nessa esteira, colocar o profissional de apoio como um dos pilares da educação inclusiva, é fundamental, já que seu papel é de “um agente de transformação, pois possibilita uma mediação entre o conhecimento historicamente construído e passado em sala pelo professor ao educando com base em seu acompanhamento.”<sup>19</sup>

Ademais, a forma de ingresso e permanência desse profissional no ensino público, assim como a regulamentação acerca de um piso salarial são outros componentes que carecem de política pública. A falta de prioridade em contemplar essas matérias, que como já mostradas são tão caras ao processo inclusivo de qualidade, dificuldade e fragiliza o ensino básico de crianças e adolescentes com deficiência.

## **CONCLUSÃO**

Pelo exposto, compreender e articular meios para difundir que “a inclusão é o único caminho possível para uma educação de qualidade, capaz de garantir a

---

<sup>18</sup> Op. cit. p. 10-11

<sup>19</sup> Idem, p. 103

equidade nas condições de aprendizagem e de fazer cessar a discriminação em relação a estudantes com deficiência<sup>20</sup> é uma tarefa árdua e constante, que somente será concretizada em seu sentido mais amplo quando passar a ser tida como prioridade.

Nessa esteira, considerar o profissional de apoio como sendo um dos instrumentos para se alcançar a acessibilidade social, é não só valorizá-lo, mas, também, atribuir o devido reconhecimento a um profissional que serve de conexão para a concretude de uma educação inclusiva real e de qualidade para alunos com deficiência, haja vista atuar em “diversas atividades, auxiliando os discentes que precisam dos seus serviços, garantindo a inclusão no espaço escolar e avanços na aprendizagem destes sujeitos”<sup>21</sup>.

Dessa forma, é primordial enxergar que o aparato fornecido pelo profissional de apoio escolar gera inúmeros efeitos positivos, que ultrapassam as barreiras da educação inclusiva para o aluno com deficiência. Sua presença confere ao professor uma maior autonomia em sala, o que conseqüentemente melhora sua qualidade de produção e condição de trabalho. Além é claro, de facilitar a socialização e rendimento da turma de modo geral e influenciar no bom funcionamento da instituição.

## REFERÊNCIAS

BUCCI, Maria Paula Dallari. **Políticas Públicas: reflexões sobre o conceito jurídico**. Editora Saraiva, 2006, p. 40 – 43.

Estatuto da Pessoa com Deficiência. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm). Acesso em: 04 de dezembro de 2022.

Disponível em: <http://pne.mec.gov.br/20-perguntas-frequentes#:~:text=O%20que%20%C3%A9%20o%20PNE,que%20significa%20que%20ultrapassa%20governos>. Acesso em: 14 de novembro de 2022.

---

<sup>20</sup> Disponível em: [https://brasa.org.br/decreto-no-10-502-e-um-retrocesso-para-a-educacao-inclusiva-no-brasil/?gclid=Cj0KCQiAyMKbBhD1ARIsANs7rEGTWv4OEd3ctnWTo5XGTRJ1wHhyg5Nd\\_VNV5atPk\\_KNN8QzH6lrm-vUaAmQcEALw\\_wcB](https://brasa.org.br/decreto-no-10-502-e-um-retrocesso-para-a-educacao-inclusiva-no-brasil/?gclid=Cj0KCQiAyMKbBhD1ARIsANs7rEGTWv4OEd3ctnWTo5XGTRJ1wHhyg5Nd_VNV5atPk_KNN8QzH6lrm-vUaAmQcEALw_wcB). Acesso em: 13 de novembro de 2022.

<sup>21</sup> SILVA, Kévvya Dawlay Lima da; OLIVEIRA, Kalina de França. A capacitação dos cuidadores escolares e sua aplicação na construção de uma educação inclusiva. VII Congresso Nacional de Educação. Disponível em: [https://editorarealize.com.br/editora/anais/conedu/2020/TRABALHO\\_EV140\\_MD1\\_SA10\\_ID5333\\_24082020045832.pdf](https://editorarealize.com.br/editora/anais/conedu/2020/TRABALHO_EV140_MD1_SA10_ID5333_24082020045832.pdf). Acesso em: 07 de dezembro de 2022.

Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2011-2014/2014/Lei/L13005.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L13005.htm). Acesso em: 14 de novembro de 2022.

Disponível em: <https://www.cenpec.org.br/noticias/pne-metas-em-retrocesso>. Acesso em: 13 de novembro de 2022.

Disponível em: <https://www.cenpec.org.br/noticias/pne-metas-em-retrocesso>. Acesso em: 13 de novembro de 2022.

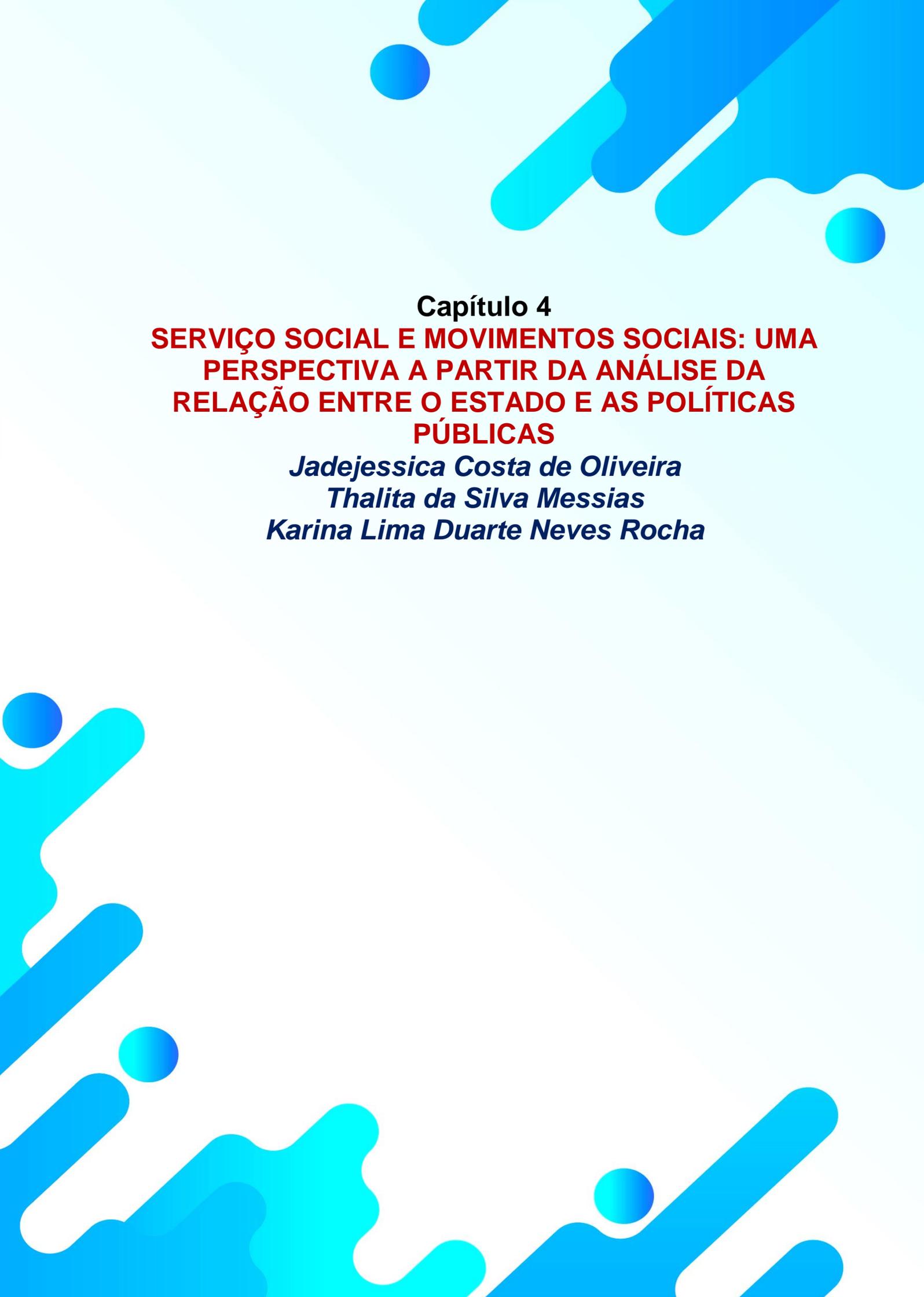
Disponível em: [https://brasa.org.br/decreto-no-10-502-e-um-retrocesso-para-a-educacao-inclusiva-no-brasil/?gclid=Cj0KCQiAyMKbBhD1ARIsANs7rEGTWv4OEd3ctnWTo5XGTRJ1wHhyg5Nd\\_VNV5atPkKNN8QzH6Irm-vUaAmQcEALw\\_wcB](https://brasa.org.br/decreto-no-10-502-e-um-retrocesso-para-a-educacao-inclusiva-no-brasil/?gclid=Cj0KCQiAyMKbBhD1ARIsANs7rEGTWv4OEd3ctnWTo5XGTRJ1wHhyg5Nd_VNV5atPkKNN8QzH6Irm-vUaAmQcEALw_wcB). Acesso em: 13 de novembro de 2022.

FREIRE, Kátia Maria de Aguiar; BRITO, Maria Durciane Oliveira; SILVA, Heber Ferreira da. **Acessibilidade e Inclusão**: a importância do cuidador de crianças com deficiência física na escola. RACE, Revista de Administração. ISSN 1806-0714, v. 4, 2019.

FONTE, Felipe de Melo. **Políticas públicas e direitos fundamentais**. 2ª ed. São Paulo: Saraiva, 2015. Págs. 37 e 53.

SILVA, Kévvya Dawlay Lima da; OLIVEIRA, Kalina de França. A capacitação dos cuidadores escolares e sua aplicação na construção de uma educação inclusiva. VII Congresso Nacional de Educação. Disponível em: [https://editorarealize.com.br/editora/anais/conedu/2020/TRABALHO\\_EV140\\_MD1\\_SA10\\_ID5333\\_24082020045832.pdf](https://editorarealize.com.br/editora/anais/conedu/2020/TRABALHO_EV140_MD1_SA10_ID5333_24082020045832.pdf). Acesso em: 07 de dezembro de 2022.

SEGALLA, Juliana Izar Soares da Fonseca; MARTA, Taís Nader. **Direito à educação inclusiva: um direito de TODOS**. 1º ed. São Paulo: editora Verbatim, 2013. p. 72.



**Capítulo 4**  
**SERVIÇO SOCIAL E MOVIMENTOS SOCIAIS: UMA  
PERSPECTIVA A PARTIR DA ANÁLISE DA  
RELAÇÃO ENTRE O ESTADO E AS POLÍTICAS  
PÚBLICAS**

*Jdejessica Costa de Oliveira*  
*Thalita da Silva Messias*  
*Karina Lima Duarte Neves Rocha*

## SERVIÇO SOCIAL E MOVIMENTOS SOCIAIS: UMA PERSPECTIVA A PARTIR DA ANÁLISE DA RELAÇÃO ENTRE O ESTADO E AS POLÍTICAS PÚBLICAS

**Jadejessica Costa de Oliveira**

*Acadêmica do Curso de graduação em Serviço Social na Universidade Federal de Alagoas (UFAL), Campus Arapiraca, Unidade Educacional de Palmeira dos Índios.*

*Email: [jadejessica.oliveira@arapiraca.ufal.br](mailto:jadejessica.oliveira@arapiraca.ufal.br). (Autora)*

**Thalita da Silva Messias**

*Acadêmica do Curso de graduação em Serviço Social na Universidade Federal de Alagoas (UFAL), Campus Arapiraca, Unidade Educacional de Palmeira dos Índios.*

*Email: [thalita.messias@arapiraca.ufal.br](mailto:thalita.messias@arapiraca.ufal.br). (Autora)*

**Karina Lima Duarte Neves Rocha**

*Mestre em Serviço Social pela Universidade Federal de Sergipe (UFS).  
Especialista em gestão da Política de Assistência pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL). Docente do Curso de Graduação em Serviço Social (UFAL),  
Campus Arapiraca, Unidade Educacional de Palmeira dos Índios.*

*Email: [klimasso@gmail.com](mailto:klimasso@gmail.com). (Orientadora)*

### RESUMO

O artigo em questão aborda o diálogo entre o Serviço Social e os movimentos sociais a partir de uma revisão bibliográfica que possibilitou a compreensão de como o Estado e as Políticas Públicas se apresentam na sociedade capitalista. Na primeira parte deste artigo há a exposição acerca da articulação entre o Estado com a sociedade brasileira, e como as Políticas Públicas se apresentam nesse contexto. A segunda parte procura destrinchar sobre como o Serviço Social e os movimentos sociais se inserem no panorama da luta de classes. Para finalizar, realiza-se a inter-relação entre as Políticas Públicas e a atuação do Serviço Social nos movimentos sociais. O objetivo primordial é obter uma análise crítica considerando a importância do debate na formação e atuação profissional dos assistentes sociais levando em conta a atual configuração do Estado Brasileiro, que requer a não aceitação da lógica dominante e a busca pela emancipação humana.

**Palavras-chave:** Estado. Sociedade. Movimentos sociais. Serviço Social. Luta de classes. Políticas Públicas.

## ABSTRACT

The article in question addresses dialogue between social service and social movements from a bibliographic review that made possible the understanding of how the state and public policies are presented in the capitalist society. In the first part of this article there is the exposure on the articulation between the State with Brazilian society, and how public policies are presented in this context. The second part seeks to discuss about how social service and social movements fall into the panorama of class struggle. In order to finish, the interrelationship between public policies and the action of social service in social movements is carried out. The primary goal is to obtain a critical analysis considering the importance of the debate in the training and professional performance of social workers taking into account the current configuration of the Brazilian State, which requires not acceptance of the dominant logic and the search for human emancipation.

**Keywords:** State. Society. Social movements. Social Service. Class struggle. Public policy.

## INTRODUÇÃO

O presente artigo integra o Eixo Temático intitulado **Estado, Movimentos Sociais e Políticas Públicas**, apresentado no IV Simpósio Internacional sobre Estado, Sociedade e Políticas Públicas - (SINESPP), cujo um dos objetivos é promover reflexões sobre as relações imbricadas na sociedade brasileira a partir da análise das desigualdades sociais e de como o Estado responde à essas problemáticas via políticas públicas. Ademais, abordar a relação entre o Estado e a sociedade, suscitando um debate para além do que sejam essas instâncias, mas também como se dá a relação entre elas na sociedade capitalista e como os movimentos sociais estão presentes no Serviço Social e nesta sociedade.

O objeto de pesquisa deste artigo foi derivado da disciplina de Classes Sociais e Movimentos Sociais do Curso de Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Alagoas, Campus Arapiraca, Unidade Educacional de Palmeira dos Índios, e se configura como uma análise crítica a partir de uma busca teórica para a compreensão dos movimentos sociais e sua relação com o Serviço Social. É válido ressaltar que Duriguetto (2014) analisa o banco de dados da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), nos períodos de 1985 até 2011, em que os dados de teses e dissertações no programa de pós-graduação da área de serviço social, das 276 obras científicas, apenas 08 produções eram temáticas sobre o Movimento Social e Serviço Social.

O Estado e a sociedade são instâncias complexas, contraditórias e dinâmicas e, portanto, a relação que os mantém em constante interação, também é complexa e contraditória e a sociedade brasileira deve ser analisada, mesmo que brevemente, para a criação de possibilidades para a construção de uma sociedade emancipada. Desse modo, evidencia-se a importância desse debate, haja vista que o Serviço Social, profissão inserida na divisão sociotécnica do trabalho, se propõe compreender os significados dos movimentos sociais na ordem societária que se ergue sob a égide do modo de produção capitalista, levando em conta a desproteção social, entendida enquanto desresponsabilização ou não garantia aos direitos sociais e condições de vida digna através de políticas sociais públicas, que surgem enquanto respostas do Estado à questão social.

## **METODOLOGIA DA PESQUISA**

O dado texto foi construído através de pesquisa bibliográfica e documental a partir de diversos autores, dentre eles, Karl Marx, Antonio Gramsci, Liliam dos Reis Souza Santos, Friedrich Engels, Maria Beatriz Abramides, Maria Lúcia Duriguetto, Carlos Montaña, entre outros/as. A partir da metodologia utilizada, a discussão exposta neste trabalho teve como resultados, alguns pressupostos de análise e caminho a ser percorrido tais como a discussão de Estado, Consciência de Classe, Movimentos Sociais e suas articulações com o Serviço Social, no contexto da sociedade brasileira.

## **FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA**

### **1. A articulação do Estado com a sociedade brasileira no contexto das políticas públicas**

É imprescindível compreender o lugar do Estado na divisão das classes sociais, já que ele é o responsável pelo ordenamento político dessas classes. O Estado fortalece seu domínio sobre a sociedade através de aparatos burocráticos, legais, repressivos e ideológicos. As classes sociais são o constituinte orgânico do Estado, e como Liliam (2021, p. 100) enfatiza: “O Estado é atravessado pelas lutas de classe e

responde de maneira contraditória à essas lutas, ao mesmo tempo que as condensa.”  
Conforme Engels (2010):

Como o Estado nasceu da necessidade de conter o antagonismo das classes, e como, ao mesmo tempo, nasceu em meio ao conflito delas, é, por regra geral, o Estado da classe mais poderosa, da classe economicamente dominante, classe que, por intermédio dele, se converte também em classe politicamente dominante e adquire novos meios para a repressão e exploração da classe oprimida. Assim, o Estado antigo foi, sobretudo, o Estado dos senhores de escravos para manter os escravos subjugados; o Estado feudal foi o órgão de que se valeu a nobreza para manter a sujeição dos servos e camponeses dependentes; e o moderno Estado representativo é o instrumento de que se serve o capital para explorar o trabalho assalariado (ENGELS, 2010, p. 215-216)).

Nesse viés, a fim de compreender o percurso histórico e político do Estado na sociedade brasileira, faz-se necessária uma análise acerca da concepção do Estado na perspectiva de autores importantes que debatem essa temática, dentre eles, Marx e Gramsci. Para Karl Marx (1818-1883), o Estado busca atender os interesses da burguesia, sendo um instrumento de dominação e manutenção da hegemonia da classe que é detentora dos meios de produção, da força de trabalho, das mercadorias e da mais-valia. Além dele, Antonio Gramsci (1891-1937), um dos autores que aborda o papel do Estado na relação com as classes dominadas, considera que o Estado fortalece seu domínio sobre a sociedade através de diversos aparatos, como principalmente os ideológicos.

Com isso, observa-se que com a tomada de consciência das massas, a classe dominante utiliza não apenas os aparatos repressivos (exército, polícia, etc), mas os aparatos de consenso, que segundo Liguori (2020), “resguardam principalmente a criação do senso comum de massa”, que é fundamental para a perpetuação do sistema capitalista exatamente porque é quando o Estado e as classes dirigentes utilizam recursos como a escola, os partidos e sindicatos, a mídia, a igreja, que afetam diretamente as famílias, primeira instância de contato dos indivíduos, e assim propagam sua ideologia e fazem com que as classes subalternas naturalizem e aceitem a sociedade tal como ela é.

Nesse sentido, difundir a ideologia dominante, a legitimar e a naturalizar nos setores dominados é o objetivo da sociabilidade burguesa. Os movimentos sociais são ações coletivas construídas que representam narrativas antagônicas ao modelo de ordem dominante. “Suas ações estruturam-se a partir de repertórios criados sobre

temas e problemas em situações de conflitos, litígios e disputas” (GOHN, 2000, p.13). Eles geram uma identidade coletiva e “esta identidade decorre da força do princípio da solidariedade e é construída a partir da base referencial de valores culturais e políticos compartilhados pelos grupos.” (GOHN, 2000, p.13).

Estes valores fortalecem as vozes minoritárias expressas nos discursos de massa, que passam de sujeitos passivos ao autoritarismo e interesses do Estado para movimentos coletivos com aspectos políticos institucionais, representando resistência às desigualdades sociais pelo cenário de retrocessos no campo dos direitos sociais. Dessa forma, busca-se apreender quais as particularidades que caracterizam a sociedade brasileira e em como as Políticas Públicas surgem nesse cenário, a partir da participação popular em movimentos sociais que reivindicam direitos instituídos.

## **2. As particularidades políticas e suas implicações na relação do Estado, Políticas Públicas e sociedade brasileira**

Acerca de aspectos históricos e políticos que marcam a sociedade brasileira, a Proclamação da República, em 1889, não alterou significativamente o quadro das forças políticas e direitos sociais brasileiros e não houve participação popular no processo. Contudo, promulgada no dia 05 de outubro de 1988 e aprovada pela Assembleia Nacional Constituinte durante o governo do presidente José Sarney, a Constituição Federal, que determina os direitos e deveres dos entes políticos e dos cidadãos foi uma expressiva conquista no processo de redemocratização do país após o fim da Ditadura Militar.

É inegável que ao longo do desenvolvimento histórico, político e social do Brasil, houveram conquistas, a partir da luta das classes populares, sendo a Constituição Cidadã uma delas, pela ampla participação popular que visava o exercício da liberdade e da democracia. A dinâmica da relação entre Estado e a sociedade brasileira, na qual se inscreve a prática das políticas públicas, é atravessada por diversas desigualdades seja elas políticas, econômicas, sociais, intelectuais ou simbólicas, sendo uma das características mais marcantes na estrutura e gênese do país.

Apresenta-se como um fenômeno complexo e multifacetado que tem impactos diversos como a exclusão de direitos e mudanças a partir de critérios que burocratizam o acesso destes. Por isso, a busca de alternativas de redução das desigualdades

requer a definição e implementação de políticas públicas que possibilitem uma distribuição mais equitativa dos bens e recursos sociais, assim como a efetivação dos direitos sociais previstos na Constituição Federal. Ao conjunto das desigualdades, denomina-se questão social, a qual é constitutiva da sociedade capitalista, pois como diz lamamoto (2000, p. 27):

Questão social apreendida como o conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura, que tem uma raiz comum: produção social é cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se amplamente social, enquanto a apropriação dos seus frutos mantém-se privada, monopolizada por uma parte da sociedade. (lamamoto, 2000, p. 27).

Considerando as diferentes realidades conjunturais que marcam a história do país, faz-se necessário compreender que, nas últimas décadas, as políticas públicas reafirmam os compromissos da Constituição atual, e de outro lado, elas sofrem os impactos das políticas governamentais de viés neoliberal a partir dos anos 1990, que contribuem para que haja retrocessos na garantia dos direitos sociais e enfraquecimento de lutas sociais, influenciando o corte nos gastos públicos e a intervenção mínima do Estado, pois, nesta perspectiva, cabe ao mercado e setores privados atender as demandas e necessidades da população. Segundo Faleiros (2007, p. 187):

As reformas neoliberais têm propósitos (...) de mudar a estruturação do sistema de bem-estar social com a diminuição do papel do Estado e, principalmente, da garantia de direitos sociais, e a inserção dos dispositivos de manutenção da força de trabalho nos mecanismos lucrativos do mercado.

Assim, ao se analisar as políticas públicas concedidas pelo Estado à sociedade, é imprescindível perceber o quanto há a criação de políticas focalizadas em famílias que vivem em vulnerabilidade social, mas não se gestam programas e ações estruturantes que de fato modifiquem as desigualdades sociais, haja vista que o objetivo do Estado é garantir as condições à sua valorização e acumulação. Segundo Netto (2006b, p. 26),

a *preservação e o controle contínuos* da força de trabalho, ocupada e excedente, é uma *função estatal de primeira ordem* [...]. Justamente neste nível dá-se a articulação das funções econômicas e políticas do Estado burguês no capitalismo monopolista [...] ele deve legitimar-se *politicamente* incorporando outros protagonistas sociopolíticos. O alargamento de sua base de sustentação e legitimação sociopolítica,

mediante a generalização e a institucionalização de direitos e garantias cívicas e sociais, permite-lhe organizar um *consenso* que assegura o seu desempenho. (Netto, 2006b, p. 26-27; grifos do original).

Enquanto uma pequena parcela da população tem usufruído da riqueza socialmente produzida às custas da exploração, a classe trabalhadora tem sofrido com o aumento do desemprego, miséria, pobreza, analfabetismo, péssimas condições de moradia, genocídio de índios, racismo, xenofobia, homofobia, feminicídio, violências, trabalho infantil, e estes fatores são retratos que têm afetado a vida de muitos cidadãos. No Brasil, as discrepâncias econômicas associam-se às discrepâncias políticas, culturais, raciais, étnicas, etc. Nessa perspectiva, entender como o Serviço Social se situa nos movimentos sociais é de suma importância para um debate que compreenda os impactos que a luta de classes possui para que os direitos sociais sejam de fato assegurados, através de uma intervenção profissional qualificada que compreenda histórica e socialmente como deve realizar mediações necessárias a favor da classe trabalhadora.

## **2.1. O Serviço Social e os movimentos sociais situados no contexto da luta de classes**

A partir do que foi discutido até o presente momento, Freitas (2017, p. 79) acentua que, “é possível situar o fundamento teórico e político dos movimentos sociais dentro da ordem capitalista no conflito de classes”. Com isso, entende-se o movimento social como uma tentativa de questionar ou legitimar determinado projeto societário, seja da classe detentora dos meios de produção ou da classe vendedora da força de trabalho. Os movimentos sociais estão presentes na sociedade regida pelo capital, contudo se organizam e lutam contra essa dominação para que o Estado assegure direitos em prol da maioria e vise os interesses da sociedade.

As lutas de classes e sociais pressupõem os fundamentos estruturais do modo de produção capitalista, a polarização das classes fundamentais e a contradição de seus interesses, a partir da exploração de uma classe por outra. O que diferencia as lutas sociais é o tipo de organização pela qual se desenvolvem, seus objetivos e a clareza dos fundamentos e da gênese das suas reivindicações. Para Vieira (2004), a função dos movimentos sociais não é o exercício do poder, mas lutar pela delimitação e orientação da ação do poder estatal, para que este cumpra as tarefas para as quais

existe como instituição, que é responsável para gerir as necessidades objetivas dos cidadãos, devendo desempenhá-las a partir do interesse coletivo.

A sociedade tem buscado uma maior participação na elaboração de políticas públicas, o que acaba fomentando uma maior aproximação destes sujeitos ativistas com o poder estatal. “Essa demanda implica não somente na criação de espaços de diálogo entre atores da sociedade civil e do governo, mas da maior presença de ativistas de movimentos sociais dentro do próprio Estado”. (ABERS, VON BULOW, 2011, p. 65). É nesse contexto de luta de classe, em que os atores sociais possuem interesses divergentes e necessitam conquistar a hegemonia em seus projetos de classe, segundo Freitas (2017), que precisam ser entendidos os movimentos sociais, na medida em que são movimentações que buscam consolidar projetos de classe. Ou seja, existe movimento social porque existem classes sociais e essas classes estão em conflito.

Afirmar que o Serviço Social é uma profissão inscrita na divisão social e técnica do trabalho como uma especialização do trabalho coletivo, que tem como objeto profissional a questão social, e identificar o sujeito como trabalhador assalariado, significa compreender, consoante à Raquel Raichelis (2011), que:

O Serviço Social como profissão emerge na sociedade capitalista em seu estágio monopolista, contexto em que a questão social, pelo seu caráter de classe, demanda do Estado mecanismos de intervenção não apenas econômicos, mas também políticos e sociais. Sua institucionalização relaciona-se assim à progressiva intervenção do Estado no processo de regulação social, momento em que as sequelas e manifestações da questão social se põem como objeto de políticas sociais, em dupla perspectiva: seja no sentido de garantir condições adequadas ao pleno desenvolvimento capitalista e seus processos de acumulação privada em benefício do grande capital monopolista; e, simultânea e contraditoriamente, no sentido responder, por vezes antecipar-se, às pressões de mobilização e organização da classe operária, que exige o atendimento de necessidades sociais coletivas e individuais derivadas dos processos de produção e reprodução social (cf. entre outros, Netto, 2005).

De acordo com Moro e Marques (2011), os assistentes sociais passam a se inserir junto aos setores organizados da sociedade incentivando os processos organizativos e apoiando as lutas e reivindicações. Nesse contexto, o Serviço Social tem um compromisso, estabelecido inclusive como competência profissional na Lei 8.662/93 que regulamenta a profissão que é o de buscar o fortalecimento dos movimentos na garantia de direitos. De acordo com o artigo 4º, Inciso IX da Lei que

regulamenta a profissão, constitui-se competência profissional “prestar assessoria e apoio aos movimentos sociais em matéria relacionada às políticas sociais, no exercício e na defesa dos direitos civis, políticos e sociais da coletividade”.

Conforme Lopes e Santana (2017), o Estado por muitas vezes reprime o avanço de conquistas sociais e incorpora mecanismos de estruturação social. Esta ambivalência de caráter estatal faz com que o profissional de Serviço Social seja introduzido neste contexto das mobilizações, servindo como suporte inter-relacional frente às desigualdades sociais. Torna-se hegemônica uma abordagem que compreenda a profissão inserida na dinâmica das relações sociais capitalistas, participando do processo de reprodução dessas relações e de seus interesses contrapostos, respondendo através de sua intervenção a demandas tanto do capital como da classe trabalhadora. Segundo Yamamoto (2009, p. 357), “[...] ao atuar na intermediação entre as demandas da população usuária e o acesso aos serviços sociais [...]”, a atuação profissional dos/as assistentes sociais é realizada a partir de mediações com as políticas públicas visando a garantia de direitos sociais.

### **3. O diálogo entre o Serviço Social e os Movimentos Sociais sob a lógica das Políticas Públicas**

Levando em consideração os aspectos analisados anteriormente, o Estado surge como produto e um pacto entre indivíduos e sua legitimidade deriva de algum tipo de consenso entre aqueles que devem se submeter a sua autoridade. Nessa perspectiva,

Discutir a inserção do Serviço Social nos processos de organização e mobilização popular significa analisar como o assistente social, *como trabalhador assalariado e considerando a própria natureza contraditória de sua intervenção profissional*, pode atuar no sentido da promoção e do fortalecimento das organizações e lutas coletivas dos trabalhadores que são alvo de suas intervenções (DURIGUETTO, ABRAMIDES, 2014, p. 183).

Para pensar a relação do Serviço Social com os movimentos sociais faz-se necessário pensar como a profissão constrói sua intervenção nesse espaço. As atividades mais rotineiras desenvolvidas pelos assistentes sociais nos movimentos sociais são: a capacitação de militantes; rodas de conversas; socialização das informações referentes aos direitos sociais; ministração de cursos; oficinas; e

seminários, entre outras. Para Mota (2014), a referência dos movimentos sociais no Serviço Social foi aspecto imprescindível para a constituição do projeto político profissional atual, que resultou no Código de Ética e na Lei que hoje regulamenta a profissão, perspectivada nos interesses das classes subalternas. A esse respeito, a autora pontua:

Sob o meu ponto de vista a relação entre Movimentos Sociais e Serviço Social não é apenas necessária; ela foi e é determinante da construção do que hoje denominamos como Projeto ético-político profissional. Embora esta nomeação surja nos anos 1990, sua constituição remonta aos finais dos anos 1970 do século passado, quando se inicia um movimento político, teórico e acadêmico-profissional de ruptura com o conservadorismo no Serviço Social (MOTA, 2014, p.26)

A colaboração do assistente social aos movimentos sociais é pensada, “[...] nas ações concretas com o objetivo de, por um lado, instrumentalizar a população para exigir melhoria na prestação de serviços por parte do Poder Público e, por outro, conjugar este processo com o fortalecimento dos mecanismos coletivos de organização popular” (RAICHELIS, 1982, p. 79). O processo de renovação do Serviço Social brasileiro foi viabilizado pela redemocratização vivenciada nos anos 80 e se deu em um contexto de ascensão de lutas sociais, que conduziu a uma interlocução com os trabalhadores e seus instrumentos de classe, edificando as bases políticas imprescindíveis para a construção de um projeto profissional contra hegemônico, fundamentado na perspectiva marxista. Conforme Freitas (2017),

O fato de dizer que a profissão se vincula aos movimentos sociais não significa dizer que ela é por natureza transformadora e crítica, na medida em que se faz necessário considerar a heterogeneidade dos movimentos, que podem ser conservadores, estruturados para garantir a manutenção da ordem vigente. Ou seja, dizer que o Serviço Social precisa estar ao lado dos movimentos sociais é lugar comum e significa muito pouco se não houver a qualificação dessa presença. (FREITAS, 2017, p. 84).

Esse período, também foi marcado pela Constituição Federal de 1988, que contribuiu também para a desmobilização dos movimentos sociais, que estavam articulados para a garantia de direitos e uma vez que esses foram estabelecidos em Lei, fragmenta as lutas imediatas. Esse cenário é desencadeado por práticas governamentais e empresariais – provenientes de ideias relacionadas à reestruturação produtiva e ao neoliberalismo – o que faz com que os direitos passem

a ser combatidos, negados ou postergados. Ademais, possibilitou acesso às políticas públicas e contribuiu para o surgimento dos Conselhos de Saúde e de Assistência Social, consolidando o acesso a bens e serviços e elencando direitos da população.

O movimento feminista contribuiu para o empoderamento feminino a partir de direitos iguais para as mulheres sem a existência de padrões patriarcais, o movimento negro priorizou o uso das cotas para entrada nas universidades públicas e ações antirracistas, o movimento LGBTQIA+ em luta pelos direitos da diversidade e representatividade, Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) que tem como objetivo a reforma agrária e a luta pela terra, entre outros. “Nessa perspectiva teórica, as escolhas identitárias, inclusive dos agentes dos movimentos, incluem-se em momentos de decisões, tendo em vista a adesão a determinados projetos políticos e discursos”. (RODRIGUES, 2011, p. 152).

A luta por reconhecimento de particularidades dos indivíduos com interesses em comum é ocasionada pela desproteção social que provoca incertezas nos indivíduos e possibilita debates em que se tenha a identificação de indivíduos e sua inserção em grupos sociais como forma de resistência à realidade posta. Seguindo a reflexão de Freitas (2017), os movimentos sociais referem-se a formas coletivas de organização que possuem o intuito de realizar reivindicações de direitos. Marx e Engels explicitam a importância da união e organização dos trabalhadores no processo de luta que objetive a emancipação: “o verdadeiro resultado das suas lutas [dos trabalhadores] não é o êxito imediato, mas a união cada vez mais ampla dos trabalhadores” (1998, p.16). Destarte,

Entendemos, dessa forma, as lutas pela igualdade de direito de gênero, sexual, racial, pela defesa do meio ambiente, pelos direitos humanos, por demandas pontuais de uma comunidade, como lutas diferentes (nos seus campos de atuação, na sua organização, nos seus objetivos) mas constitutivas das lutas de classes. Lutas que não podem esperar “a grande revolução” para resolver seus problemas pontuais, mas cujo objetivos a curto prazo (como a igualdade de gênero, por exemplo) não necessariamente são antagônicos à finalidade de longo prazo (a superação da ordem burguesa). Articular o curto e o longo prazo, os objetivos alcançáveis “agora” com as finalidades de maior alcance, torna-se imprescindível. (MONTAÑO E DURIGUETTO, 2011, p. 119).

Essas formas de organizações vão buscar estratégias para mobilizar grupos historicamente excluídos do acesso a direitos, vítimas de preconceito, discriminação,

componentes das chamadas “minorias sociais” na busca por visibilidade, denúncia de desigualdades, e efetivamente garantia de direitos.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Dado o exposto, apreende-se que a partir dos fatos mencionados, o referido texto esclarece que é na sociedade que o Estado e a classe dominante encontram sustentação, sendo, portanto, categorias intrínsecas e indissociáveis. Marx subordina o Estado à sociedade civil porque é ela que o define e estabelece a organização e os objetivos deste. Já para Gramsci, a sociedade faz parte do Estado, que é permeado por interesses e conflitos das classes sociais conformadas na estrutura econômica. Conclui-se que se faz necessária, segundo a perspectiva marxista, a busca pela emancipação humana e a superação do Estado, enquanto instância reguladora e exploratória da vida dos indivíduos, sendo a classe trabalhadora, a protagonista desse processo.

A sublevação da classe operária para dominar os meios de produção e suprimir a exploração, visando a destruição do capital, que é a fonte de toda a contradição da sociedade, provocaria o fim do Estado e das classes sociais. Dessa forma, uma sociedade culturalmente e moralmente fraca é mais vulnerável a manipulações ideológicas, portanto, os cidadãos não podem ser imparciais porque o Estado não o é, pelo contrário, sua função é a de administrar os males sociais e não os superar. Não basta reconhecer que o Estado e a sociedade se organizam contraditoriamente, mas analisar a sociedade para compreendermos as relações sociais e o domínio de uma classe sobre a outra, buscando não apenas explicar a realidade, mas visar sua transformação.

Nesse sentido, a inserção dos profissionais do Serviço Social nos movimentos sociais contribui para a afirmação da categoria profissional porque sua intervenção visa as mudanças nas relações capital/trabalho e a superação de desigualdades sociais, posicionando-se a favor da classe trabalhadora e das organizações da sociedade, apesar de atender a interesses da classe dominante por suas requisições institucionais. A reduzida atuação profissional “[...] em organizações e associações próprias da classe trabalhadora, por elas criadas e geridas, assim como a falta de vínculos sólidos com seus movimentos sociais autônomos” (IAMAMOTO, 2004, p. 47)

demonstra a necessidade de resgatar no espaço acadêmico e profissional a pesquisa acerca dessa temática.

Dessa forma, o compromisso histórico do Serviço Social com os movimentos sociais visa contribuir com os grupos sociais e pessoas que lutam por melhores condições de vida e trabalho, articulando forças com os que sofrem opressões econômicas, de classes, gênero, de orientação sexual, entre outras, em recusa ao arbítrio e ao autoritarismo, com vistas a ampliação e consolidação de cidadania e na defesa intransigente dos direitos humanos, como é preconizado nos princípios fundamentais do Código de Ética da profissão. Destarte, destaca-se a importância de novas estratégias que fortaleçam os movimentos sociais, suas demandas e perspectiva societária, num sentido emancipatório, o que mostra profundo vínculo com a perspectiva profissional crítica e que também se expressa no Código de Ética (1993) que estabelece como um direito profissional "apoiar e/ou participar dos movimentos sociais e organizações populares" (art. 12, alínea b).

Os movimentos sociais são fundamentais para o fortalecimento da classe trabalhadora, haja vista a formação de consciência crítica, condição fundamental para a identidade de classe, sem a qual não é possível a superação da ordem vigente. Na contemporaneidade, vivenciam desafios marcados pela despolitização e fragmentação de suas lutas, o que acaba por descaracterizar a razão fundante dos mesmos, qual seja, a luta de classes.

O desafio para o trabalho do assistente social seria o do fortalecimento dos movimentos sociais a partir de sua inserção nestes e da sua participação na elaboração de políticas públicas, "[...] alargando os canais de interferência da população na coisa pública, permitindo maior controle social, por parte da sociedade, nas decisões que lhe dizem respeito" (IAMAMOTO, 2000, p.142-143). Mediante o exposto, a sociedade se caracteriza por ser uma esfera da disputa de projetos societários pelos movimentos das classes sociais, diante da ordem hegemônica expressa pelo Estado na luta de classes que permeia o modo de produção capitalista.

Diante disso, o Serviço Social, enquanto categoria profissional pertencente à classe trabalhadora, assim como os indivíduos inseridos em movimentos sociais, deve atingir a "consciência de classe para si", que objetiva a emancipação humana a partir da superação da ordem do capital vigente e da constituição de uma sociedade sem classes, e não uma "consciência em si", que busca apenas a obtenção de interesses

de grupos individuais que conquistam apenas algumas garantias. Isso porque a emancipação não é possível de forma individualizada, mas em um contexto de relações sociais entre todos os sujeitos da transformação social.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABERS, Rebecca; BÜLOW, Marisa Uon. **Movimentos sociais na teoria e na prática: como estudar o ativismo através da fronteira entre estado e sociedade?**. Sociologias [online]. 2011, v. 13, n. 28, pp. 52-84. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1517-45222011000300004>>.

BRASIL. **Código de ética do/a assistente social. Lei 8.662/93 de regulamentação da profissão**. - 9. ed. rev. e atual. - [Brasília]: Conselho Federal de Serviço Social, [2011]. Disponível em: <[http://www.cfess.org.br/arquivos/CEP\\_CFESS-SITE.pdf](http://www.cfess.org.br/arquivos/CEP_CFESS-SITE.pdf)>.

DURIGUETTO, Maria Lúcia. **Movimentos Sociais e Serviço Social no Brasil pós-anos 1990: desafios e perspectivas**. IN: ABRAMIDES, Maria Beatriz; DURIGUETTO, Maria Lúcia (Orgs.). **Movimentos Sociais e Serviço Social: uma relação necessária**. São Paulo, Cortez, 2014.

DURIGUETTO, Maria Lúcia; MONTAÑO, Carlos. **Estado, Classe e Movimento Social**. 3ed. São Paulo: Cortez, 2011.

ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. 2. ed. São Paulo, Expressão Popular, 2010.

FALEIROS, Vicente de Paula. **A política Social do Estado Capitalista**. 10<sup>o</sup>. Ed. São Paulo; Cortez, 2007.

FREITAS, Tais Pereira de. **Movimentos sociais e Serviço Social: debates fundamentais**. Sociedade Em Debate, 2017, 23(2), p. 76 - 96. Disponível em: <https://revistas.ucpel.edu.br/rsd/article/view/1532>.

GOHN, M. da G. **500 anos de lutas sociais no Brasil: Movimentos Sociais, ONGs e Terceiro Setor**. Revista Mediações, Londrina, v.5, n.1, p.11-40, jan/jun. 2000.

IAMAMOTO, Marilda V. **Os espaços sócio-ocupacionais do assistente social**. In: SERVIÇO Social: direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS/ ABEPSS, 2009.p. 341-375.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Renovação e Conservadorismo no Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 2004.

IAMAMOTO, Marilda. **O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. - 3. ed. - São Paulo, Cortez, 2000.

LIGORI, Guido. **Como Gramsci decifrou o Estado**. Disponível em: [COMO GRAMSCI DECIFROU O ESTADO | #DicionárioGramsciano - Bing video](#). TV BOITEMPO.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto do partido comunista**. São Paulo: Cortez, 1998.

MOTA, Ana. Prefácio. In: ABRAMIDES, M. B.; DURIGUETTO, M. L. (Org.). **Movimentos Sociais e Serviço Social uma relação necessária**. São Paulo: Cortez, 2014. p. 23-30.

NETTO, José Paulo. **Ditadura e serviço social: uma análise do serviço social no Brasil pós – 64**. 8ed. São Paulo: Cortez, 2005.

NETTO, José Paulo. **Capitalismo monopolista e Serviço Social**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2006b.

RAICHELIS, R. **Considerações a Respeito da Prática do Serviço Social em Movimentos Sociais – Fragmentos de uma Experiência**. Serviço Social e Sociedade, São Paulo, Cortez, 1982.

RAICHELIS, Raquel. **O assistente social como trabalhador assalariado: desafios frente às violações de seus direitos**. Serviço Social & Sociedade [online]. 2011, n. 107, pp. 420-437. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0101-66282011000300003>>.

RODRIGUES, C. M. L. **Movimentos sociais (no Brasil): conceitos e práticas**. In: SINAIS – Revista Eletrônica - Ciências Sociais. Vitória: CCHN, UFES, Edição n.09, v.1, junho. 2011. pp.144-166.

SANTOS, Liliam dos Reis Souza. **Estado e Classes sociais: uma imbricada e contraditória relação**. R. Katál., Florianópolis, v. 24, n. 1, p. 99-108, jan./abr. 2021 ISSN 1982-025. Disponível em: DOI: <https://doi.org/10.1590/1982-0259.2021.e74021>.



**Capítulo 5**  
**QUESTÃO SOCIAL E TRABALHO: DESEMPREGO E**  
**OUTROS EFEITOS DA PANDEMIA DO COVID 19**

*Douglas Marques*  
*Vanessa Rombola Machado*



## QUESTÃO SOCIAL E TRABALHO: DESEMPREGO E OUTROS EFEITOS DA PANDEMIA DO COVID 19<sup>22</sup>

**Douglas Marques**

*Doutor em Diversidade cultural e inclusão social. Professor do curso de Serviço Social da Universidade Estadual de Maringá (UEM). E-mail: douglas.sersocial@gmail.com.*

**Vanessa Rombola Machado**

*Doutora em Serviço Social. Professora do curso de Serviço Social da Universidade Estadual de Maringá (UEM). E-mail: vanessarombola@yahoo.com.br.*

### RESUMO

O presente capítulo de livro busca evidenciar a temática da Questão Social na perspectiva de sua indissociabilidade (IAMAMOTO, 2008) e relacionar teórica e analiticamente alguns dos seus efeitos sobre o trabalho, no contexto de Pandemia, os quais reverberam nas condições de vida dos sujeitos. Partindo do método dialético-crítico, por meio de investigação bibliográfica (LAKATOS E MARCONI, 2001), neste trabalho iremos analisar os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD COVID19 (IBGE, 2020). Sugerimos para aos aspectos de desocupação, aprofundamento do desemprego as disparidades das condições de trabalho, um peso maior da questão social sobre os segmentos mais vulneráveis.

**Palavras-chave:** Políticas Públicas. Questão social. Trabalho. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios. Pandemia.

### ABSTRACT

This article seeks to highlight the theme of the social question from the perspective of its inseparability (IAMAMOTO, 2008) and to relate theoretically and analytically some of its effects on work, in the context of the Pandemic, which reverberate in the living conditions of the subjects. Starting from the dialectical-critical method, through bibliographic research (LAKATOS E MARCONI, 2001), in this work we will analyze data from the Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD COVID19 (IBGE, 2020). We suggest, for the aspects of unemployment, deepening unemployment, disparities in working conditions, a greater weight of the social question issue on the most vulnerable segments.

**Keywords:** Public policy. Social question. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios. Pandemic.

---

<sup>22</sup> O artigo foi originalmente publicado nos anais do IV SIMPÓSIO INTERNACIONAL SOBRE ESTADO, SOCIEDADE E POLÍTICAS PÚBLICAS, realizado no período de 23 a 26 de agosto de 2022, na Universidade Federal do Piauí.

## 1. INTRODUÇÃO

O presente artigo busca evidenciar a temática da Questão Social no contexto de Pandemia e a análise das contradições da realidade social, constituindo-se essa temática em um paradigma com raízes em meados do século XIX, na Europa. Neste sentido, buscamos relacionar teórica e analiticamente a perspectiva da indissociabilidade questão social (IAMAMOTO, 2008) e alguns efeitos da pandemia sobre o trabalho, os quais reverberam nas condições de vida dos sujeitos.

O tema da centralidade da Questão Social na constituição do Serviço Social, bem como na da própria sociedade burguesa, permanece, na atualidade, na “agenda do dia”. O contexto atual de Pandemia, encaminhado pelo aparecimento do vírus Sars Cov2, no final do ano de 2019, na China, tem aprofundado a desigualdade social, que já é bem acentuada em países como o Brasil, que convive com sucessivas crises econômicas e sociais.

O “aparecimento” da Questão social vai impor a classe trabalhadora um novo tipo de sociabilidade, tendo em vista a hegemonia da classe burguesa, nos marcos do modo de produção capitalista. Neste sentido, a análise da questão social, para os limites deste trabalho, buscará levar em conta a sua indissociabilidade (IAMAMOTO, 2008), dado a sua radicalidade no atual contexto de acirramento da desigualdade social, pobreza e violência e, portanto, tem-se a exigência de uma leitura crítica e atualizada das relações sociais.

Nesta direção, partindo do método dialético-crítico, por meio de investigação bibliográfica (LAKATOS E MARCONI, 2001), a qual consiste em toda bibliografia tornada pública, neste trabalho iremos analisar os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD COVID19 (2020) do Instituto Brasileiro de Geografia e Pesquisa (IBGE)<sup>23</sup>. Objetiva-se, num primeiro momento, apresentar alguns elementos teóricos para o debate da centralidade da questão social no Serviço Social e, em seguida, uma abordagem sobre os efeitos sobre o trabalho, no contexto de pandemia, em especial nos aspectos de desemprego, ocupação, sobretudo, na realidade dos sujeitos mais vulneráveis.

---

<sup>23</sup> A coleta da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD COVID19 teve início em 4 de maio de 2020, com entrevistas realizadas por telefone em, aproximadamente, 48 mil domicílios por semana, totalizando cerca de 193 mil domicílios por mês, em todo o território nacional.

## 2. O CENÁRIO PANDÊMICO E A QUESTÃO SOCIAL

Fundamentalmente, a questão social encontra-se na gênese e na fundação da profissão do Serviço Social, em meados da metade do século XIX, na Europa (SANTOS, 1998; NETTO, 2001). No Brasil, observa-se um contexto de “aparecimento da questão social”, no início do século XX, diferentemente do contexto europeu, demarcado pela formação do capitalismo tardio. Tem-se certa similaridade, em um contexto e outro, o surgimento de um tipo de sociabilidade correspondente ao modo de produção capitalista, inaugurando o surgimento de duas classes sociais: a burguesia e proletariado. Isto porque o crescimento do capital implica crescimento de sua parcela variável da população convertida em força de trabalho, ou seja, a acumulação da riqueza num polo é, portanto, ao mesmo tempo, a acumulação da miséria, tormento de trabalho, escravidão, ignorância, brutalização e degradação moral no polo oposto (MARX, 1996, p. 275). Desta forma, esta nova sociabilidade coloca em evidência a exploração da classe burguesa sob a classe operária. A questão social, como fenômeno recente, a atrelado ao modo de produção capitalista, ganha projeção na medida em que a classe trabalhadora, vítima e protagonista, denuncia a sua condição de exploração e torna pública a sua luta pelo acesso as condições de vida necessárias à sua reprodução e pela sua participação no produto do trabalho coletivo.

Desta forma, a análise da questão social não pode perder de vista a indissociabilidade da questão social (IAMAMOTO, 2008)<sup>24</sup>, onde faz-se necessário abarcar o debate para além dos pressupostos da própria questão social, os fundamentos do mundo do trabalho e a função do Estado, em especial, na contemporaneidade. Somada a constituição da questão social, as metamorfoses e a precarização do mundo do trabalho (ANTUNES, 2003) e os conflitos de interesses da ação do Estado, além de correspondentes, essas relações para sem “colocadas a mesa”, numa perspectiva crítica, precisam estar contextualizadas com as contradições da sociedade capitalista. Isso se dá, sobretudo por que a questão social sofre alterações significativas durante os períodos de crises econômicas e de hegemonia do capital.

---

<sup>24</sup> A “questão social” é indissociável da sociabilidade capitalista e envolve uma arena de lutas políticas e culturais contra as desigualdades socialmente produzidas (IAMAMOTO, 2008).

Nesta perspectiva crítica, fundamentalmente, a questão social se expressa na disputa por projetos societários (IAMAMOTO, 2008), que são projeções e tensões de sujeitos coletivos, instituições, profissões, movimentos sociais, entre outros. Desta forma, coloca-se em xeque duas perspectivas: uma de ampliação, democratização e de afirmação dos direitos da classe trabalhadora; A outra, orienta-se pela privatização do Estado, pela mercantilização da vida e pela perda, acelerada no momento em que estamos vivendo, dos direitos sociais diretamente relacionada a redução do financiamento e do orçamento para a Seguridade Social<sup>25</sup>. A questão social, neste contexto, passa a ser mediada e, portanto, as alternativas propostas para a seu enfrentamento, vão colocar em marcha as demandas e as propostas de tais projetos. Somado a isto, constata-se os processos de criminalização das lutas subalternas<sup>26</sup>, em especial aquelas que expressam as reivindicações de gênero, étnico-raciais e as precárias condições de vida, demarcado assim, o trato assistencial-focalizado com a repressão da questão social (IAMAMOTO, 2001). Tal abordagem passa a ser objeto de questionamento, na medida em que o Serviço Social tem na questão social a sua fundação enquanto trabalho especializado, na qual,

A questão social, expressa, portanto, desigualdades econômicas, políticas e culturais das classes sociais, mediatizadas por disparidades nas relações de gênero, características étnico-raciais e formações regionais, colocando em causa amplos segmentos da sociedade civil no acesso aos bens da civilização (IAMAMOTO, 2008, p. 160).

Neste sentido, a questão social não é um fenômeno novo, contudo, tem assumido inéditas expressões na atualidade (NETTO, 2001). Destaca-se, entre outras, as demandas relacionadas aos processos de “flexibilização” das relações de trabalho, a devastação e a conseqüente escassez dos recursos naturais, o desmonte das políticas públicas, a barbarização das condições de vida da classe trabalhadora. Neste contexto, constata-se um contingente populacional que não tem acesso aos serviços públicos, que se encontram em situação precária ou sem acesso ao trabalho,

---

<sup>25</sup> Vide Emenda Constitucional 95/2016 (congelamento dos recursos das políticas sociais por 20 anos) e Portaria 2362/2019 do Ministério da Cidadania (impede a reprogramação para ano seguinte do orçamento). Segundo o IPEA (2021), nos últimos três anos, as políticas públicas já somam uma redução de 83% dos orçamentos, as áreas que mais foram impactadas dizem respeito aos direitos da juventude, programas de segurança alimentar, mudanças climáticas, moradia e direitos humanos de crianças e adolescentes.

<sup>26</sup> Trata-se “das reivindicações dos grupos subalternos e suas relações com o “desenvolvimento das transformações econômicas”, sua “adesão ativa ou passiva às formações políticas dominantes”, à lutas travadas a fim de “influir sobre os programas dessas formações para impor reivindicações próprias (SIMIONATTO, 2009, p. 42).

que vivenciam situações de violência, que estão em situação de insegurança alimentar, entre outras, atingindo, sobretudo, a população mais empobrecida.

Quando analisamos a condição do mundo do trabalho na atualidade, acompanhamos como o modo de produção vigente cria as condições para a formação de um contingente de trabalhadores desnecessário socialmente. Por outro lado, acumulam-se as jornadas de trabalho para uma população já empregada. Desta contradição, temos como saldo aquilo que Iamamoto (2008, p. 157), chamou da criação de uma população de “supérfluos para o capital”, ou seja, uma população que, mesmo qualificada profissionalmente, não atende as exigências atuais do modo de produção capitalista, sendo assim, constituindo um contingente que aguarda a oferta de trabalho para poder vender a sua força de trabalho. No contexto brasileiro, temos um acirramento das contradições para classe que vive do trabalho, na medida em que, segundo os dados do IPEA (2021), a taxa de crescimento atinge uma exponencial taxa de 14,7% da população, ou, 14,8 milhões de brasileiros. O impacto deste cenário é ainda mais devastador para os seguimentos mais vulneráveis, pois, a taxa de ocupação é menor entre as mulheres (46%) em relação aos homens (65%), entre os negros (46%) em relação aos brancos (51%). Os jovens foram os sujeitos mais impactados com a Pandemia, segundo o IPEA (2021), a taxa de desocupação para este segmento atingiu 29%, em 2020. No atual contexto de Pandemia, o cenário de precarização das relações de trabalho toma contornos ainda mais perversos. Nas palavras de Antunes (2020),

O trabalho *uberizado* – e isso em si já é trágico – não se restringe aos trabalhadores que trabalham em plataformas como *Uber* ou *iFood*. Há hoje plataformas de diversas modalidades de trabalho: médicos, engenheiros, empregadas domésticas, jornalistas, professores. Todos os trabalhadores desse amplo campo dos serviços tendem a se converter em trabalhadores *uberizados*. A aprovação da reforma trabalhista ao defender e aprovar o trabalho intermitente, foi a porta de entrada que os capitais precisavam para criar essa modalidade nova que denomino de escravidão digital (ANTUNES, p. 42, 2020).

Nesta direção, temos uma atualização do pauperismo, sendo o “...contingente de trabalhadores miseráveis, aptos para o trabalho, mas desempregados, crianças e adolescentes e segmentos indigentes incapacitados para o trabalho” (IAMAMOTO, 2008, p. 158). A ideia de pauperismo pretende retratar não somente uma situação de pobreza, a qual já fora registrada em modos de produção social anterior ao capital

(Santos, 1998). Mas aqui, se refere a um tipo de pobreza generalizada, a qual condiciona a classe trabalhadora a um processo de barbarização da vida.

Na sociedade burguesa (como a nossa), a função do Estado é a conservação e o controle da força de trabalho. Sendo o mesmo tensionado pelas exigências da ordem, ou o chamado setor do mercado, bem como, pelos conflitos sociais. Neste sentido, a função do Estado não se revela a partir da neutralidade, diante das demandas dos distintos projetos societários, contudo, a ação do Estado será de responder aos interesses de uma classe ou de outra. Numa compreensão mais exacerbada (ou realista) de Marx e Engels (2008), o Estado passa a ser o comitê da burguesia, no sentido de representar muito mais os interesses desta classe, do que a classe trabalhadora. O Estado passa a mediar e a responder aos conflitos por meio das políticas sociais e públicas, e assim, essas políticas terão a função ora de controlar a força de trabalho, ora de assegurar o acesso (limitado) aos direitos sociais. Atualmente, o Estado brasileiro se apresenta na forma dos governos autocráticos que visam incapacitar possíveis resistências, “num autoritarismo dissimulado”, que tem reverberado sobre os partidos de oposição, o sistema judicial, a mídia, bem como as ruas (PRESZVORSKI, 2020). Este contexto denominado pelo autor supracitado de “autoritarismo furtivo”, no qual as ameaças à democracia não estão somente no plano político, mas enraizadas nas condições econômicas, sociais e culturais de hoje, acrescido da estagnação da renda e do aumento da desigualdade aponta para uma erosão gradual e silenciosa da democracia.

Nesta perspectiva, as políticas sociais no Brasil, visam o esforço planejado de reduzir as desigualdades sociais, sendo efetuadas enquanto programas e ações do Estado para atender direitos sociais e cobrir riscos, contingências e necessidades e estão afetando vários dos elementos que compõem as condições básicas de vida da população, muito embora na atualidade este cenário está em dismantelamento (BEHRING, 2011). Na atualidade, embora os esforços dos chamados governos democráticos<sup>27</sup> na implementação de políticas sociais redistributivas, observamos que a natureza destas políticas tem tensionado para a focalização e seletividade, bem como, para o desmonte dos serviços a elas atinentes. Aliado a este aspecto, as políticas públicas e sociais, além de uma tradicional compreensão – um conjunto de ações do Estado a partir de uma problemática, têm constituindo-se em uma complexa

---

<sup>27</sup> Estamos nos referindo aqui a ascensão dos governos ditos de esquerda no Brasil, em especial os de Lula (2002-2010) e Dilma (2010-2016).

interação de relações de poder envolvendo o Estado e a sociedade. Disso, podemos apontar que “é exatamente nessa interação que se definem as situações sociais consideradas problemáticas, bem como as formas, os conteúdos, os meios e os sentidos de intervenção estatal” (GIOVANNI; NOGUEIRA, 2015, p. 02).

Na década de 1990, a propulsão de análises de tais políticas é fomentada pelos processos de reforma neoliberal do Estado, tomando como objeto a forma de ação dos governos na economia e na sociedade, a própria redefinição do papel do Estado, a focalização das políticas sociais e a privatização das instituições públicas. Mais recentemente, aliado a ressecção econômica mundial, com desdobramentos no Brasil, atingindo uma taxa de crescimento econômico de - 4,1% em 2020 (FGV; IBGE, 2021), deflagra-se uma crise sanitária, provocada pelo vírus Sars Cov2.

Diante deste cenário, coloca-se a seguinte indagação: como o sistema capitalista, criado para produção privada da riqueza, retoma os níveis de acumulação? Neste contexto, as tentativas de recuperação dos níveis de acumulação capitalista, traduzam-se nas recentes reformas trabalhista, da Previdência Social e administrativa, em curso. Na mesma esteira, o desmantelamento dos Sistemas de Proteção Social e o desmonte das políticas públicas, deflagra a reforma fiscal, iniciada em 2011, que desonerou a arrecadação fiscal e tributária das empresas, de determinados setores, de 11% para 2%. Somado a isto, a Proposta de Ementa à Constituição - PEC 241/2016, a qual trata do teto dos gastos públicos, congelou o investimento da Seguridade Social pelos próximos 20 anos, estimando-se uma perda de 54 bilhões recursos (IPEA, 2016). Por conseguinte, temos o saque dos direitos da classe trabalhadora, pois, segundo o portal do Ministério do Desenvolvimento Social do Governo Federal (MDS), em abril de 2021, existiam 13,2 milhões de famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família, e uma cobertura de 95% dos programas e serviços. Vale lembrar que em 2012, o número de famílias beneficiadas do Programa Bolsa Família era de 13,9 milhões, portanto, tivemos uma redução, muito embora o aprofundamento das crises social e econômica nos últimos anos, em especial no contexto da Pandemia provocada pelo vírus Sars Cov2.

Para endossar a problemática, temos o “surgimento” de uma classe política conservadora, autoritária, com perseguição as minorias, negacionismo a ciência, com traços de fascismo. O revigoramento do pensamento conservador na sociedade, tem se reproduzido por meio das reações a favor da “defesa da família”, da responsabilização dos pobres, das atitudes contra a comunidade LGBTQIA+, defesa

do armamento, entre outros. São alguns dos principais elementos que atuam como “engrenagens” na dinâmica a atual crise política e econômica no país. É a dimensão sanitária que altera a questão social – e, com isso, altera nossas relações sociais, as condições de trabalho, bem como as respostas do Estado e do mercado de trabalho (ABEPSS, 2021).

A partir desta compreensão sobre a questão social, direciona-se a análise do Serviço Social, na sua função de leitura e de dar respostas a realidade social. Nesta direção, se faz necessário a superação das compreensões de questão social como ‘disfunção’ ou ameaça à ordem e como “nova questão social”. Numa perspectiva crítica, busca-se uma atenta interpretação do Estado e das classes dominantes sobre a questão social, com vistas não incorrerem nas armadilhas de intervenção individualizada e descontextualizada das condições de vida dos sujeitos. Na sequência do nosso trabalho, vamos apresentar alguns desafios do processo de trabalho dos assistentes sociais e a algumas demandas regionais da região do Vale do Ivaí, no Paraná.

### **3. ALGUNS EFEITOS SOBRE O TRABALHO, NO CONTEXTO DE PANDEMIA.**

Com esse cenário, podemos trazer para o debate o que ontologicamente está imbricado na forma como a sociedade, nos últimos séculos, organizou-se: através das formas de ser do trabalho. Essas, entendidas como formas com que a sociedade se (des)organiza para produzir o que socialmente é necessário, a fim de suprir as necessidades humanas. As relações de trabalho são possíveis num sistema de mecanismos político-ideológico-econômicos, que se apoiam no trabalho coletivo e pela metamorfose do valor-trabalho, se transforma em capital. O processo de apropriação cada vez mais polarizado da força de trabalho de cada trabalhador que sobrevive a partir das relações estabelecidas na grande fábrica, deteriora a sua produção material: o que come, o que veste, a sua inserção nas relações sociais. Essa forma de produzir a vida (des)organiza a produção social, condicionando a forma de *inserção* do homem nas relações sociais. Relações essas que são frutos de uma condição social que se caracteriza pelos processos dicotômicos: inclusão x exclusão, produção x deterioração e emancipação x condicionamento (MARQUES, DUTRA, 2014).

Assim, surgem algumas expressões da realidade do mundo do trabalho na

contemporaneidade, em especial no contexto de pandemia, que perpassam processos contínuos e estruturantes, determinando a forma da inserção no mundo do trabalho e nas relações sociais dos sujeitos. A respeito, destacamos o exército de trabalhadores que estão à margem de prospectarem um espaço de trabalho, a inserção em pequenos “bicos”; o desemprego provocado pela substituição dos postos de trabalho, e outros (Marques, Dutra, 2014).

Preliminarmente, destacamos que em relação a taxa de desocupação, no contexto de Pandemia, que no Brasil atingiu o percentual de 14,4% da população (IBGE, 2020). No Estado do Paraná, tal percentual passou de 7,6% para 10,9%. Já o rendimento médio dos trabalhadores, neste mesmo Estado, foi R\$ 2.412,00 reais. Em comparação a outros Estados, para citarmos alguns exemplos, como Maranhão, Amazonas e Amapá, a taxa de desemprego que já era elevada, passou de 17,9% para 21,7%, tendo os rendimentos médios de R\$ 1.403,00 reais, R\$ 1723,00 reais e 1.701,00 reais, respectivamente. Apreende-se que, em regiões onde houve um aumento da taxa de desocupação, paralelamente, houve uma diminuição da renda média, indicando um aprofundamento do desemprego e a precarização das condições de vida da população, as quais se perpetuam pelas recentes crises, em nosso País.

Analisando melhor a questão do percentual de desocupação da população, no Brasil, constata-se que 15,3 milhões de brasileiros não procuram trabalho por conta da Pandemia ou por falta de trabalho na localidade (IBGE, 2020). Por este prisma, podemos verificar outras formas de impacto sobre o trabalho, em especial para a população mais vulnerável. Este contingente da população é representado em 5,9% por brancos e, quase o dobro pela população preta ou parda, atingindo 9,7%. Também, os brasileiros que não procuraram trabalhar e que possui o ensino fundamental completo (9,6%), é quase o triplo daqueles que dispõem de ensino superior completo (3,7%). Desta forma, a população preta e com baixa escolaridade, foi a que menos teve oportunidade de trabalho, durante a pandemia.

Para o contexto de Pandemia que ainda persiste em nossa realidade de trabalho, o tema do afastamento devido ao distanciamento social, merece a atenção. No Brasil, 2,7 milhões de pessoas se afastaram do trabalho, sendo em maior percentual os militares e os servidores estatutários (7%) (IBGE, 2020). Somando a isto, no Brasil, 879 mil pessoas foram afastadas do trabalho e deixaram de receber a remuneração. No Paraná, 39 mil pessoas estavam nesta condição. Tal cenário indica que o isolamento social foi possível para uma pequena parcela da população, essa,

na sua maioria, por conta da natureza do trabalho estável e, por outro lado, parte da população que não dispunha de estabilidade do trabalho, o distanciamento social venho acompanhado da perda dos rendimentos.

Atrelado ao aspecto do isolamento social do trabalho, quando verificamos o contexto do trabalho remoto, nos deparamos com o contingente de 7,9 milhões de brasileiros nesta condição (IBGE, 2020). Deste contingente, a população representada por pessoas que dispunham de ensino fundamental incompleto foi de 0,3 %. Por outro lado, 27,1% da população que estava em contexto de trabalho remoto, possuía ensino superior completo e Pós-graduação. O cenário aponta que o isolamento social e trabalho remoto como medidas de conter a proliferação do vírus e a preservação da vida, foi possível para uma parcela muito pequena da população, a qual dispunha de vínculo de trabalho estável e alto grau de formação.

Em se tratando do impacto sobre o quantitativo de horas trabalhadas, no cenário Pandêmico, no Brasil, a média foi de 36,1 de horas trabalhadas, sendo que, para 79, 2% da população, não houve alteração do número de horas trabalhadas (IBGE, 2020). Em relação ao Brasil, no Estado do Paraná a média de horas ficou um pouco acima, atingindo 37 horas semanais e, para 79,8% da população não houve aumento das horas trabalhadas. Sobre os rendimentos do trabalho, no Brasil, para 19,6% da população, foi menor do que normalmente recebido. No Paraná, este percentual ficou um pouco maior, atingindo 20,5% da população que teve menores rendimentos durante a Pandemia.

Neste contexto pandêmico, com fragilização e/ou perda de vínculos empregatícios, ocasionando aumento significado da demanda por proteção socioassistencial, constata-se políticas de desfinanciamento das políticas públicas, em especial o Sistema Único de Assistência Social (SUAS), pois,

Os Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) ficaram apartados de concessão e distribuição do Auxílio Emergencial. Por um lado, as equipes de referência que operacionalizam os serviços socioassistenciais não possuem estrutura para absorver mais essa demanda, tendo em vista a crescente procura dos (as) trabalhadores (as) pelos serviços da assistência social em decorrência de desemprego, o que aumentou o número de famílias em condições de pobreza e extrema pobreza. Por outro lado, o Governo Federal, ao estabelecer esse benefício emergencial e desvinculá-lo das estruturas já existentes da PAS, transferindo essa responsabilidade para instituições bancárias, reforça o desmonte e a precarização do SUAS no Brasil. (CAMPOS; SGORLON; TORRES, 2020, p. 147)

Muito embora os ataques ao financiamento público já iniciaram na década de 1990, passando pela chamada “Mini reforma fiscal” de 2011 e a PEC 241 de 2016 – que congela os gastos públicos, para citar alguns, a partir do ano de 2017, tais contradições ganharam maior destaque através da diminuição dos investimentos públicos (vide nota de rodapé 1).

(...) o pauperismo é identificado nas diversas frações da classe trabalhadora. Cabe aqui indicar que a condição social das famílias que acessam os serviços executados na PNAS expressa seu pertencimento à classe trabalhadora, especialmente, a fração que está fora do mercado do trabalho, ou realiza trabalhos precários, sem vínculos empregatícios, tampouco proteção trabalhista, cuja remuneração não possibilita arcar com os custos da sua própria sobrevivência nem de sua família. (CAMPOS; SGORLON; TORRES, 2020, p. 140)

Diante dessa realidade, o Serviço Social, enquanto profissão de natureza interventiva, é chamado a atuar e dar respostas efetivas, diante do aumento das demandas para a Política de Assistência Social, bem como, diante do agravamento da desigualdade social, impactando diretamente nas condições de trabalho e de vida da população. A Pandemia teve grandes rebatimentos sobre o trabalho sendo um reflexo no que aconteceu no país em geral: aumento do número de pessoas em situação de desemprego, assim como dos índices de violências e demais vulnerabilidades sociais.

#### **4. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Este artigo buscou evidenciar a temática da Questão Social, como um paradigma que reverbera desde meados do século XIX. Em especial, nosso enfoque se volta para a questão social no contexto de pandemia e para os feitos sobre o trabalho, num cenário de vem aprofundando a realidade do desemprego, no País.

Sugerimos para aos aspectos de desocupação, aprofundamento do desemprego e das precárias condições de vida e as disparidades das condições de trabalho, um peso maior da questão social sobre a classe trabalhadora e os segmentos mais vulneráveis.

Diante desse contexto, a necessidade de compreender a centralidade da questão social mostra-se fundamental para o Serviço Social, na perspectiva de pensar em estratégias de resistência diante da atual conjuntura econômica e social,

e seus rebatimentos regionais. Segundo Teixeira e Braz (2009), a partir das contradições de classes que determinam a profissão, os assistentes sociais podem escolher caminhos, construir estratégias político-profissionais e definir os rumos da atuação e, com isso, projetar ações que demarquem claramente os compromissos ético-políticos profissionais.

## REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL (ABEPSS). **A Formação em Serviço Social e o Ensino Remoto Emergencial**. Disponível em: [http://www.abepss.org.br/arquivos/anexos/20210611\\_formacao-em-servico-social-e-o-ensino-remoto-emergencial-202106141344485082480.pdf](http://www.abepss.org.br/arquivos/anexos/20210611_formacao-em-servico-social-e-o-ensino-remoto-emergencial-202106141344485082480.pdf). Brasília, 2021.

ANTUNES, Ricardo (org.). 2020. **Uberização, trabalho digital e indústria 4.0**. 1. ed. São Paulo: Boitempo. 333 pp

ANTUNES, R. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. Campinas, SP, Cortez, 2003.

BEHRING, E.R. **Política social: fundamentos e história**. São Paulo: Cortez, 2011.

CAMPOS, S.P.G; SGORLON, C.T.S; TORRES, M.M. O trabalho da(o) assistente social na política de assistência social em tempos de pandemia. In: PONTES, R.N; CRAVEIRO, A.V; AMARO, S (Orgs). **Serviço social e pandemia Covid-19: realidade, desafios e práxis**. 1.ed. Porto Alegre, RS: Nova Práxis Editorial, 2020.

GIOVANNI, G; NOGUEIRA, M.A. **Dicionário de políticas públicas**. 2ª Ed. Unesp/Fundap. São Paulo. 2015.

IAMAMOTO, M. V. **Serviço Social em tempo de capital fetiche**: capital financeiro, trabalho e questão social. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2008.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Portal cidades**. Disponível em <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/pr/>. Acesso em ago. 2021.

INSTITUTO DE PESQUISA E ECONOMIA APLICADA (IPEA). **Desempenho recente do mercado de trabalho e perspectivas para o ano**. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/cartadeconjuntura/index.php/2021/04/desempenho-recente-do-mercado-de-trabalho-e-perspectivas-para-o-ano/>. Acesso em: ago. 2021.

MARQUES, D.; DUTRA, A.P. Centralidade e afirmação: a categoria trabalho em debate. In. BELLO, E.; BARRETO LIMA, M. M.; AUGUSTIN, S. **Direito e marxismo**. Caxias do Sul, RS: Educs, 2014.

MARX, K. **A ideologia alemã**. 3ª Edição. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

NETTO, J. P. **Cinco notas a propósito da "questão social"**. Temporalis, n. 3, Brasília: ABEPSS, p. 41-49, 2001.

SANTOS, J. S. **Particularidades da "questão social" no capitalismo brasileiro**. Tese (Doutorado). Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2008.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Fundamentos metodologia científica**. 4.ed. São Paulo: Atlas, 2001.

MARX, K. **O capital** – crítica da economia política. Livro Primeiro. O processo de produção do capital. Tomo 2. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

MARX, K; ENGELS, F. **Manifesto do partido comunista**. 1ª Ed. São Paulo: expressão popular, 2008.

PRZEWORSKI, Adam. **Crises da democracia**. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

SIMIONATTO, Ivete. Classes subalternas, lutas de classe, e hegemonia: uma abordagem gramsciana. *Katálysis*, Universidade Federal de Santa Catarina, v. 12, n. 1, p. 41-49, 2009.

TEIXEIRA, J. B; BRAZ, M. O projeto ético-político do Serviço Social. In: **Serviço social: direitos sociais e competências profissionais**. CFESS, Brasília/DF, 2009.



**Capítulo 6**  
**O QUE SE PESQUISA EM SEGURANÇA PÚBLICA  
NO BRASIL? UM OLHAR A PARTIR DA BASE DE  
DADOS SCOPUS**

*Hendrisy Araujo Duarte*  
*Jaqueline Carvalho Quadrado*



## O QUE SE PESQUISA EM SEGURANÇA PÚBLICA NO BRASIL? UM OLHAR A PARTIR DA BASE DE DADOS SCOPUS

**Hendrisy Araujo Duarte**

*Mestranda em Políticas Públicas (PPGPP/UNIPAMPA) e em Direito (PPGD/UFSM).*

*Advogada. Pesquisadora do Centro de Estudos e Pesquisas em Direito e Internet (CEPEDI) da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) e do Grupo de Pesquisa em Gênero, Ética, Educação e Política (GEEP) da Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA). Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8649104965342461> . ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4751-7600> . E-mail: [duartehendrisy@gmail.com](mailto:duartehendrisy@gmail.com).*

**Jaqueline Carvalho Quadrado**

*Doutora em Sociologia pela Universidade Federal de Brasília. Mestre em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Professora dos cursos de Graduação em Ciências Sociais – Ciência Política, Direito e Serviço Social da Universidade Federal do Pampa. Professora do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da Universidade Federal do Pampa. Líder e pesquisadora do Grupo de Pesquisa Gênero, Ética, Educação e Política (GEEP) vinculado à Universidade Federal do Pampa. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5517768446912195>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5220-3710>. E-mail: [jaquelinequadrado@unipampa.edu.br](mailto:jaquelinequadrado@unipampa.edu.br).*

### RESUMO

O presente estudo tem por objetivo realizar uma revisão de literatura em artigos na base de dados Scopus referente a produção acadêmica que verse sobre segurança pública no Brasil, a fim de responder ao questionamento: qual o direcionamento dos estudos sobre segurança pública no Brasil nos últimos cinco anos? Dessa forma, busca-se compreender quais discussões e quais os principais autores envolvidos com a temática. Para atingir os objetivos propostos, realiza-se uma pesquisa exploratória através do método bibliográfico, que servirá de base para a compreensão do direcionamento e das lacunas nas pesquisas sobre segurança pública no Brasil. Os achados deste estudo apontam para pesquisas com componentes isolados dentro do vasto campo da segurança pública nos últimos cinco anos e evidenciam uma possível mudança neste paradigma a partir do ano de 2021, com pesquisas voltadas para a segurança pública baseada em evidências e o estudo integrado do fenômeno criminológico.

**Palavras-chave:** Perspectiva. Revisão de literatura. Segurança pública;

## **ABSTRACT**

The present study conducts a literature review in articles in the Scopus database regarding academic production about public security in Brazil, in order to answer the question: what is the direction of studies on public security in Brazil in the last five years? Therefore, it seeks to understand which discussions and which are the main authors involved with the theme. To achieve the objectives, exploratory research is carried out through the bibliographic method that will serve as a base to comprehend the directions and the gaps in studies about public security in Brazil. The findings point to studies with isolated components within the vast field of public security in the last five years and bring evidence of a possible change in this paradigm from the year 2021, with evidence-based public security studies and with an integrated study of the criminological phenomenon.

**Keywords:** Perspective. Literature review. Public security.

## **1 INTRODUÇÃO**

Em um país com recente período de redemocratização e instituição de um Estado Democrático de Direito como é o Brasil, faz-se necessário compreender as transformações de suas instituições públicas, as quais representam o agir estatal diretamente ligado aos cidadãos. Nesse contexto, é importante compreender de que formas essas instituições se alinham aos preceitos constitucionais e, dessa forma, desenvolvem políticas públicas que buscam assegurar direitos.

Diante disso, o presente estudo busca construir uma síntese da produção acadêmica em relação à segurança pública no Brasil no período pós-redemocratização, a fim de compreender a discussão sobre a temática a nível nacional e, assim, sistematizar estudos dos últimos cinco anos sobre políticas públicas neste setor. Para atingir os objetivos propostos, realiza-se uma pesquisa exploratória, cuja finalidade é trazer maior familiaridade com o tema, e o método bibliográfico, pois utiliza-se um banco de dados de literatura científica.

O estudo será dividido em dois capítulos. No primeiro será descrito o percurso metodológico e apresentará um subitem voltado à busca realizada na base eletrônica de dados *Scopus*, demonstrando o caminho percorrido até as fontes selecionadas para compor a revisão de literatura.

O segundo item volta-se para as perspectivas da produção acadêmica sobre a segurança pública no Brasil, em especial nos dez estudos escolhidos na base *Scopus* como os mais relevantes, bem como uma breve explicação sobre o foco de análise

dos autores, bem como as metodologias empregadas para elucidação dos temas propostos.

Por fim, tem-se a conclusão acerca das perspectivas da pesquisa em segurança pública no Brasil, as lacunas encontradas nos estudos analisados e possíveis caminhos a serem percorridos a partir disso.

## 2 REVISÃO DE LITERATURA E PERCURSO METODOLÓGICO

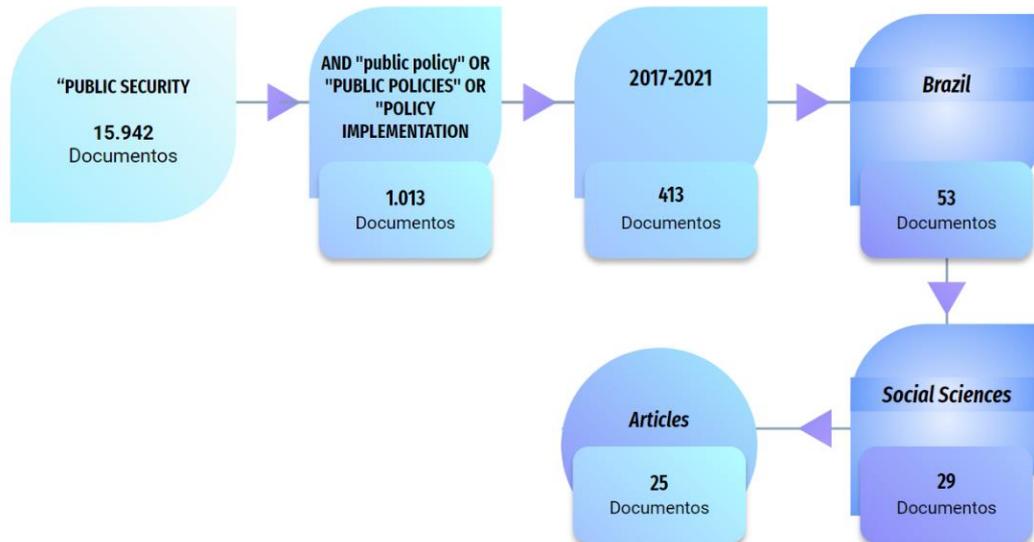
A *American Psychological Association* (APA, 2012) define como revisão da literatura, aí incluídas as sínteses de pesquisa e metanálises, as avaliações críticas de materiais já publicados anteriormente. Ao realizarem esse tipo de pesquisa, os autores organizam e avaliam o conteúdo já publicado e consideram o encadeamento de estudos que buscam elucidar um problema. As revisões de literatura têm por objetivo resumir investigações a fim de informar os possíveis leitores sobre o estado da pesquisa, identificando contradições, lacunas ou inconsistências e, até mesmo sugerindo possíveis próximos passos. (APA, 2012)

Para organizar a revisão de literatura, o presente estudo se utiliza da base de dados *Scopus*, que conta com um banco de dados de resumos e citações de revistas científicas, livros, processos de congressos e publicações dos setores da ciência, tecnologia, medicina, ciências sociais, artes e humanidades. (ELSEVIER, 20--?)

Assim desenvolve-se o presente estudo através do acesso à base de dados *Scopus* por meio do portal de periódicos da CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) na área da CAFE (Comunidade Acadêmica Federada). Para tanto, utiliza-se a *string*: "PUBLIC SECURITY" AND "PUBLIC POLICY" OR "PUBLIC POLICIES" OR "POLICY IMPLEMENTATION" AND (LIMIT-TO (AFFILCOUNTRY,"Brazil") ) AND (LIMIT-TO ( SUBJAREA,"SOCI") ) AND ( LIMIT-TO ( DOCTYPE,"ar") ) AND ( LIMIT-TO (PUBYEAR,2021) OR LIMIT-TO (PUBYEAR,2020) OR LIMIT-TO (PUBYEAR,2019) OR LIMIT-TO ( PUBYEAR,2018) OR LIMIT-TO (PUBYEAR,2017) )

A escolha dos textos que compõem a revisão de literatura se deu através da seleção dos mais citados e aqueles que se enquadram melhor à compreensão do estado das políticas de segurança pública no Brasil nos últimos cinco anos. Portanto, a fim de ilustrar a busca, apresenta-se o conteúdo da base de dados *Scopus* referente ao tema abordado e a seguir o caminho percorrido até a seleção final de artigos.

**Imagem 01:** Fluxograma do percurso de refinamento da pesquisa na base de dados *Scopus*.



**Fonte:** Elaborado pelas autoras.

O fluxograma acima ilustra o caminho percorrido pela autora para que se chegasse a um resultado provisório de 25 artigos através do processo de refinamento de busca disponível pela plataforma *Scopus*. Na primeira busca, utilizou-se a expressão *public security*<sup>28</sup> e encontrou-se 15.942 documentos na plataforma, na segunda busca acrescentaram-se as expressões *public policy*, *public policies* e *policy implementation*<sup>29</sup> interagindo com a primeira expressão e formando a *string*: “*public security*” AND “*public policy*” OR “*public policies*” OR “*policy implementation*” que restringiu a busca a 1.013 documentos. Na terceira busca utilizou-se o filtro temporal para o período de 2017 a 2021 que encontrou 413 documentos, seguido pela aplicação do filtro espacial “*Brazil*”, onde se obteve 53 documentos. Na quarta busca utilizou-se o temático “*Social Sciences*”, que indicou 29 documentos e, por fim, na quinta busca o filtro utilizado buscou afunilar a busca para artigos, através do filtro “*articles*”, chegando aos 25 artigos finais, dos quais selecionaram-se os 10 mais citados.

A partir disso, analisou-se o conteúdo de cada um desses estudos publicados a fim de remover do resultado provisório aqueles que não se encaixavam no objeto de estudo escolhido e, ainda, selecionar os estudos com maior número de citações. Nesta análise inicial optou-se por remover um artigo voltado para o atendimento

<sup>28</sup> Segurança pública em tradução literal feita pela autora.

<sup>29</sup> As expressões podem ser traduzidas respectivamente por: política pública, políticas públicas e implementação de política.

interdisciplinar de mulheres vítimas de violência, um artigo sobre violência LGBT, um artigo focado na análise da opinião pública sobre o uso de drogas psicoativas, um artigo com foco na legislação brasileira sobre migração.

Na seleção final de trabalhos acadêmicos, quatro deles foram publicados em periódicos brasileiros e seis em periódicos internacionais. As metodologias mais empregadas foram o estudo de caso, presente em dois trabalhos. Nos demais, observou-se o uso da análise quantitativa de dados, análise exploratória e revisão de literatura.

A maioria dos trabalhos aborda a questão da segurança pública sob a perspectiva do impacto das políticas públicas no setor para a redução dos homicídios. Em segundo plano, o foco se encontra na análise da perspectiva da sociedade sobre a atuação das polícias militares e a análise espacial sobre a influência do ambiente na elaboração de políticas criminais e na difusão da violência. Apenas um estudo buscou analisar, sob a ótica de impactos positivos, negativos ou sem impacto, políticas de segurança pública já implementadas no Brasil.

A análise sobre os entrelaçamentos e lacunas deixadas pelos estudos encontrados na base de dados *Scopus* se faz necessária para compreender quais os rumos que a pesquisa sobre segurança pública no Brasil vem tomando nos últimos cinco anos e oportunizar a discussão sobre possíveis desdobramentos e oportunidades de estudos futuros. Para tanto, a seguir trata-se das perspectivas da pesquisa sobre segurança pública no Brasil.

### **3 PERSPECTIVAS DA PRODUÇÃO ACADÊMICA ACERCA DA SEGURANÇA PÚBLICA NO BRASIL**

O segundo item deste estudo se debruça sobre a análise dos artigos selecionados na base de dados *Scopus*, onde inicialmente serão abordadas as similaridades, em um segundo momento as metodologias utilizadas e por fim as lacunas percebidas nos últimos cinco anos.

Três dos dez estudos tiveram como objeto de estudo a atuação das polícias militares sob variados enfoques (PASSOS, 2018. PICCIRILLO; GARCÍA-SÁNCHEZ; CHIES-SANTOS; GOMES, 2021. ZILLI; COUTO, 2017), como a visão compartilhada das elites civis e militares engajadas na tomada de decisão sobre o processo e implementação de operações militares em uma perspectiva comparativa sobre o

controle do tráfico de drogas no Brasil e no México, o estudo concluiu o recrudescimento da insegurança e da força criminal como justificativas para intervenções militares pontuais em ambos os países (PASSOS, 2018).

Além disso, uma abordagem recorrente diz respeito às percepções da sociedade diante da atuação das polícias militares (PICCIRILLO; GARCÍA-SÁNCHEZ; CHIES-SANTOS; GOMES, 2021. ZILLI; COUTO, 2017), seja uma análise das variáveis determinantes da avaliação pública acerca qualidade do trabalho das polícias militares no Brasil (ZILLI; COUTO, 2017), onde analisaram-se diversas experiências pessoais de cidadãos com agentes de polícia militar e, a partir disso, concluíram que as variáveis que mais impactam a avaliação são as relacionadas ao contato direto com os policiais, contrariando o senso comum de que o impacto maior é causado pelo fato do cidadão ter sido ou não vítima de algum crime.

Ainda neste sentido, um dos estudos analisou de que forma os diferentes tipos de interação com a polícias na vizinhança durante a adolescência influenciam o processo de socialização legal na cidade de São Paulo (PICCIRILLO; GARCÍA-SÁNCHEZ; CHIES-SANTOS; GOMES, 2021), que comprovou através de uma análise exploratória que tanto o contato com policiais quanto a exposição à violência na vizinhança podem ter impacto significativo na percepção de adolescentes sobre a legitimidade policial mesmo depois dessa legitimação ser confirmada no devido processo legal.

Em outros três estudos (KOPITTKE; RAMOS, 2021. RATTON; DAUDELIN, 2018. INGRAM; DA COSTA, 2017), a análise da segurança pública se deu pela investigação do impacto na redução de homicídios. Rattton e Daudelin (2018) analisaram o impacto da política de segurança pública denominado “Pacto pela Vida” implementado no período de 2007 a 2013 em Pernambuco com o objetivo de reduzir homicídios, observando se este modelo de governança da segurança pública, junto da capacidade de dilação produzida pela justiça criminal, pode ser conectado à redução da taxa de homicídios no período de implementação e na posterior retorno às elevadas taxas de homicídios.

Kopittke e Ramos (2021), lançaram mão de uma revisão sistemática para analisar políticas públicas voltadas à redução de homicídios como forma de contribuir para a segurança pública baseada em evidências, movimento que já se encontra bastante avançado no exterior e que ainda carece de maiores adeptos no Brasil. Os autores concluíram que a análise sistemática de políticas públicas pode aumentar a

efetividade do gasto público, bem como auxiliar na redução de violência e superar perspectivas de tomada de decisão pautada em crenças, políticas sem evidências, corporativismos e preconceitos.

Para Matthew Ingram e Marcelo da Costa (2017) a análise se deu em nível municipal, através do estudo sobre as formas de difusão da violência a nível local e de que formas o programa bolsa família ocasionou em efeitos mistos, uma vez que não resultou em uma significativa relação com a violência em grande parte do Brasil, sob o aspecto de migração da criminalidade para outras comunidades. Em contrapartida, as variáveis estudadas apontaram para um impacto negativo da inserção em um ambiente violento e da desagregação familiar.

Na mesma esteira de análise do impacto proporcionado pelo ambiente na segurança pública, o estudo desenvolvido por Carlos Sobrinho, Silveira e Berger Filho (2018) trouxe a perspectiva integrativa para compreender de que forma as ciências sociais, sob a ótica ecológica, podem contribuir para a formulação de políticas criminais, a fim de esclarecer as razões e os sentidos da criminalidade. Para isso os autores buscaram evidenciar as relações entre os tipos de crimes cometidos no Brasil, o desemprego, a precarização do trabalho, a possibilidade de trabalho no cárcere, a exclusão socioespacial e o encarceramento, através de argumentos generalizáveis, partindo da perspectiva de retroalimentação desses fenômenos.

Santana e Santos (2018) analisaram a justiça restaurativa como uma alternativa ao encarceramento em massa e como um novo paradigma de política de segurança pública, testando essa hipótese diante da atual perspectiva de justiça criminal retributiva e fruto da atuação do Estado através do sistema penal enquanto controle social formal. O estudo concluiu que para determinadas situações, a justiça restaurativa pode ser utilizada como uma nova forma de resposta ao crime, reduzindo o encarceramento em massa vislumbrado nas políticas de segurança pública atuais, mas ainda sem deixar de lado totalmente o modelo retributivo para crimes considerados mais graves e, portanto, de difícil reparação social.

O aspecto econômico foi abordado pela análise do papel desempenhado pelas agências multilaterais como o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), as Nações Unidas, o Banco Mundial e as agências de cooperação interinstitucional, em especial no que diz respeito à transição do paradigma da segurança pública centrado na manutenção da ordem para o paradigma de segurança cidadã na América Latina (AGUIRRE; MUGGAH, 2017). O estudo concluiu que as intervenções propostas pelas

agências incluem planos integrais relacionados à modernização do Estado, bem como estratégias concretas orientadas à redução de homicídios e, embora a atuação destas agências seja importante, subsistem problemas na implementação como o monitoramento e a avaliação.

Os aspectos psicológicos formadores da personalidade violenta foram analisados no estudo que contrapôs o complexo de humilhação com a educação e cognição positivas (KUBITARY; ALSALEH, 2017), o estudo considerou a violência, a criminalidade, o extremismo, a boa cidadania e a incivilidade como problemas sociais que podem ser afetados por padrões de pensamento negativos ou positivos nos indivíduos, nas instituições e comunidades e concluiu que o pensamento positivo pode impactar positivamente os meios de desenvolver a boa cidadania como uma resposta ao crime e a violência.

Os estudos apresentaram como metodologias majoritariamente escolhidas o estudo de caso (INGRAM; DA COSTA, 2017. RATTON; DAUDELIN, 2018; AGUIRRE; MUGGAH, 2017. KUBITARY; ALSALEH, 2017), a fim de compreender de maneira aprofundada as variáveis incidentes sobre os objetos de estudo dentro de um contexto delimitado. A segunda metodologia mais escolhida foi o método hipotético-dedutivo (SANTANA; SANTOS, 2017. CARLOS SOBRINHO; DA SILVEIRA; BERGER FILHO, 2018. INGRAM; DA COSTA, 2017 partido da compreensão de determinados fenômenos e passando para a testagem de hipóteses para solucionar determinados problemas da segurança pública. Pesquisas exploratórias foram utilizadas em três trabalhos que buscaram aprofundar-se sobre as perspectivas pessoais acerca dos problemas abordados (PASSOS, 2021. PICCIRILLO; GARCÍA-SÁNCHEZ; CHIES-SANTOS; GOMES, 2021. ZILLI; COUTO, 2017). A pesquisa bibliográfica foi realizada em dois momentos, onde Kubitary e Alsaleh (2017) utilizaram-se de estudos existentes para compreender as variáveis que impactam a formação da personalidade violenta, enquanto Kopittke e Ramos (2021) construíram uma revisão sistemática de literatura para sintetizar os estudos existentes acerca das políticas de segurança pública voltadas à redução de homicídios no Brasil, que embora ainda apresente o aspecto de análise isolada, mostra uma tendência dos pesquisadores ao estudo integrado do fenômeno criminológico.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento da revisão de literatura permite concluir que o cenário atual de pesquisas em segurança pública no Brasil tende a se valer do impacto de políticas públicas na redução de crimes violentos, em especial do homicídio, bem como na compreensão do fenômeno criminológico enquanto problema social, embora ainda seja analisado de forma fragmentada.

Neste sentido, observa-se uma carência de estudos integrados da segurança pública, uma vez que, conforme os próprios estudos analisados demonstram, aspectos como a criminalidade e a violência são influenciados de forma direta por variáveis como emprego, renda, escolaridade e cultura. Verificou-se ainda que tais variáveis impactam tanto a formação infantil, no sentido de convívio com a violência intrafamiliar e funcionam num sistema que se retroalimenta após o contato do cidadão com o sistema carcerário, contribuindo para o encarceramento em massa e reincidência, quanto na percepção dos adolescentes sobre a legitimidade da atuação policial.

O aspecto do papel das agências multilaterais de fomento à políticas de segurança pública corrobora essa perspectiva de tratamento integrado do setor e, embora preveja ferramentas que estimulem o desenvolvimento integral do Estado, ainda carecem de aparatos de monitoramento e avaliação, reiterando a necessidade de estudos acerca das políticas públicas.

Por essa perspectiva, destaca-se o início de uma movimentação favorável ao paradigma da segurança pública baseada em evidências, fenômeno com vasta aplicação no cenário internacional e que ainda caminha a passos lentos no Brasil, para que se tenha uma visão colaborativa entre áreas como a sociologia, criminologia, psicologia e o estudo aplicado às políticas públicas e, assim, se possa pautar os processos de tomada de decisão pelo poder público e conseqüentemente otimizar a efetividade do gasto público.

Conclui-se que a abordagem isolada de estudos da violência e da criminalidade apresenta poucos resultados generalizáveis diante do contexto social diversificado que se encontra no Brasil, justificando a necessidade de estudos que lancem luz à segurança pública de maneira a abarcar as diversas nuances que compõem a criminalidade e o seu enfrentamento.

## REFERÊNCIAS

AGUIRRE, Katherine; MUGGAH, Robert. Las agencias multilaterales y el enfoque de “seguridad ciudadana” en América Latina. **Revista CIDOB d’Afers Internacionals**, Barcelona, n. 116, p. 25 - 52, set. 2017.

AMERICAN PSYCHOLOGICAL ASSOCIATION (APA). **Manual de publicação APA**. Traduzido por Daniel Bueno. Porto Alegre, 2012. [livro eletrônico].

CARLOS SOBRINHO, Sergio Francisco; DA SILVEIRA, Clóvis Eduardo M.; BERGER FILHO, Airton Guilherme G. Ambiente urbano e segurança pública: contribuições das ciências sociais para o estudo e a formulação de políticas criminais. **Revista Brasileira de Políticas Públicas**. Brasília, v. 8, n. 1, p. 194 - 208, 2018.

ELSEVIER. **Sobre a solução Scopus**. [s./]. 20--?. Disponível em: <https://www.elsevier.com/pt-br/solutions/scopus> . Acesso em: 13 set. 2021.

INGRAM, Matthew C.; DA COSTA, Marcelo M. A Spatial Analysis of Homicide across Brazil’s Municipalities. **Homicide Studies**, [s./], v. 21, n. 2, p.87 - 110, 2017.

KOPITTKE, Alberto L. W.; RAMOS, Marília P. O que funciona e o que não funciona para reduzir homicídios no Brasil: uma revisão sistemática. **Revista de Administração Pública**. Rio de Janeiro, v. 55, n. 2, p. 414 - 437, mar/abr 2021.

KUBITARY, Amani; ALSALEH, Muaweah Ahmad. Confrontation to humiliation complex causing the violence, crime, uncivilized, non-citizenship and extremism by positive education and cognitions. **International Journal of Criminology and Sociology**, [s./], v. 6, 75 - 83, 2018.

PASSOS, Anaís M. Fighting crime and maintaining order: shared worldviews of civilian and military elites in Brazil and Mexico. **Third World Quarterly**, [s./], v. 39, n. 2, p. 314 - 330, 2017.

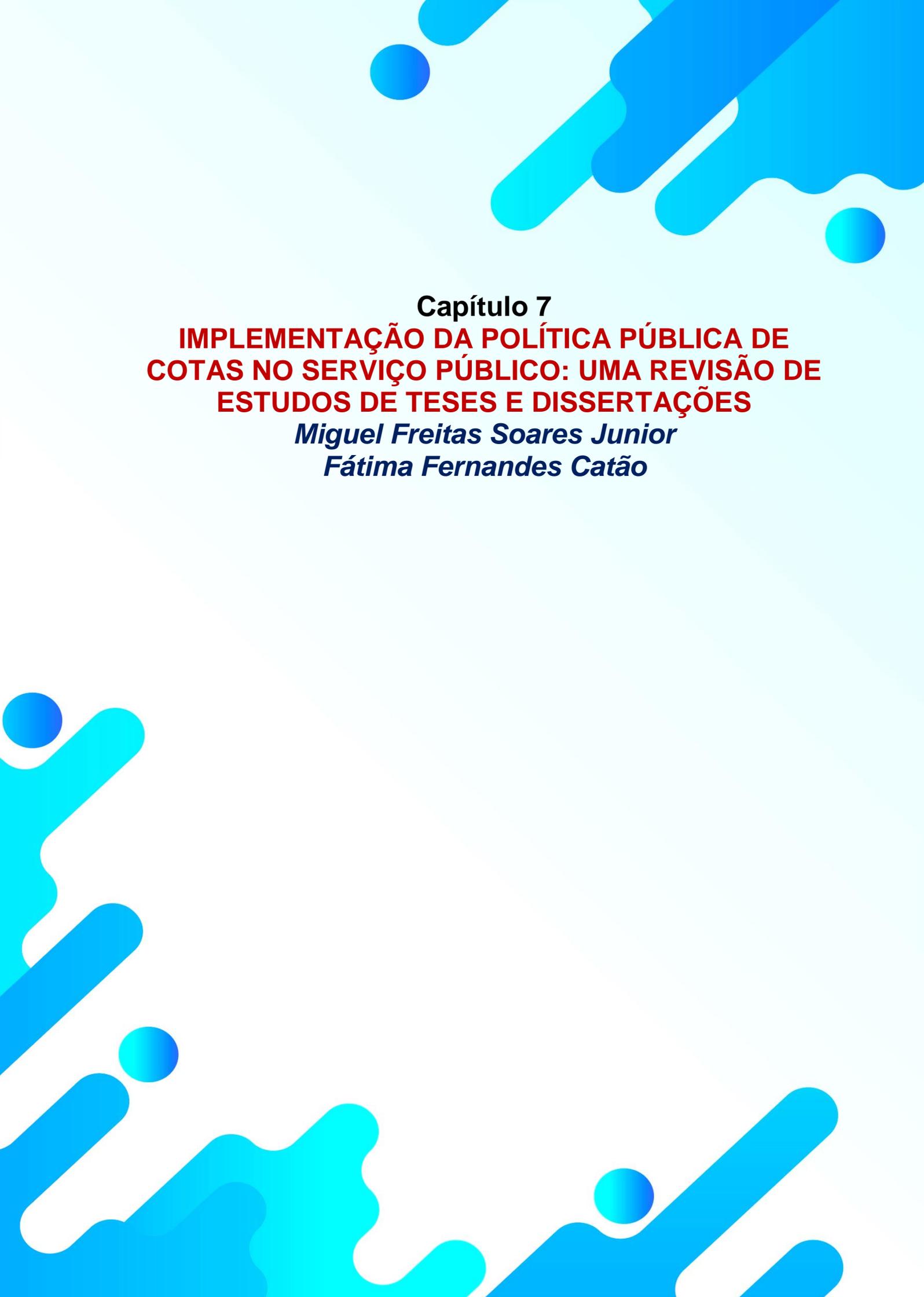
PICCIRILLO, Debora; SÁNCHEZ-GARCIA, Efraín; CHIES-SANTOS, Mariana; GOMES, Aline M. The role of police contact and neighborhood experiences on legal socialization: longitudinal evidence from adolescents in Brazil. **Journal of Social Issues**, Medford, v. 77, n. 2, p. 437 - 461, 2021.

RATTON, José Luiz; DAUDELIN, Jean. Construction and destruction of a homicide reduction Policy: the case of pact for life in Pernambuco, Brazil. **International Journal of Criminology and Sociology**, [s./], v. 7, 173 - 183, 2018.

RIBEIRO, Ludmila Mendonça L.; LOPES, Ariane Gontijo. Public safety policy in the State of Minas Gerais (2003-2016): Agenda Problems and Path Dependence. **International Journal of Criminology and Sociology**, [s./], 7, 121 - 134, 2018.

SANTANA, Selma P.; SANTOS, Carlos Alberto M. A justiça restaurativa como política pública alternativa ao encarceramento em massa. **Revista Brasileira de Políticas Públicas**. Brasília, v. 8, n. 1, p. 227 - 242, 2018.

ZILLI, Luís Felipe; COUTO, Vinícius Assis. Servir e Proteger: determinantes da avaliação pública sobre a qualidade do trabalho das Polícias Militares no Brasil. **Revista Sociedade e Estado**. [s.l.], v. 32, n. 3, set/dez 2017.



**Capítulo 7**  
**IMPLEMENTAÇÃO DA POLÍTICA PÚBLICA DE  
COTAS NO SERVIÇO PÚBLICO: UMA REVISÃO DE  
ESTUDOS DE TESES E DISSERTAÇÕES**  
*Miguel Freitas Soares Junior*  
*Fátima Fernandes Catão*

# IMPLEMENTAÇÃO DA POLÍTICA PÚBLICA DE COTAS NO SERVIÇO PÚBLICO: UMA REVISÃO DE ESTUDOS DE TESES E DISSERTAÇÕES

**Miguel Freitas Soares Junior**

*Aluno regular de mestrado do Programa de Pós-Graduação em Gestão nas Organizações Aprendentes – MPGOA vinculado à Universidade Federal da Paraíba – UFPB. E-mail: miguelfreitasjr@gmail.com*

**Fátima Fernandes Catão**

*Professora Associada - Universidade Federal da Paraíba-UFPB, Departamento de Psicologia, vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Gestão nas Organizações Aprendentes- PPGOA. Doutora em Psicologia pela Universidade de São Paulo – USP. Pós-Doutora em Psicologia Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC-SP . E-mail: fathimacatao@uol.com.br*

## RESUMO

As políticas públicas, elaboração e implementação, nos últimos anos, têm se tornado tema constante na literatura científica nacional, notadamente nas publicações voltadas à dinâmica social e a temas relacionados às cotas raciais. Este trabalho tem como objetivos identificar e analisar estudos que tratam sobre a implementação da Política Pública de ação afirmativa, a Lei 12.990/2014 – Lei de Cotas no serviço público, disponíveis no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES no período de 2014 a 2021.

**Palavras-chave:** Implementação de Política Pública; Cotas Raciais; Lei 12.990/2014.

## ABSTRACT

Public policies, elaboration and implementation, in recent years, have become a constant theme in the national scientific literature, especially in publications focused on social dynamics and issues related to racial quotas. This work aims to identify and analyze studies dealing with the implementation of the Public Policy of affirmative action, Law 12,990/2014 - Quotas Law in the public service, available in the CAPES Theses and Dissertations Catalog in the period from 2014 to 2021.

**Keywords:** Implementation of Public Policy; Racial Quotas; Law 12.990/2014.

## INTRODUÇÃO

Entende-se que as políticas públicas são diretrizes formuladas para enfrentar um problema público. Elas são ferramentas que envolvem mais do que uma decisão, exigindo ações estrategicamente selecionadas para implementar as decisões tomadas. As políticas públicas possuem dois elementos fundamentais: intencionalidade pública e resposta a um problema público. (ESTEVÃO; FERREIRA, 2018; SECCHI, 2014; RUA, 1997)

As políticas públicas possuem um ciclo de vida, o qual é apresentado em três momentos distintos, que são: a formulação, a implementação e a avaliação das políticas. Esse ciclo ocorre no envolvimento de diversas pessoas e instituições que vão contribuindo com seus interesses particulares na implementação da referida política. Entretanto, antes da vigência desse ciclo, se faz necessária a definição dos temas que serão priorizados pelo Estado para a efetuação da política. (DAGNINO et al. 2002 apud ESTEVÃO; FERREIRA, 2018; LOTTA, 2019)

No que concerne à ação afirmativa, ela é entendida como qualquer programa, sendo ele público ou privado, que tem o objetivo de atribuir recursos ou direitos especiais para aqueles membros de um grupo social desfavorecido, visando um bem coletivo. (FERES JUNIOR et. al, 2018)

Considerando essas implicações, pode-se extrair a definição de política pública de ação afirmativa como a união das demandas, decisões e ações de uma pauta política do setor público, agregando a ela a preocupação com os grupos sociais historicamente desfavorecidos com o intuito de equilibrar a balança de rejeição e exclusão. E é precisamente no momento da sua implementação que os conhecimentos e os recursos dos órgãos estão voltados para a execução de ações com a finalidade de atingir os objetivos estabelecidos na formulação da política. (HOWLETT; RAMESH; PERL, 2013 apud ESTEVÃO; FERREIRA, 2018; RUA, 1997; LIMA; D'ASCENZI, 2019; ROCHA, 2007)

No Brasil, após o processo de redemocratização, uma das primeiras implantações desse tipo de política foi descrita na Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988), em seu art. 37, que determina que “a lei reservará percentual dos cargos e empregos públicos para as pessoas portadoras de deficiência e definirá os critérios de sua admissão” (BRASIL, 1988). Observa-se, então, que a Carta Magna de 1988 - lei suprema da República Federativa do Brasil - prevê uma política para um

grupo que possui maior dificuldade para ingressar no serviço público em razão de suas limitações. Com isso, o legislador tenta diminuir as desigualdades existentes em consideração a esse grupo através da aplicação de uma política pública de ação afirmativa.

Em se tratando das políticas públicas de ação afirmativa relacionadas ao contexto racial, Auad e Cordeiro (2018) mostram que, no Brasil, o norteamento dessas políticas acompanhou orientações internacionais como o Relatório de Durban, oriundo da III Conferência Mundial de Combate ao Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata, realizada pela Organização das Nações Unidas (ONU) em Durban, na África do Sul, em 2001. Nessa Conferência, foi indicada aos Estados a implementação de políticas públicas de ações afirmativas como estratégias de combate ao racismo, discriminação racial, xenofobia, intolerância, dentre outras situações que são direcionadas aos grupos de exclusão.

Acrescentados ao relatório, os debates sobre as ações afirmativas no quesito racial também acompanharam as pressões sociais, contexto em que se verifica o protagonismo do movimento negro, que desde a década de 1970 luta para diminuir as desigualdades raciais provenientes do contexto histórico e causadas pela escravidão. Segundo Dias (2014), o olhar dessa luta se deu a partir da implementação de “políticas públicas voltadas a discussões de identidades e pertencimentos para a promoção da igualdade, inclusive na educação” (DIAS, 2014, p.27). Ou seja, tem-se a organização de um grupo social historicamente excluído, demandando do poder público a igualdade de oportunidades.

Nessa conjuntura, no início dos anos 2000, o primeiro mandato de Luiz Inácio Lula da Silva como presidente da república iniciou a efetivação e implantação de vários instrumentos legais que inseriram as políticas públicas relativas ao contexto racial no cenário social brasileiro. Podem-se ver, no âmbito do governo federal, os seguintes exemplos: a publicação da Lei 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que inclui no currículo escolar a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira"; a instituição do Estatuto da Igualdade Racial, através da Lei n.º 12.288, de 20 de julho de 2010; a sanção da Lei n.º 12.711, de 29 de agosto de 2012, conhecida como a Lei das Cotas, que estabelece cotas para o ingresso nas instituições federais de educação superior vinculadas ao Ministério da Educação; a publicação da Lei n.º 12.990, de 9 de junho de 2014, a qual reserva aos negros 20% das vagas oferecidas nos concursos públicos para provimento de cargos efetivos e empregos públicos no

âmbito da administração pública federal. Essas leis ilustram como o governo federal se preocupou com a política afirmativa e executou, no seu âmbito, o compromisso de tentar diminuir as desigualdades existentes.

Implementar, segundo o dicionário online Michaelis, significa “pôr em execução; fazer o implemento de; efetuar, executar, fazer”<sup>30</sup>. É nesse sentido de pôr em prática, executar, agir que a implementação de políticas públicas ocorre. É a transformação do que foi formulado em ação.

Entretanto, na literatura especializada, não há um consenso definido para o conceito de implementação, pois alguns autores entendem que o termo se refere a todo o processo, ou seja, desde a sua formulação até o seu impacto na sociedade. Por outro lado, há autores que entendem que a implementação não pode ser confundida com o impacto exercido na sociedade, correspondendo apenas ao processo de decisões e ações praticadas por alguma autoridade governamental. (NAJBERG; BARBOSA, 2006)

Lima e D’ascenzi (2019) entendem por implementação a ação de executar alguma coisa, que no caso em análise é uma política pública, produto da atividade política, elaborada por aqueles que têm legitimidade para decidir sobre as alocações dos recursos sociais. (LIMA; D’ASCENZI, 2019)

Para este estudo, adota-se o conceito de implementação como o momento da ação da política pública, ocasião em que os conhecimentos e os recursos dos órgãos estão voltados para a execução de ações com a finalidade de atingir os objetivos estabelecidos na formulação da política. (HOWLETT; RAMESH; PERL, 2013 apud ESTEVÃO; FERREIRA, 2018; RUA, 1997; LIMA; D’ASCENZI, 2019; ROCHA, 2007)

Considerando a relevância da temática, acerca da implementação de políticas públicas de ação afirmativa no contexto racial, é inegável a contribuição de estudos que busquem disseminar as publicações, possibilitando um entendimento mais aprofundado do tema e visando subsidiar e motivar a realização de novas pesquisas através de dados levantados, além de promover maior visibilidade à produção científica acerca da referida questão.

Este trabalho tem como objetivos identificar e analisar estudos que tratam sobre a implementação da política pública de ação afirmativa, a Lei 12.990/2014 – Lei de

---

<sup>30</sup> Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/busca?id=ZNQp2> Acesso em: 15 mar. 2022.

Cotas no serviço público, disponíveis no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES no período de 2014 a 2021.

O presente estudo trata de uma revisão da literatura, referente à produção do conhecimento sobre a implementação da Política Pública de ação afirmativa, a Lei 12.990/2014 – Lei de Cota no serviço público, que reserva aos negros 20% das vagas oferecidas nos concursos públicos para provimento de cargos efetivos e empregos públicos no âmbito da administração pública federal, das autarquias, das fundações públicas, das empresas públicas e das sociedades de economia mista controladas pela União.

O resultado da busca, após a aplicação dos descritores “serviço público”, “cotas” e “cota”, “cotas raciais” e “implementação de políticas públicas” foi constituído por 17 trabalhos disponibilizados no catálogo de teses e dissertações, dos quais oito compuseram o universo do estudo, pois se mostraram pertinentes à temática investigada.

## FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A implementação de políticas públicas começa a ser estudada a partir da década de 1970, momento em que as preocupações estavam focadas na normativa que continha um ideal democrático de funcionamento do Estado.

Os estudos são organizados em 4 gerações: a primeira, na década de 1970, trazia a análise do processo de implementação de uma política pública de cima para baixo (*top down*); a segunda geração, década de 1970 e 1980, compreendia que as políticas públicas são compostas por múltiplos processos, tendo sua análise de baixo para cima (*bottomup*), considerando os fatos que acontecem no momento de implementação; a terceira, década de 1990, possuía os modelos de análise diferente dos propostos por *top down* e *bottomup*, pois a preocupação estava voltada aos modelos sintéticos de análise da implementação, compreendendo a continuidade dos processos decisórios que envolvem as políticas públicas e seus resultados; a quarta geração, momento da atualidade, é marcada pela influência da Sociologia como campo de análise de estudo, pelas distintas análises e produções acerca da implementação de políticas públicas e pelos novos modelos de governança que deixaram mais complexas as formas de gerir o Estado. (LOTTA, 2019)

A criação de políticas públicas com enfoque racial no Brasil tem similaridade com as justificativas de implementação nos Estados Unidos da América, uma vez que ambos os países utilizaram trabalho escravo com mão-de-obra vinda do continente africano, evidenciando uma dívida histórica com aquela população trazida à força para as Américas. Nisso, a experiência norte-americana serviu de referência para serem adotadas e implementadas políticas públicas brasileiras com enfoque racial. (FERES JÚNIOR, 2006)

A implementação de políticas públicas de cotas raciais, no Brasil, é recente. O pioneirismo é representado pelo caso do Estado do Rio de Janeiro no início dos anos 2000, com a publicação da Lei nº 3524, de 28 de dezembro de 2000, que concedeu uma cota de 50% das vagas em cursos de graduação, por meio do processo seletivo, para estudantes de escolas públicas, na Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ). À época, a referida legislação foi inovadora na aplicação de uma política pública de cota para aquela população menos favorecida. (RIO DE JANEIRO, 2000)

Em se tratando da análise normativa no âmbito nacional, ganha destaque a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, também comentada, que busca diminuir a desigualdade social com foco no sistema educacional federal, orientando o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio, reservando percentual de vagas para as cotas determinada na Lei.

Na esfera federal, ultrapassando o campo educacional, o processo de implementação de cotas foi inserido no contexto do serviço público em 2014, com a publicação da Lei 12.990, de 9 de junho de 2014, que entrou em vigor na data de sua publicação e com vigência pelo prazo de dez anos. Referida lei instituiu a reserva de 20% das vagas em concursos públicos para candidatos autodeclarados negros. A implementação dessa política traz mudanças na sociedade e também nas instituições que, em razão dela, precisam ajustar suas dinâmicas para a efetivação da política de cotas no serviço público.

Os estudos sobre o processo de implementação em políticas públicas estão inseridos em uma dinâmica que acompanha os movimentos regidos pela sociedade. Assim, criam-se oportunidades para que as instituições observem suas rotinas frente às decisões tomadas nas implementações de políticas públicas.

## METODOLOGIA DE PESQUISA E ANÁLISE DE DADOS

Este estudo consistiu na caracterização e na categorização de oito trabalhos (dissertações e tese) sobre a implementação da Política Pública de Ação Afirmativa, a Lei 12.990/2014 – Lei de Cotas, que reserva aos negros 20% das vagas oferecidas nos concursos públicos para provimento de cargos efetivos e empregos públicos no âmbito da administração pública federal, das autarquias, das fundações públicas, das empresas públicas e das sociedades de economia mista controladas pela União.

Quanto aos anos de publicação, foi observado que nos anos de 2015, 2016 e 2017 a quantidade de publicações foi a mesma, sendo apresentados dois trabalhos em cada ano, correspondendo, assim, a 75% dos estudos publicados. Já em 2018 e 2019, conforme o levantamento realizado, houve apenas uma publicação em cada ano sobre a temática investigada, correspondendo a 25% do total da amostra.

Em relação aos programas de pós-graduação aos quais os trabalhos são vinculados, temos que os programas de mestrados profissionais representaram 37,5% (3) dos estudos, os de mestrados acadêmicos foram representados pelo percentual de 50% (4) dos trabalhos e o programa de doutorado, também acadêmico, apresentou 12,5% (1) do levantamento realizado. Os programas de mestrados profissionais estão ligados às áreas de Administração Pública, Gestão Pública e Gestão de Organizações e Sistemas Públicos, vinculados às Instituições: Fundação Getúlio Vargas, Universidade Federal do Piauí e Universidade Federal de São Carlos, respectivamente. Os programas de mestrado acadêmico estão ligados às áreas do Direito - vinculados à Pontifícia Universidade Católica de Goiás, à Universidade de Brasília e à Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões - e da Ciência Política - vinculado ao Centro Universitário Unieuro. O programa de doutorado, acadêmico, é da área de Educação e está vinculado à Universidade Federal da Grande Dourados.

Visto isso, percebeu-se que todos os trabalhos de dissertação produzidos em programas de mestrado profissional estão relacionados à temática deste estudo, qual seja a implementação de política pública de cotas raciais no serviço público federal.

A partir da análise dos estudos selecionados e do tratamento dos dados, emergiu a possibilidade de extrair construções de análises temáticas, relacionadas com a teoria e a prática da implementação da política pública, nas quais foram atribuídas as modalidades de reflexão e ação da implementação da política. A

modalidade reflexão voltada aos trabalhos que trataram a implementação da política pública através do debate teórico e a modalidade ação voltada ao exemplo prático da implementação.

Quanto ao proposto pela análise temática, percebeu-se que os trabalhos de reflexão – quatro (50%) - e de ação – quatro (50%) - apresentaram exatamente o mesmo quantitativo, representando, assim, um equilíbrio entre as produções que trazem uma discussão teórica sobre a política pública de ação afirmativa e as que se dedicam à observação de sua implantação. Com esses dados, é possível propiciar estímulo ao debate, a fim de suscitar um maior aprofundamento e conhecimento da literatura quanto à temática investigada.

No que concerne ao enfoque das publicações a respeito da implementação da Política Pública de Ação Afirmativa – Lei 12.990/2014 (Lei de Cotas) emergiu dois eixos temáticos, conforme mostram os Quadros 1 e 2.

O Eixo Temático I foi constituído por quatro dissertações, que abordam a questão da implementação da política pública de ação afirmativa relacionada à cota racial (Lei 12.990/2014), com ênfase em sua trajetória e nos processos envolvidos em sua justificativa para implementação.

**Quadro 1** – Distribuição dos estudos do Eixo Temático I, segundo título, ano, modalidade, área de atuação e objetivos dos estudos selecionados.

<b>Eixo Temático I - Implementação da Política Pública de Ação Afirmativa - Cota Racial: o debate para diminuir as desigualdades</b>				
<b>Título</b>	<b>Ano</b>	<b>Modali- dade</b>	<b>Área de Atuação</b>	<b>Objetivos</b>
Sistema de cotas como instrumento de ação afirmativa: estudo sobre o ingresso de negros no funcionalismo público brasileiro	2015	Reflexão	Direito	<i>Elucidar as políticas públicas de caráter afirmativo que utilizam o caráter étnico para garantir o acesso de negros na fruição de direitos fundamentais</i>
Políticas de ação afirmativa em concursos públicos federais: um estudo sobre a lei nº 12.990/2014	2015	Reflexão	Adminis- tração Pública	<i>Avaliar os desdobramentos do sistema de cotas implementado pela lei 12.990/2014, que utiliza exclusivamente critério de natureza racial e verificar se tal mecanismo é capaz de tornar menos excludente o acesso ao serviço público federal, de forma a contribuir para o debate a respeito das ações afirmativas.</i>

Sub-representação legal: a Lei de Cotas nos concursos públicos	2016	Reflexão	Direito	<i>Contribuir para a discussão sobre as políticas de ação afirmativa de recorte racial, no Brasil, como as cotas raciais em concursos públicos.</i>
Ações Afirmativas, Inclusão e Visibilidade Negra: A Legitimidade de Cotas Raciais em Processos Seletivos para Ingresso no Ensino Superior e no Serviço Público Federal	2017	Reflexão	Direito	<i>Compreender as justificativas e os argumentos que sustentam a implementação das ações afirmativas de recorte racial no ordenamento jurídico brasileiro, especialmente quanto às Leis nº 12.711/2012 e 12.990/14</i>

Fonte: elaborado pelos autores (2021)

Na configuração posta pelo Quadro 1, percebeu-se que a temática da política pública gerou, nos trabalhos analisados, a discussão sobre a gênese e as justificativas da implementação da Lei de Cotas. A Lei surge como ação afirmativa, a fim de combater a desigualdade social em relação ao contexto racial, assim como legitimar a presença dos beneficiários da política pública de cotas raciais no serviço público. Em outras palavras, as discussões estão voltadas aos aspectos teóricos que tomaram por base a política pública, relacionadas ao elemento de concretização da igualdade material frente à reserva de vagas para negros em concursos públicos e enfatizando a implementação da política de cotas necessária em comparação aos abismos de desigualdades sociais existentes no país. Percebe-se que essa política é sugerida no Estatuto da Igualdade Racial em seu Art. 39, o qual determina que o poder público

promoverá ações que assegurem a igualdade de oportunidades no mercado de trabalho para a população negra, inclusive mediante a implementação de medidas visando à promoção da igualdade nas contratações do setor público e o incentivo à adoção de medidas similares nas empresas e organizações privadas. (BRASIL, 2010)

O Quadro 1 também mostra, com base na análise dos objetivos postos, a verificação da política pública no que concerne a sua adequação ou limites à fundamentação teórica, buscando elucidar, avaliar, contribuir e compreender o contexto teórico que a implementação da política pública de cotas no serviço público proporcionou ao estimular reflexões e possibilitar discussões no sentido de seu aprimoramento. É interessante destacar que ela tem privilegiado o apoio institucional

como um instrumento relevante na tarefa de promover o exercício político público no âmbito o poder executivo federal.

O Eixo Temático II foi constituído também por quatro dissertações, nas quais abordam a implementação da política pública de ação afirmativa relacionada à cota racial (Lei 12.990/2014) na sua prática dentro das Instituições.

**Quadro 2** – Distribuição dos estudos da Categoria II, segundo título, ano, modalidade, área de atuação e objetivos das publicações selecionadas para o estudo.

<b>Eixo Temático II - Implementação de Políticas Públicas: Fragilidades e Proposições de Melhorias</b>				
<b>Título</b>	<b>Ano</b>	<b>Modalidade</b>	<b>Área de Atuação</b>	<b>Objetivos</b>
EQUIDADE E MERITOCRACIA: um estudo de caso da política de cotas raciais para afrodescendentes no serviço público federal, na perspectiva dos direitos humanos.	2016	Ação	Direitos Humanos, Cidadania e Violência	<i>Investigar o sistema de cotas raciais para afrodescendentes no serviço público federal frente a concepção de meritocracia, à luz da equidade.</i>
Políticas Públicas no Combate à Desigualdade Racial : Uma Análise da Implementação da Lei Nº 12.990/2014 em uma Instituição Federal de Ensino Superior	2017	Ação	Gestão de Organizações e Sistemas Públicos	<i>Analisar a implementação dessa política pública em uma Instituição Federal de Ensino Superior (IFES), localizada no Estado de São Paulo, identificando as fragilidades e propondo melhorias nessa etapa do processo.</i>
Representações das Desigualdades Sociais e Raciais nas Políticas de Ingresso e Manutenção de Docentes Cotistas no IFMA.	2018	Ação	Gestão Pública	<i>Investigar os instrumentos de representações das desigualdades sociais e raciais na política de ingresso e manutenção dos docentes do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Maranhão – IFMA.</i>
Educação, Democracia e Inclusão Racial: Análise da Efetividade da Lei de Cotas para Negros em Concursos Docentes de Universidades Federais	2019	Ação	Educação	<i>Analisar especificamente as cotas para negros em concursos públicos para os cargos de docentes nas universidades federais brasileiras; avaliar e decompor a Lei de Cotas para sondar a situação de insuficiência de regulamentação; Identificar os principais fatores que limitam sua efetividade em concursos</i>

				<i>públicos federais para docentes de universidades federais; Dimensionar a ocupação de vagas por cotas quanto aos mecanismos de oferta, seleção, provimento nos cargos públicos para docentes.</i>
--	--	--	--	---

Fonte: elaborado pelos autores (2021)

O Quadro II traz estudos que observaram a implementação da Lei de Cotas no serviço público federal, nos quais se percebeu que as Instituições possuem certa discricionariedade sobre a implementação dessa política pública. Assim, à luz da Lei 12.990/2014 e de suas normas complementares, é realizada a efetivação da política.

As nuances de investigação e análise dos estudos proporcionaram uma reflexão sobre a implementação da política pública, pois foram encontrados nos estudos posicionamentos ressaltando a sua fragilidade e a falta de orientações mais explícitas capazes de convergir para a melhor implementação dessa Lei.

Os estudos analisados evidenciaram dificuldades na implementação da Lei de Cotas, como: a possibilidade de fraude no preenchimento da autodeclaração de negro e a verificação dessa autodeclaração; a dificuldade em apurar a efetividade da lei em concursos públicos para docentes no ensino superior federal; a fragilidade na regulamentação e na fiscalização das Comissões de Heteroidentificação; a falta do recorte socioeconômico de candidatos que poderiam competir na ampla concorrência, mesmo sendo negros, sem precisar utilizar a cota; e, por fim, a discriminação aos cotistas e a necessidade da manutenção desses cotistas no contexto da Instituição.

Observa-se que a ação da gestão/implementadores da política pública é crucial para que a política seja de fato implementada e atinja o objetivo criado na sua formulação.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando a análise dos estudos selecionados, pode-se afirmar que, no Brasil, as políticas públicas de ação afirmativa (quesito racial) encontraram um caminho no compromisso do poder público em relação à elaboração de políticas voltadas à diminuição das desigualdades raciais que se encontram, segundo Almeida (2018), em uma estrutura de naturalização, pois estão enraizadas nas bases sociais.

Em atenção à política pública denominada Lei de Cotas no serviço público federal, a Lei nº 12.990, de 9 de junho de 2014, que reserva aos negros 20% (vinte por cento) das vagas oferecidas nos concursos públicos para provimento de cargos efetivos e empregos públicos no âmbito da administração pública federal, das autarquias, das fundações públicas, das empresas públicas e das sociedades de economia mista controladas pela União, objeto central deste estudo, os estudos selecionados foram divididos em dois eixos temáticos.

O primeiro eixo temático identificou o debate da Política Pública de Ação Afirmativa, a Lei nº 12.990/2014, sua trajetória e os processos envolvidos para sua implementação. O segundo eixo abordou a implementação dessa Política, ou seja, o levantamento dos estudos que observaram a efetivação concreta da Lei nº 12.990/2014.

A temática em torno da implementação da referida Lei requer grandes debates, pois observou-se uma fragilidade em sua execução por não abranger, na legislação, orientações específicas para a aplicação dessa política pública de ação afirmativa. Visto isso, é mister, portanto, realizar mais investigações capazes de promover um amplo fortalecimento nas opiniões e nas críticas sobre o tema em questão.

Partindo das análises realizadas das dissertações e da tese encontradas no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES, observa-se que há escassez na pesquisa em relação a estudos que contemplem a implementação da política pública, a Lei 12.990/2014.

Ante o exposto, espera-se que este estudo sirva para subsidiar novas discussões acerca das políticas públicas de ação afirmativa em relação ao contexto racial, multiplicando reflexões relacionadas à maneira como essas políticas vêm sendo recebidas pela sociedade, bem como atos concretos que permeiam os moldes de suas implementações reais e eficazes na forma primorosa como foram concebidas.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **O que é Racismo Estrutural?** Belo Horizonte (MG): Letramento, 2018.

AUAD, Daniela; CORDEIRO, Ana Luisa Alves. **A interseccionalidadenas políticas de ação afirmativa como medida de democratização da educação superior.** EccoS – Rev. Cient., São Paulo, n. 45, p. 191-207, jan./abr. 2018. Disponível em: <https://periodicos.uninove.br/eccos/article/view/7959/3748>. Acesso em: 28 out. 2021.

BRASIL. **Constituição** (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm) Acesso em: 14 mai. 2021.

BRASIL. **Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010**. Institui o Estatuto da Igualdade Racial;. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2010/lei/l12288.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12288.htm) Acesso em: 19 mar. 2022.

DIAS, Lucimar Rosa. **Políticas públicas de promoção da igualdade racial na educação infantil, existe?** Interfaces da Educ., Paranaíba, v.5, n.14, p.23-46, 2014. Disponível em: <https://periodicosonline.uems.br/index.php/interfaces/article/view/477> Acesso em: 27 set 2021.

ESTEVÃO, R. B., FERREIRA, M. D. M. **Análise de Políticas Públicas**: uma breve revisão de aspectos metodológicos para formulação de políticas. HOLOS, Ano 34, Vol. 03. 2018. Disponível em: <http://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/view/6818/pdf>. Acesso em: 18 mar. 2021.

FERES JÚNIOR, João. **Aspectos normativos e legais das políticas de ação afirmativa**. In: FERES JUNIOR, João; ZONINSEIN, Jonas. (orgs.). Ação afirmativa e universidade: experiências nacionais comparadas. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2006.

FERES JUNIOR, João [et al.] **Ação afirmativa**: conceito, história e debates. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2018. Disponível em: <https://books.scielo.org/id/2mvbb>. Acesso em: 13 mar. 2021.

LIMA, Luciana Leite; D'ASCENZI, Luciano. Implementação e avaliação de políticas públicas: intersecções, limites e continuidades. In: LOTTA, Gabriela (org.). **Teoria e análises sobre implantação de políticas públicas no Brasil**. Brasília: Enap, 2019. ISBN 978-85-256-0123-0. Disponível em: [https://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/4162/1/Livro\\_Teorias%20e%20An%C3%A1lises%20sobre%20Implementa%C3%A7%C3%A3o%20de%20Pol%C3%ADticas%20P%C3%ABlicas%20no%20Brasil.pdf](https://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/4162/1/Livro_Teorias%20e%20An%C3%A1lises%20sobre%20Implementa%C3%A7%C3%A3o%20de%20Pol%C3%ADticas%20P%C3%ABlicas%20no%20Brasil.pdf). Acesso em: 19 mar. 2022.

LOTTA, Gabriela. A política pública como ela é: contribuições dos estudos sobre implementação para a análise de políticas públicas. In: LOTTA, Gabriela (org.). **Teoria e análises sobre implantação de políticas públicas no Brasil**. Brasília: Enap, 2019. cap. 1, p. 11-38. ISBN 978-85-256-0123-0. Disponível em: [https://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/4162/1/Livro\\_Teorias%20e%20An%C3%A1lises%20sobre%20Implementa%C3%A7%C3%A3o%20de%20Pol%C3%ADticas%20P%C3%ABlicas%20no%20Brasil.pdf](https://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/4162/1/Livro_Teorias%20e%20An%C3%A1lises%20sobre%20Implementa%C3%A7%C3%A3o%20de%20Pol%C3%ADticas%20P%C3%ABlicas%20no%20Brasil.pdf). Acesso em: 19 mar. 2022.

NAJBERG, Estela; BARBOSA, Nelson Bezerra. **A Abordagens sobre o Processo de Implementação de Políticas Públicas**. Interface. Natal/RN - v. 3 - n. 2 - jul./dez. 2006. Disponível em: <http://www.spell.org.br/documentos/ver/21308/abordagens-sobre-o-processo-de-implementacao-de-politicas-publicas#:~:text=A%20implementa%C3%A7%C3%A3o%20tem%2Dse%20revelado,i>

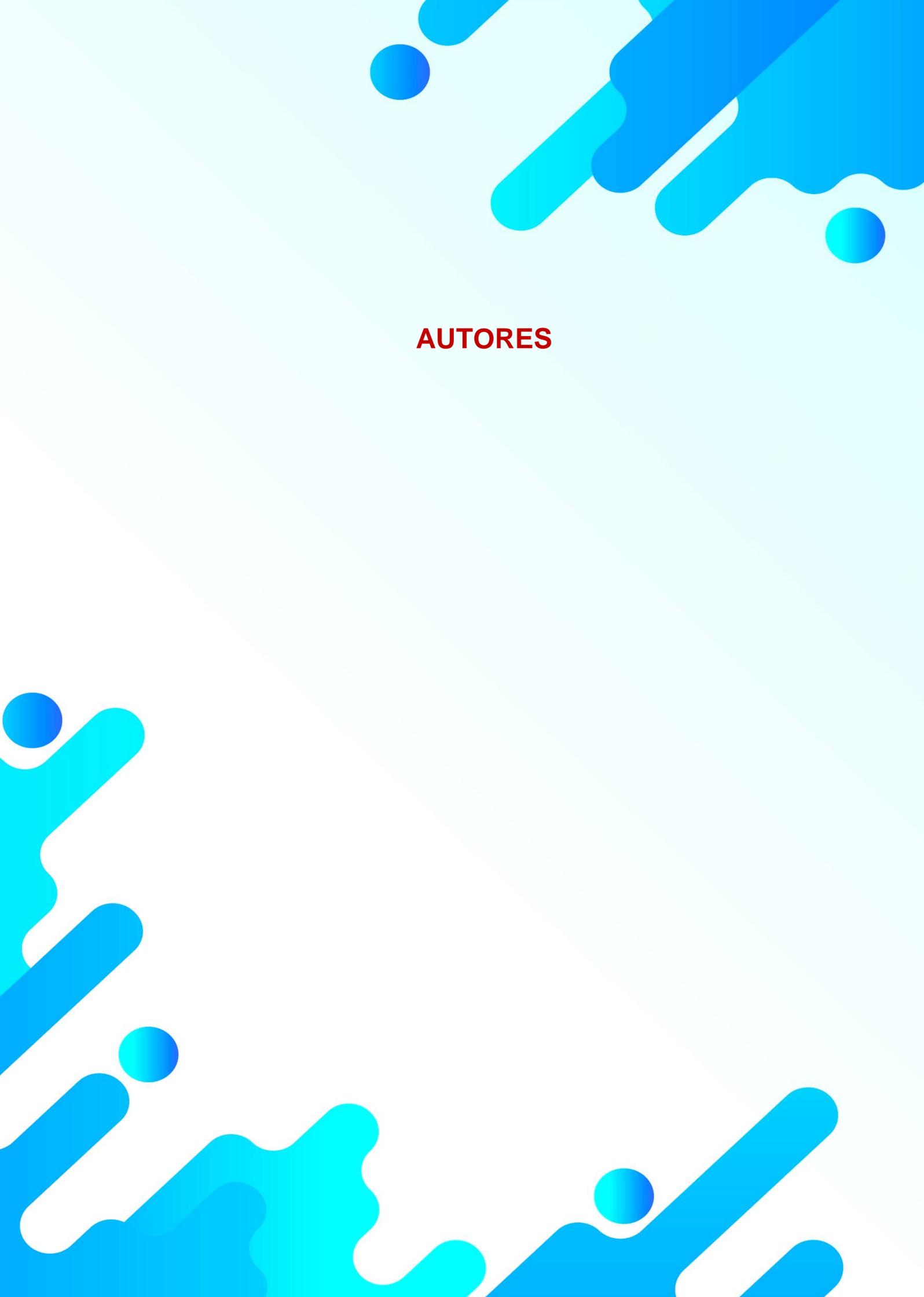
plementa%C3%A7%C3%A3o%20de%20uma%20pol%C3%ADtica%20p%C3%BAblica. Acesso em: 19 mar. 2022.

RIO DE JANEIRO, **Lei nº 3524, de 28 de dezembro de 2000**. Dispõe sobre os critérios de seleção e admissão de estudantes da rede pública estadual de ensino em universidades públicas estaduais e dá outras providências. Disponível em: <https://gov-rj.jusbrasil.com.br/legislacao/90839/lei-3524-00> Acesso em: 24 nov. 2021.

ROCHA, Antônio Glauter Teófilo. **O aprendizado organizacional na implementação de políticas públicas industriais em três estados nordestinos**. Revista do Serviço Público Brasília 58 (4): 465-503 Out./Dez. 2007 Disponível em: <https://revista.enap.gov.br/index.php/RSP/article/view/184/189> Acesso em: 9 fev 2022.

RUA, M. G. **Análise de políticas públicas**: conceitos básicos. Textos elaborados para o Curso de Formação para a carreira de Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental. Brasília: ENAP. Ministério do Planejamento, 1997. Disponível em: <portal.mda.gov.br/o/1635738>. Acesso em: 22 mar 2021

SECCHI, Leonardo. **Políticas Públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos**. São Paulo: Cengage Learning, 2014.



## AUTORES

**Angela Maria Moura Costa Prates**

Graduada em Serviço Social pela Universidade Estadual do Centro-Oeste - UNICENTRO (2004-2007). Especialista em Formação de Professores para a Docência no Ensino Superior - UNICENTRO (2008-2009). Mestre em Ciências Sociais Aplicadas pela Universidade Estadual de Ponta Grossa - UEPG (2009-2011). Doutora em Serviço Social pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) - 2012/2016. Atualmente é Professora efetiva do Departamento de Serviço Social da Universidade Estadual do Centro Oeste (UNICENTRO).

**Arianne Brito Cal Athias**

Pós-Doutora em Direito na Universidade de Salamanca. Doutora em Direito pela PUC São Paulo. Mestra em Direito. Assessora do Ministério Público Estadual. Professora Titular do Programa de Pós Graduação em Direitos Fundamentais (Mestrado) da Universidade da Amazônia - UNAMA.

**Douglas Marques**

Doutor em Diversidade cultural e inclusão social. Professor do curso de Serviço Social da Universidade Estadual de Maringá (UEM).

**Fátima Fernandes Catão**

Psicóloga e Mestre em Serviço Social/Política Social pela Universidade Federal da Paraíba-UFPB; Doutora em Psicologia Clínica pela Universidade de São Paulo - USP. Complementação de estudos de Doutorado no Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa - ISCTE, Lisboa-Portugal; Pós-Doutora em Psicologia Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC-SP . Pós-Doutora em Saúde e Bioética pela Faculdade de Medicina da Universidade do Porto - FMUP, Porto-Portugal. Professora Associada - Universidade Federal da Paraíba-UFPB, Departamento de Psicologia, vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Gestão nas Organizações Aprendentes- PPGOA. Pesquisadora e Coordenadora do NEIDH - Núcleo de Estudos Psicossociais da Exclusão/Inclusão e Direitos Humanos, CNPq-UFPB. Desenvolve estudos sobre: Projeto de vida, trabalho, aprendizagem. Contextos de exclusão/inclusão social e do humano: Envelhecimento/aposentadoria, saúde/doença, pobreza. Bioética em atos. Escuta e orientação psicossocial. Psicologia Sócio-Histórica: ser humano e contexto. Individuos e instituições.

**Hendrisy Araujo Duarte**

Mestranda em Direito (PPGD/UFSM) e em Políticas Públicas (PPGPP/UNIPAMPA); Especialista em Direito Penal e Processual Penal; Pesquisadora do CEPEDI/UFSM e do GEEP/UNIPAMPA; Advogada; Bacharel em Direito. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8649104965342461> . ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4751-7600> . E-mail: [duartehendrisy@gmail.com](mailto:duartehendrisy@gmail.com).

**Jadejessica Costa de Oliveira**

Acadêmica do Curso de graduação em Serviço Social na Universidade Federal de Alagoas (UFAL), Campus Arapiraca, Unidade Educacional de Palmeira dos Índios.

**Jaqueline Carvalho Quadrado**

Doutora em Sociologia (UNB). Mestre em Serviço Social (PUC/RS). Professora dos cursos de Graduação em Ciências Sociais – Ciência Política, Direito e Serviço Social da Universidade Federal do Pampa. Professora do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da Universidade Federal do Pampa. Líder e pesquisadora do Grupo de Pesquisa Gênero, Ética, Educação e Política (GEEP/UNIPAMPA). Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5517768446912195>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5220-3710>. E-mail: [jaquelinequadrado@unipampa.edu.br](mailto:jaquelinequadrado@unipampa.edu.br).

**Karina Lima Duarte Neves Rocha**

Mestre em Serviço Social pela Universidade Federal de Sergipe (UFS). Especialista em gestão da Política de Assistência pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL). Docente do Curso de Graduação em Serviço Social (UFAL), Campus Arapiraca, Unidade Educacional de Palmeira dos Índios.

**Larissa Lemos Garzon**

Advogada. Mestranda do PPGDF da Universidade da Amazônia (UNAMA). Pós-graduanda em Direito Público. Especialista em Direito Civil Lato Sensu. Especialista em Direito, Processo do Trabalho e Direito Previdenciário. Orientadora do NPJ Estácio Castanhal. Professora Universitária.

### **Miguel Freitas Soares Junior**

Aluno regular do Programa de Pós Graduação em Gestão nas Organizações Aprendentes da Universidade Federal da Paraíba, Especialista em Mediação Cultural pelo departamento de Gestão de Informação da Universidade Federal de Pernambuco (2013), graduado em História, também, pela Universidade Federal de Pernambuco (2010) e técnico em Turismo pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco (2009). Possui vínculo com o Governo do Estado de Pernambuco como professor da rede de ensino e com a Prefeitura Municipal de Camaragibe como auxiliar administrativo. Estuda Administração e é técnico administrativo na Universidade Federal da Paraíba.

### **Natali Sabrina Fatima Picolloto Zoletti**

Estudante de graduação em Serviço Social.

### **Thalita da Silva Messias**

Acadêmica do Curso de graduação em Serviço Social na Universidade Federal de Alagoas (UFAL), Campus Arapiraca, Unidade Educacional de Palmeira dos Índios.

### **Vanessa Rombola Machado**

Doutora em Serviço Social. Professora do curso de Serviço Social da Universidade Estadual de Maringá (UEM).

### **Virgilius de Albuquerque**

Doutor em Administração pela FGV/EBAPE com intercâmbio acadêmico na University of North Carolina at Chapel Hill. Mestre em Relações Internacionais pela PUC-RJ. Pós-Graduação em Engenharia de Produção pela UFRJ/COPPE. MBA em Finanças pelo IBMEC-RJ. MBA promovido pela UFRJ/COPPEAD e Vale. Graduação em Engenharia de Produção pela UFRJ. Foi professor do IBMEC-RJ, da ESPM-RJ, da FGV/EBAPE, da UNIRIO, da UFRJ, campus Macaé, e professor-tutor da FGV Online. Atualmente é professor adjunto da UERJ, na Faculdade de Administração e Finanças. Experiência nas áreas de administração pública e empresarial, economia, finanças, estatística multivariada, modelo de equações estruturais, ciência política, economia política, comércio internacional e relações internacionais.



 Editora  
**MultiAtual**

ISBN 978-658997692-9



9 786589 976929